

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACED-FACULDADE DE EDUCAÇÃO

EZEQUIEL DE ARAÚJO MARTINS

**O GOVERNO NOVO E O PROJETO DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO
EM MINAS GERAIS**

Uberlândia
2022

Ezequiel de Araújo Martins

**O GOVERNO NOVO E O PROJETO DE PRIVATIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação – Universidade Federal de Uberlândia como requisito de cumprimento de créditos obrigatórios para obtenção do título de Mestrado.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Sociedade e Educação.

Orientador: Dr. Antonio Bosco de Lima

Uberlândia

2022

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas
da UFU, MG, Brasil.

M38g Martins, Ezequiel de Araújo, 1989-
2022 O governo novo e o projeto de privatização da educação
em Minas Gerais [recurso eletrônico] / Ezequiel de Araújo
Martins. - 2022.

Orientador: Antonio Bosco de Lima.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia.

Programa de Pós-Graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em:

<http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.7000>Inclui
bibliografia.

1. Educação. I. Lima, Antonio Bosco de, 1961-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

André Carlos
Francisco
Bibliotecário - CRB-
6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em
Educação

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa
Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902 Telefone: (34) 3239-4212
- www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 17/2022/806, PPGED				
Data:	Dezessete de agosto de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	[14hh:00mm]	Hora de encerramento:	[16hh:30mm]
Matrícula do Discente:	12012EDU018				
Nome do Discente:	EZEQUIEL DE ARAÚJO MARTINS				
Título do Trabalho:	"O GOVERNO NOVO E O PROJETO DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Trabalho, Sociedade e Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Conselhos Municipais e Planos Municipais de Educação no Brasil: um estudo sobre o controle social a partir do caso de Uberlândia/MG (2015-2019)"				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Cilson César Fagiani - UFU; Mario Borges Netto - UFU e Antonio Bosco de Lima - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Antonio Bosco de Lima, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimeada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca

Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Bosco de Lima, Professor(a) do Magistério Superior**, em 18/08/2022, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,

§ 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cilson César Fagiani, Usuário Externo**, em 19/08/2022, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mario Borges Netto, Professor(a) do Magistério Superior**, em 19/08/2022, às 21:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº](#)

[8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3850435** eo código CRC **7F562052**.

RESUMO

O presente trabalho de investigação teve como objetivo analisar o projeto educacional neoliberal do Partido Novo-MG (2019-2022), assim como seu processo de implementação e colisão com os princípios de Gestão Democrática. O estudo desta temática torna-se relevante, tendo em vista o atual contexto histórico em que avançam diversas propostas de privatização da educação pública, movimento que vem fomentando a retração dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal (1988). A crise econômica da década de 1970 foi um terreno fértil para ascensão do paradigma neoliberal, ideologia que estabelece como modelo a ideia de Estado mínimo, restringindo seu campo de atuação sobre a oferta da segurança e da justiça. O Partido Novo-MG traz em seu plano de governo a reprodução de dogmas neoliberais, promovendo deste modo um programa de privatizações, de austeridade fiscal e de desresponsabilização do Estado sobre a oferta educacional. Sob essa perspectiva, o partido elaborou projetos que transferem a responsabilidade de oferta para a iniciativa privada, a partir do modelo de *charter schools*, da criação de um sistema de premiação e redistribuição de recursos baseado em resultados, e de parcerias com instituições Público-Privadas. Durante o período que este trabalho investiga, foi estabelecida uma parceria com o Instituto Unibanco, instituição filantrópica que oferta serviços de gestão educacional em boa parte do território nacional, e que vem sendo muito criticada pela centralização das decisões e pelo distanciamento da realidade escolar. Para o desenvolvimento desta pesquisa qualitativa foi realizado um estudo bibliográfico sobre propostas de autores neoliberais, entre eles: Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, Milton Friedman e Murray Rothbard. Também foram analisadas fontes sobre a gestão educacional mineira, como: o plano de governo do Partido Novo (“Liberdade ainda que tardia”); publicações oficiais da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais sobre o “Projeto Somar”, “Projeto Mãos Dadas”, “Prêmio Escola em Transformação” e “Trilhas do Futuro”; vídeos de Audiências Públicas da Assembleia Estadual de Minas Gerais e publicações veiculadas na imprensa e nas mídias sociais. Os dados levantados neste trabalho nos permitem concluir que o governo do Partido Novo-MG implantou um programa de privatizações que se desenvolveu por várias frentes, caracterizando-se pela falta de diálogo com os servidores da rede, desrespeitando legislações estaduais e federais e promovendo, dessa forma, uma cultura gerencial incompatível com os princípios e valores democráticos norteadores da gestão pública.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Gestão Democrática; Estado; Trabalho; Educação

ABSTRACT

This research aimed to analyze the New Party-MG's (2019-2022) neoliberal educational project, as well as its implementation process and collision with the principles of Democratic Management. This study's relevance is justified by the current historical context in which several proposals for privatization of public education advance, a movement that has been promoting the retraction of social rights guaranteed by the Federal Constitution (1988). The 1970s' economic crisis was a fertile ground for the neoliberal paradigm arousal, an ideology that establishes the idea of a minimum State as a model, restricting its field of action on the provision of security and justice. The New Party-MG's government plan is based on the reproduction of neoliberal dogmas, thus promoting a privatization program, fiscal austerity, and State unaccountability on educational offer. From this perspective, the party has developed projects that transfer the responsibility of education to private initiative. These projects are based on the *charter schools* model, the creation of an awards and redistribution of resources based on results system, and partnerships with Public-Private institutions. During the period investigated by this research, a partnership was established with the Unibanco Institute, a philanthropic institution that offers educational management services in much of the national territory, and which has been criticized for centralization of decisions, and for its distance from the school reality. For this qualitative research development, a bibliographic study was carried out on proposals by neoliberal authors, such as: Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, Milton Friedman, and Murray Rothbard. Sources on Minas Gerais educational management were also analyzed, such as: New Party's government plan ("Freedom even late"); the Secretary of State of Minas Gerais Government official publications about "Somar Project", "Holding Hands Project", "School Award in Transformation" and "Trails of the Future"; the Minas Gerais State Assembly Public Hearings' videos, and press and social media publications. The data collected in this work allow us to conclude that New Party-MG government implemented a privatization program that has been developed on several areas, being characterized by the lack of dialogue with the public sector professionals, disrespecting state, and federal legislation, and thus promoting a managerial culture that clashes with democratic principles and values that guide the public management.

Keywords: Neoliberalism; Democratic Management; State; Work; Education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
SEÇÃO I- O PENSAMENTO NEOLIBERAL.....	16
1.1 Reflexões de teóricos neoliberais sobre a educação.....	24
1.2 Neoliberalismo no Brasil.....	34
1.3 Educação e gestão do trabalho no neoliberalismo	41
SEÇÃO II- O GOVERNO DO PARTIDO NOVO-MG (2018-2022): A VITRINE DO MODELO	
NEOLIBERAL.....	51
2.1- O Projeto educacional do Partido Novo-MG.....	55
2.2- Projetos neoliberais para educação implementados	
no Governo Zema (2018-2022)	
.....	59
2.3- Os reflexos do governo do Partido Novo sobre a	
precarização do trabalho docente, e a resistência do Sind-	
UTE/MG.....	70
SEÇÃO III- NEOLIBERALISMO E AS ESTRATÉGIAS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	77
3.1. A gestão educacional do Instituto Unibanco:	
um dos caminhos para privatização	
da Educação	80
3.2 A gestão educacional do Partido Novo e a diminuição	
do espaço democrático	87

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	104

1. INTRODUÇÃO

O período de desaceleração e recessão da economia brasileira vivido na segunda década do século XXI tornou-se solo fértil para o fortalecimento do discurso neoliberal, conquistando um espaço notório no cenário político atual. Temos observado a propagação do paradigma neoliberal no Brasil nos últimos anos, que se tornou base filosófica de jornalistas, economistas, professores, movimentos políticos, entre outros representantes da sociedade civil. Nesse escopo, destacam-se as atuações do Instituto Mises Brasil, do Movimento Brasil Livre (MBL), do Partido Novo e o do Ministro da Economia¹ (Paulo Guedes). Todas essas instâncias reforçam o coro dos que pedem a construção de um “Estado Mínimo”, que tenha como pressuposto o estabelecimento de uma sociedade guiada pela “mão invisível do mercado”.

Sob a lógica do paradigma neoliberal, os países precisariam cortar gastos com previdência, saúde, educação, além de promover a privatização de serviços que até então estavam sob controle estatal. A redução do espaço de atuação do Estado seria pré-requisito para que esses governos continuassem financiando seu desenvolvimento a partir de empréstimos de órgãos internacionais, sustentando, através dessa prática, a ampliação da dívida pública, o superávit primário² e o rentismo. Esses governos estabeleceriam, dessa forma, um modelo reconfigurado de Capitalismo Dependente³ (FERNANDES, 1973), visando a

¹ Paulo Guedes é o economista que ocupou o Ministério da Economia durante o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro (2018-2022). Com PhD pela Universidade de Chicago, foi responsável pela confiança do “mercado” no militar que assumiu a Presidência da República. Foi projetado como um grande economista por parte da mídia, pela classe média e pelas elites brasileiras. Ocupando o cargo, Guedes promoveu um programa de austeridade fiscal, privatizações e diminuição da atuação do Estado, levou o Brasil a acentuar as desigualdades sociais, promoveu estagnação econômica, fortaleceu a concentração de renda e flertou com o autoritarismo do presidente, vide sua fala a respeito do AI-5.

² O termo refere-se às contas do governo e sustenta-se na prática de gastar menos recursos do que a receita arrecadada. Esse princípio econômico promove um Estado que visa a todo momento cortar custos, mesmo os mais essenciais. O superávit primário está relacionado à sustentabilidade da dívida externa, ou seja, à capacidade do governo de pagar juros aos rentistas, financistas que lucram com a dívida pública.

³ A obra *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, do sociólogo Florestan Fernandes, apresenta reflexões que auxiliam na compreensão do processo de estruturação do capitalismo no Brasil do século XX. O autor defende que a construção do capitalismo na América Latina se sustenta em um modelo de dependência econômica das potências centrais do capitalismo e que a dominação externa se baseia na autocracia de nossas elites, na exploração e na negação dos direitos sociais da classe trabalhadora.

transferência de capitais dos países periféricos para as economias centrais do capitalismo financeiro.

Segundo Harvey, a doutrina neoliberal faz oposição à teoria de Estado intervencionista, como é o caso do modelo estruturado pelo economista inglês John Maynard Keynes (HARVEY, 1993). O Estado de bem-estar social defendido por Keynes legitima a intervenção do governo como forma de estimular uma recuperação mais célere das recessões econômicas, que são cíclicas e sintomáticas do sistema capitalista.

Ideias neoliberais sobre a educação vêm ganhando espaço no Brasil, sendo reproduzidas as teorias de autores como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, Milton Friedman, Murray Rothbard etc. Esses autores defendem propostas como o sistema de *voucher*; a gestão educacional centrada na iniciativa privada (*charter schools*) e o sistema de educação doméstica (*homeschooling*). É sabido que o *homeschooling* já era defendido pelos liberais no Brasil, mas notamos que existe um reaquecimento desse debate com o avanço de novas tecnologias da informação e da comunicação, somado à ascensão de uma ideologia que enfatiza a necessidade de redução dos recursos governamentais na oferta educacional. O *homeschooling* seria uma alternativa para redução dos custos, além de criar uma possibilidade de expansão do capital para fundos de investimentos de empresas ligadas à oferta de produtos educacionais (cursos, materiais didáticos, consultorias etc.).

Dentro do contexto de ascensão das ideias neoliberais no Brasil, tivemos a eleição de Romeu Zema, governador eleito no Estado de Minas Gerais pelo Partido Novo em 2018. Zema é um empresário de destaque, possui negócios em diversos setores e retomou o discurso “empreendedor” para a administração do estado mineiro, que foi representado pelos governos do PSDB de 2003 a 2014.⁴ Notamos essas características em seu Plano de Governo, como podemos observar no trecho a seguir: “O governo deve ser um facilitador e valorizador do empreendedorismo” (NOVO-MG, 2018, p.6).

O Plano de Governo formulado pelo Partido Novo deixa transparecer seu caráter ideológico quando reproduz algumas expressões utilizadas costumeiramente no receituário neoliberal. O documento traz como pressuposto

⁴ O PSDB governou Minas Gerais de 2003 a 2014, sob a liderança de Aécio Neves e Anastasia.

“enxugar a máquina pública”; melhorar a gestão sem aumentar os recursos financeiros; defender parcerias público-privadas; argumentar que o “estado não resolve todos os problemas”; fazer a defesa de uma transição do regime de previdência para um modelo de capitalização; além de retratar os servidores públicos como uma classe que goza de privilégios. O papel de Estado proposto pelo Partido Novo pode ser sintetizado na máxima exposta em seu projeto: “O papel do Estado é propiciar um bom ambiente de negócios.”

Para o Partido Novo, “os serviços públicos não precisam ser ofertados diretamente pelo Estado”, e foi sob essa premissa que elaborou o projeto para educação pública de Minas Gerais. O partido critica a alta taxa de reprovação obtida nos últimos anos pelas escolas estaduais e enfatiza que, apesar dos gastos terem aumentado nos últimos anos, não se atingiu melhores resultados. O partido responsabiliza a gestão pública pelo “fracasso” do investimento e critica os limites impostos pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996) à destinação de verbas públicas, incentivos e créditos fiscais para as redes privadas.

A temática desta pesquisa surgiu a partir de minha experiência como docente de História da Educação Básica na rede estadual de Minas Gerais. Os professores da rede estadual mineira foram surpreendidos no final de 2019 pelo processo “relâmpago” de privatização da gestão educacional do estado, implementada no primeiro ano de governo do empresário Romeu Zema, a partir da parceria com o Instituto Unibanco (IU) no projeto “Programa Gestão pela Aprendizagem” (NOVO-MG, 2018). Essa parceria foi apenas o primeiro passo em direção à privatização da educação mineira.

O Governo Zema estabeleceu uma parceria público-privada com o Instituto Unibanco sem que houvesse nenhum diálogo prévio com os servidores da educação mineira, desrespeitando, desse modo, o princípio de gestão democrática estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (descentralização das decisões e transparência). Essa decisão, tomada de forma verticalizada pela Secretaria de Educação do estado, instigou o início desta pesquisa, que investiga o projeto educacional do Partido Novo-MG, relativo à gestão de 2019-2022. O objetivo é compreender como o projeto neoliberal de governo do Partido Novo e sua implementação colidem com os princípios de Gestão Democrática assegurados pela legislação educacional.

No início do desenvolvimento desta pesquisa, tivemos a paralisação das atividades presenciais em função da pandemia de Covid-19, dando início às atividades remotas⁵ do Estado de Minas Gerais. A forma como foi conduzida a gestão da educação mineira durante o ano de 2020 reforçou as indagações sobre a falta de diálogo com os docentes e com a comunidade escolar, sendo notória a desestruturação dos espaços de participação democrática assegurados pela legislação educacional. A falta de participação dos docentes na elaboração do plano de ensino remoto, a determinação de um modelo único para diferentes realidades e os constantes casos de assédio moral vivenciados pelos servidores durante esse período reforçaram ainda mais minha hipótese.

Nesse sentido, a pesquisa aponta para uma análise das transformações ocorridas com a implementação dos projetos privatistas do Partido Novo-MG. Assim, é importante analisarmos como esses projetos da Gestão Romeu Zema promoveram a diminuição do espaço democrático nas escolas.

Este trabalho tem como objetivos específicos: analisar o plano de governo do Partido Novo-MG, “Liberdade ainda que tardia”, focando na seção sobre os projetos do partido para educação pública mineira; compreender o projeto de privatização do ensino básico defendido pelo Partido Novo e sua implementação no Estado de Minas Gerais; analisar a redefinição do papel do Estado na relação público-privada e a ligação desse processo com a expansão do capital para o setor de serviços públicos; investigar a ascensão do discurso empresarial nas instituições escolares, a centralização das decisões e a contribuição desse processo para a diminuição do espaço democrático nas escolas.

Portando, faz-se necessário pesquisas que retratem uma realidade mais próxima dos cotidianos escolares, possibilitando uma análise que dialogará com os dados quantitativos divulgados pelo governo mineiro, investigando, assim, o processo de produção desses números. Desse modo, constitui-se como foco desta pesquisa uma análise qualitativa crítica, centrada no processo de desenvolvimento e nos resultados do projeto educacional do Partido Novo.

Para o desenvolvimento desta dissertação, foram utilizadas diversas fontes primárias e secundárias: Plano de Governo do Partido Novo-MG, “Liberdade ainda que tardia”; resoluções e memorandos da Secretaria Estadual

⁵ Regime Especial de Atividades Não Presenciais.

de Minas Gerais; publicações do Diário do Estado de Minas; audiências públicas da Assembleia Legislativa do estado mineiro; páginas de mídias sociais do Governo Zema e dos sindicatos; e ainda jornais com notícias relacionadas ao governo analisado. Esta pesquisa parte de minha inserção no processo de transformações no setor educacional e traz elementos advindos de minha experiência como docente no estado analisado.

Estruturamos a pesquisa em três seções. Na Seção I, apresentamos nossas reflexões sobre “O pensamento neoliberal”, partindo da base teórica necessária para compreendermos a filosofia e as ideias econômicas que estruturam o Plano de Governo do Partido Novo-MG. No tópico 1.1 são apresentadas as principais ideias de teóricos do neoliberalismo sobre a educação, buscando na literatura de Milton Friedman, Friederich Hayek, Lud von Mises e Murray Rothbard, a gênese das propostas educacionais que vêm sendo implementadas no Brasil contemporâneo. No tópico 1.2, discutimos sobre o avanço do neoliberalismo no Brasil, fazendo um breve apanhado referente ao avanço desse modelo nas últimas três décadas. No tópico 1.3, refletimos sobre a “Educação e gestão do trabalho no neoliberalismo”, discorrendo sobre o processo de precarização do trabalho a partir das transformações decorrentes da ascensão do Modelo de Acumulação Flexível.

Na Seção II investigamos a proposta neoliberal do Partido Novo para educação do Estado de Minas Gerais e, para tal, analisamos o Plano de Governo do partido, “Liberdade ainda que tardia”. No item 2.1, apresentamos as propostas educacionais defendidas pelo Governo Zema em seu programa. No tópico 2.2, apresentamos os projetos neoliberais implementados no setor educacional durante o governo de Romeu Zema (2019-2022). No tópico 2.3, examinamos a implementação dos projetos do Partido Novo e suas consequências na precarização do trabalho docente.

Na seção III tratamos sobre o “Neoliberalismo e as estratégias de privatização da Educação Brasileira”, analisando o avanço da iniciativa privada na oferta da Educação Básica e as diferentes dinâmicas de implementação do projeto neoliberal. No subtópico 3.1, discutimos a atuação do Terceiro Setor na gestão da educação do Estado de Minas Gerais, analisando a parceria estabelecida entre a Secretaria de Estado e o Instituto Unibanco durante a

gestão do Partido Novo (2019-2022). No tópico 3.2, por fim, analisamos o conceito de gestão democrática, suas bases jurídicas e o desrespeito aos princípios democráticos durante o Governo Zema.

SEÇÃO I

O PENSAMENTO NEOLIBERAL

Como define o autor Eduardo OC Chaves, o liberalismo é, em suma, uma filosofia política. O liberalismo tem como base o princípio que compreende a liberdade individual como bem supremo, estando acima de qualquer outro valor (CHAVES, 1999). O liberalismo econômico nasce no final do século XVIII, tendo como referência as obras de autores como David Ricardo e Adam Smith. A visão econômica do liberalismo clássico, como ficou conhecido, ancora-se na crítica ao Estado Absolutista e na defesa da liberdade como “objetivo último e o indivíduo como entidade principal da sociedade” (FRIEDMAN, 1962). Centra-se, deste modo, na defesa do indivíduo:

Ao desenvolver-se em fins do século XVIII e princípios do século XIX, o movimento intelectual que tomou o nome de liberalismo enfatizava a liberdade como objetivo último e o indivíduo como a entidade principal da sociedade. O movimento apoiou o mercado livre no exterior como um modo de unir as nações do mundo pacífica e democraticamente. No terreno político, apoiou o desenvolvimento do governo representativo e das instituições parlamentares, a redução do poder arbitrário do Estado e a proteção das liberdades civis dos indivíduos. (FRIEDMAN, 1962, p.14)

Como define Milton Friedman, o liberalismo clássico defende uma sociedade regida pela “Mão invisível do Mercado”. Adam Smith⁶ defendia a autorregulamentação do mercado, com a mínima interferência possível do Estado na economia, prevalecendo os interesses da iniciativa privada na geração de lucros. O liberalismo econômico constitui-se como parte central do pensamento capitalista, segundo o qual o progresso de uma nação seria alcançado mediante a instituição de uma sociedade centrada e organizada pelo livre mercado.

⁶ Adam Smith (1723-1790) foi um importante pensador escocês, considerado um dos fundadores do pensamento liberal econômico. Sua obra faz defesa da economia capitalista, compreendendo o individualismo e a busca pelo lucro como motores de progresso da sociedade. Smith, diferentemente de seus precursores fisiocratas, acreditava que a fonte de riqueza de uma nação é o trabalho.

A riqueza das nações é uma obra escrita por Adam Smith no século XVIII, em 1776, sobre o contexto da Revolução Industrial, traz os princípios do liberalismo econômico, sendo considerado um clássico da literatura liberal. O liberalismo político avançava sobre a Europa, com o surgimento de pensadores como John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Voltaire, Montesquieu, entre outros. Ideias como liberdade de expressão, liberdade religiosa, liberdade política e descentralização do poder serviram de base para motins e revoluções naquele continente.⁷ O liberalismo econômico e político era a expressão intelectual da ascensão econômica da burguesia, que passou a questionar o modelo Absolutista Monárquico, almejando mais participação nas decisões governamentais. Os impostos relacionados ao comércio passaram a ser questionados pelos burgueses, sendo advogado o direito ao livre comércio e à propriedade privada.

No livro *A riqueza das nações*, Adam Smith esboça o que seria a função do Estado na concepção do liberalismo econômico. O primeiro dever do Estado seria proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outras nações e, para tal, deveria se formar um aparato militar. Em segundo lugar, o governo deveria proteger, na medida do possível, cada indivíduo da injustiça provocada por outros membros da sociedade, estabelecendo uma administração judicial ordeira. Para Smith, os gastos com aparato militar e judicial eram elementares para o estabelecimento de uma concepção de Estado Liberal (SMITH, 1996, p. 187). O terceiro e derradeiro dever do Estado seria a criação e a manutenção de instituições e obras públicas. Tais obras se desenvolveriam em torno da construção de um aparato de defesa e de uma estrutura para administração da Justiça. Segundo Smith, também seriam necessários gastos com obras e instituições públicas destinadas a beneficiar o livre comércio e a instrução da população:

É um fato evidente, que não precisa de nenhuma demonstração, que a criação e manutenção das obras públicas para facilitar o comércio em qualquer país — tais como boas estradas, pontes, canais navegáveis, portos etc. — necessariamente requerem gastos cujo montante varia muito, de acordo com os diversos períodos da sociedade. (SMITH, 1996, p.198)

⁷ O pensamento liberal foi difundido pela burguesia na Revolução Gloriosa (1688 – 1689), na Inglaterra, e na Revolução Francesa (1789).

Ao refletirmos sobre o contexto histórico da I Revolução Industrial, notamos que Adam Smith, assim como a burguesia do período, defende os gastos do Estado com obras públicas de infraestrutura, visando facilitar o escoamento das mercadorias produzidas nas fábricas que surgiram em parte da Europa. A educação seria necessária para que os indivíduos conhecessem as normas da sociedade, o sistema legislativo etc.

Sob o pressuposto de defesa das liberdades individuais, o liberalismo clássico formulado por Adam Smith estrutura-se a partir da intenção de advogar pela propriedade capitalista e pelo lucro da burguesia:

A fartura dos ricos excita a indignação dos pobres, que muitas vezes são movidos pela necessidade e induzidos pela inveja a invadir as posses daqueles. Somente sob a proteção do magistrado civil, o proprietário dessa propriedade valiosa — adquirida com o trabalho de muitos anos, talvez de muitas gerações sucessivas — pode dormir à noite com segurança. (SMITH, 1996, p.188)

Para os autores liberais, a organização de uma sociedade regida pelo livre mercado, centrada na iniciativa privada, seria o único caminho para promoção de uma sociedade verdadeiramente livre. Segundo Friedman, a liberdade econômica seria, ainda, o único caminho para liberdade política. Esse pensador compreendia como liberdade política a ausência de coerção sobre o indivíduo por parte dos seus semelhantes:

A organização econômica desempenha um papel duplo na promoção de uma sociedade livre. De um lado, a liberdade econômica é parte da liberdade entendida em sentido mais amplo e, portanto, um fim em si própria. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também um instrumento indispensável para obtenção da liberdade política. (FRIEDMAN, 1984, p.17)

Podemos concluir que tanto para os Liberais Clássicos quanto para os autores Neoliberais, a defesa do Livre Mercado é central na construção ideológica de uma sociedade na qual o Estado não possui funções sociais ou econômicas. De acordo com essa lógica, o Estado passa a centrar-se na função policial, judicial e militar (CHAVES, 1999).

Alguns autores críticos do liberalismo utilizam o prefixo “neo” para diferenciar o capitalismo desenvolvido no período após a Segunda Guerra Mundial. Utilizaremos neste trabalho o conceito de neoliberalismo, pois entendemos que define de forma mais adequada o modelo econômico implementado na conjuntura histórica vivida que vai da segunda metade do século XX (1970) até os dias atuais (segunda década do século XXI).

De acordo com o historiador Perry Anderson, o neoliberalismo tem seu desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte. Uma das obras que dá origem a essa corrente foi *O caminho da servidão* (1944), do austríaco Friedrich Hayek (ANDERSON, 1995). Hayek ganhou prestígio ao ser escolhido para o Nobel de Economia em 1974, três décadas após a publicação de seu livro. Nessa obra, o filósofo político critica todo tipo de intervenção do Estado na formação da sociedade. Hayek advoga que intervenções estatais ameaçam a liberdade econômica e política dos indivíduos, sendo o mercado o “ente” mais apropriado para conduzir a sociedade a um bem-estar social.

O pensamento neoliberal começa a ganhar destaque no mundo após a Segunda Guerra Mundial, principalmente no final da década de 1970, sendo uma alternativa ao Estado de bem-estar social que entrara em crise na Europa Ocidental. O Estado de bem-estar social tem como características o estabelecimento de políticas de seguridade social e a garantia de direitos fundamentais⁸ para o desenvolvimento dos cidadãos, como é o caso da educação.

Autores como Friedrich Hayek, Ludwig von Mises, Murray Rothbard, Karl Raimund Popper e Milton Friedman ganharam destaque no cenário econômico e político internacional naquele período. A filosofia econômica neoliberal ascende em um contexto histórico de crise da economia mundial, diante da necessidade de se repensar os gastos e o papel do Estado nas economias capitalistas, sendo uma opção para diminuir as receitas do governo durante as

⁸ Os direitos fundamentais estabelecem que o Estado deve garantir condições mínimas para existência do indivíduo, tendo como base o princípio da dignidade humana. A Constituição Federal de 1988 estabelece direitos individuais e coletivos, dentre os quais se encontram os direitos de nacionalidade, os direitos políticos e os direitos sociais (entre eles, a responsabilidade estatal sobre a Educação). Disponível em: <https://www.projuris.com.br/o-que-sao-direitos-fundamentais/>. Acesso em: 06/07/2022.

crises econômicas estruturais do capitalismo e manter as taxas de lucro do grande capital:

Para Hayek e outros teóricos libertários, a crise originava-se das elevadas despesas estatais e do excessivo poder do movimento operário, que em suas reivindicações de aumentos salariais e gastos sociais teriam minado a acumulação capitalista, ao corroer os lucros das empresas, desencadeando um processo inflacionário que colocava em risco as economias de mercado. A solução para esses pensadores estava, desse modo, na estabilidade monetária, na diminuição dos gastos sociais, nas reformas fiscais, na redução de impostos sobre rendimentos e rendas mais altas para incentivar a poupança e o investimento e na restauração da taxa de desemprego visando quebrar o poder dos sindicatos. (ONOFRE, 2014, p.202)

A crise capitalista dos anos 1970 foi um solo fértil para o desenvolvimento das políticas neoliberais, que viam exaurido o modelo econômico até então vigente. A queda nos índices de crescimento econômico, somada ao aumento do desemprego e da inflação, serviu como motivação para a implementação de um modelo mais austero, que diminuiu os gastos com seguridade social implementados no período pós-guerra.

John Maynard Keynes (economista inglês), apesar de ser classificado atualmente por frações da direita neoliberal como comunista, visava a construção de um modelo de Estado que garantisse o desenvolvimento econômico de mercado, mas que mitigasse os impactos sociais promovidos pela concentração de capital. Para Keynes, era necessário unir eficiência econômica, justiça social e liberdade individual:

Por conseguinte, Keynes propôs “a eutanásia do capitalista” e “uma socialização um tanto abrangente do investimento”, como a resposta criativa do capitalismo à insistência socialista na socialização de produção. Como foi observado, a prescrição de Keynes residia em que o Estado controlasse os gastos e a demanda, em vez de controlar a propriedade e a oferta. Além disso, a concentração na demanda agregada muito fazia para desarmar a luta de classes, já que uma demanda forte levaria a um tempo a altos lucros e ao pleno emprego, com salários crescentes. (MERQUIOR, 2014, p. 201)

O Keynesianismo tornara-se, no mundo pós-guerra, um empecilho para a otimização dos lucros dos capitalistas, começando a ser atacado e responsabilizado pela crise do sistema econômico. Nesse período, o discurso de Estado mínimo começa a emergir como o novo paradigma a ser seguido pelos Estados Nacionais.

O antissocialismo também é tema recorrente nas obras neoliberais. Essa vertente do pensamento considera que o modelo interventor do Estado Soviético, sustentado por uma política econômica planejada (economia planificada), impediu o desenvolvimento pleno do Capitalismo, tendo como consequência a criação de um modelo autoritário (Stalinismo). As teses dos autores neoliberais esbarram nas experiências de economias capitalistas com uma política autoritária, como o Nazismo e outros regimes totalitários.

A defesa de um Estado mínimo, enxuto, foi a proposta dos liberais para fazer frente ao Estado de bem-estar social surgido em alguns países capitalistas da Europa durante as décadas de 1950-1960. Os neoliberais ganharam espaço com a crise econômica da década de 1970, que possibilitou a implementação de governos que estabeleceram um rígido programa de austeridade fiscal⁹, como é o caso do governo Margaret Thatcher (1973-1990, Inglaterra), Ronald Reagan (1981-1989, EUA) e Francisco Pinochet (1973-1990, Chile), tendo como consequência altas taxas de desemprego.

Para os teóricos neoliberais, as políticas econômicas keynesianas impediam o fluxo natural do mercado, sobrecarregando os indivíduos com impostos. Esses seriam, como aponta Hayek, o caminho para servidão coletiva e para a supressão das liberdades individuais.¹⁰ Hayek posiciona-se duramente contra qualquer interferência do Estado, seja na economia, ou em qualquer outro setor que não a segurança pública e a justiça, seguindo, desse modo, os preceitos do liberalismo clássico de Adam Smith.

De acordo com Harvey (2010), a retórica sobre a liberdade individual presente nas obras de autores neoliberais serviu como base do pensamento que possibilitou a restauração e a consolidação da classe capitalista diante da crise econômica:

⁹ A austeridade fiscal é um regime de política econômica que objetiva o corte de gastos no orçamento dos Estados. Esse modelo de operação dos governos é conhecido por cortar gastos com programas sociais, educação, saúde, lazer e investimentos públicos no geral, tendo como justificativa a meta a ser atingida, ou seja, o resultado fiscal. Esse modelo de gestão dos Estados visa a transferência de capitais aos financiadores da dívida pública, através da produção de superávit. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/austeridade/>. Acesso em: 06/07/2022.

¹⁰ Para o autor austríaco Friederich Hayek, a presença e a interferência do Estado na economia, ou na oferta de direitos sociais, seriam o caminho para a diminuição das liberdades individuais. Para o autor, o Estado intervencionista era o caminho para o Estado totalitário e, por isso, Hayek era veementemente contra qualquer tipo de intervenção estatal. O autor argumenta que a possibilidade de coerção violenta do Estado para cobranças de impostos levaria à construção de uma sociedade servil.

Mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência de que ele está morto. (HARVEY, 2011, p. 16)

David Harvey define bem os princípios dessa filosofia da economia política, ressaltando que o neoliberalismo se centra na defesa do individualismo:

O Neoliberalismo é em primeiro lugar na teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2008, p.12)

Os pensadores neoliberais, filósofos, economistas, políticos, empresários, criaram, em 1947, a *Mont Pelerin Society*¹¹, com intuito de formular proposições para construção de um modelo societário que se opusesse ao Estado intervencionista keynesiano.

Para os neoliberais, a obrigação do Estado é manter as funções militares, policiais e legislativas. Os pensadores neoliberais advogam que a interferência do Estado deve se manter nos níveis mínimos e promover condições para criação de mercados na área educacional, da saúde, do saneamento básico, entre outros serviços que ainda não se encontram totalmente nas mãos do mercado (HARVEY, 2008). A implementação de cortes de gastos com programas sociais, a instituição de leis de trabalhos mais flexíveis e a privatização das atividades de empresas estatais (estratégicas para o desenvolvimento nacional) também constituem as agendas de governos neoliberais.

Existe no pensamento neoliberal a defesa notória do individualismo. Os teóricos dessa corrente se opõem a qualquer princípio político de intervenção

¹¹ A sociedade *Mont Pelerin* reunia economistas, políticos e filósofos de vários países com o intuito de impulsionar o pensamento liberal. Compuseram essa organização nomes que se tornaram referência para o neoliberalismo, como Friederich Hayek, Lud von Mises, Milton Friedman, Kal Popper, Michael Polanyi etc. A sociedade de *Mont Pelerin* já contou com cerca de 600 integrantes ao longo da sua escola, possuindo entre esses 8 ganhadores do Prêmio Nobel de Economia.

estatal. De acordo com os neoliberais, o discurso “coletivista”¹² responsabiliza o governo por problemas que deveriam ser sanados pelo livre mercado, aumentando, desse modo, a necessidade da cobrança de mais impostos pelo Estado. De acordo com a doutrina neoliberal, a instituição de uma sociedade regida em sua totalidade pelo livre mercado seria o melhor caminho para sanar todas as necessidades humanas:

O termo “mercado” é a palavra que serve hoje para designar pudicamente a propriedade privada dos meios de produção; a posse de ativos patrimoniais que comandam a apropriação sobre uma grande escala de riquezas criadas por outrem; uma economia explicitamente orientada para os objetivos únicos de rentabilidade e de competitividade e nas quais somente as demandas monetárias solventes são reconhecidas. (CHESNAIS, 1996, p.07)

De acordo com François Chesnais, uma sociedade de livre mercado é estruturada pelas demandas do capital por otimização de seus lucros. Sob essa perspectiva de expansão de atuação do mercado, ocorre a desestruturação de direitos que outrora eram assegurados pelos Estados, desresponsabilizando os governos em relação à oferta de saúde, cultura, lazer, saneamento básico etc. As políticas educacionais seguem essas mudanças em relação ao campo de atuação do Estado, fazendo parte do movimento de reestruturação do sistema capitalista. Segundo o autor David Hill:

A reestruturação mundial dos sistemas de ensino e educacionais faz parte de uma ofensiva ideológica e política do capital neoliberal. A privatização dos serviços públicos, a capitalização e a reificação da humanidade e dos comandos globais das agências do capital internacional – apoiados pela desestabilização de governos que resistem e, por fim, pelas cavalarias armadas dos EUA, seus aliados e mandatários – resultaram na criação de mercados competitivos quase globais (se não universais) para os serviços públicos e aqueles voltados ao bem-estar social, tais como a educação. (HILL, 2003, p.25)

De acordo com Hill, os mercados educacionais têm como característica a exclusão, situando-se dentro de contextos que promovem uma acentuada desigualdade social (HILL, 2003).

¹² Os autores da Escola Austríaca usam de forma pejorativa o termo “coletivismo”, referindo-se a governos ou princípios ideológicos que defendem a presença do Estado. Como possuem o individualismo como norteador ideológico, opõem-se ferrenhamente aos impostos, compreendendo os tributos como um abuso do Estado cometido em nome dos princípios coletivistas.

1.1- REFLEXÕES DE TEÓRICOS NEOLIBERAIS SOBRE A EDUCAÇÃO

Para o pensamento Liberal Clássico, a instrução das camadas inferiores do povo era de extrema importância, pois um povo instruído seria mais ordeiro que um povo rude, sem instrução, e mais propenso a respeitar a hierarquia quando recebesse algum nível de formação. Para Adam Smith, o Estado pode atuar na organização da estrutura educacional, por meio da criação de espaços destinados à instrução das crianças em paróquias e distritos (SMITH, 1996).

Adam Smith demonstra a preocupação com o financiamento das escolas, propondo que esse serviço seja ofertado não de forma gratuita, mas a partir de cobranças de pequenas taxas, proporcionando um rendimento para essas instituições que fosse capaz de cobrir esses gastos:

Também as instituições para a educação da juventude podem propiciar um rendimento suficiente para cobrir seus próprios gastos. Os honorários ou remuneração que o estudante paga ao mestre constituem um rendimento deste gênero. (SMITH, 1996, p. 228)

Adam Smith acreditava que a classe trabalhadora poderia ter acesso ao ensino de “matérias mais essenciais”, como ler, escrever e calcular. Podemos observar que se passaram mais de dois séculos, e os liberais ainda continuam defendendo uma base de conhecimentos similares para a classe trabalhadora. Na visão de Adam Smith:

Embora, porém, as pessoas comuns não possam, em uma sociedade civilizada, ser tão bem instruídas como pessoas de alguma posição e fortuna, podem aprender as matérias mais essenciais da educação - ler, escrever e calcular - em idade tão jovem, que a maior parte, mesmo daqueles que precisam ser formados para ocupações mais humildes, têm tempo para aprendê-las antes de empregar-se em tais ocupações. (SMITH, 1996, p. 246)

Segundo Smith, os desafortunados deveriam ter uma formação enxuta, para ocupações laborais mais humildes. Para o autor, não existe a intenção de estabelecer uma educação que trouxesse igualdade de oportunidades, mas sim que fosse reflexo das condições econômicas dos indivíduos. A educação para os liberais é naturalmente desigual, pois a desigualdade é concebida como condição natural da sociedade.

Os autores neoliberais possuem uma visão desestatizante a respeito da educação formal e dialogam com as ideias do Liberalismo Clássico de Smith. Estão, entre esses autores, filósofos, economistas e políticos como Friedrich Hayek, Ludwig von Mises, Milton Friedman, e o libertário¹³ Murray Rothbard.

Esses pensadores questionaram o que chamam de “monopólio do Estado” sobre a educação. Milton Friedman, por exemplo, critica ferrenhamente o fato de a educação formal estar inteiramente administrada pelo governo ou por instituições sem fins lucrativos. O autor ressalta que mesmo em países liberais contemporâneos existe uma responsabilização da oferta educacional centrada no governo, estruturada por meio de leis que obrigam os Estados a oferecerem educação à sua população (FRIEDMAN, 1984).

Esses autores partem do pressuposto de que a centralidade do Estado na oferta educacional fere a liberdade individual. No capítulo VI da obra *Capitalismo e liberdade*¹⁴, intitulado “O papel do governo na Educação”, Milton Friedman discorre sobre a visão neoliberal a respeito do processo educativo e a responsabilidade estatal em relação ao provimento da oferta educacional. Segundo Friedman, para o estabelecimento de uma sociedade democrática, faz-se necessário o mínimo de alfabetização e de instrução dos cidadãos acerca de um conjunto de valores comuns. De acordo com o autor, o ganho ao educar a

¹³ Os libertários se opõem à existência da autoridade e do Estado, existindo duas visões distintas dentro dessa corrente de pensamento em relação ao sistema econômico e político mais adequado para a construção de uma sociedade ética e justa. A visão de Rothbard está associada à defesa da propriedade privada e do capitalismo de livre mercado, fazendo severas críticas ao Estado de bem-estar social.

¹⁴ *Capitalismo e liberdade* é uma obra do neoliberal Milton Friedman (1912-2006), economista estadunidense que fundou a “escola monetarista”. O autor defende o controle fiscal dos gastos do Estado como forma de lidar com a inflação pela qual diversos governos do mundo passaram nas décadas de 1970-1980. Nessa obra, Friedman faz uma relação entre livre mercado e liberdade política, analisando outros aspectos de uma sociedade, como a oferta educacional, a distribuição de renda e o monopólio estatal, sempre a partir da defesa da sociedade capitalista, do livre mercado e da iniciativa privada.

população não é desfrutado apenas pelas crianças ou por seus responsáveis, mas também por todos que compõem a sociedade.

Enxergando como necessária a instrução dos indivíduos para o estabelecimento da sociedade, Friedman levanta um questionamento sobre a forma de financiamento da educação, nos casos em que as famílias não possuem condições de acesso aos serviços educacionais. Milton Friedman considera que esses casos podem ser solucionados por meio de subsídios especiais às famílias necessitadas (FRIEDMAN, 1984).

O economista advoga a tese segundo a qual a parcela da população com condições de pagar pela educação dos seus filhos deve assumir essa responsabilidade, eliminando, assim, a cobrança de impostos (considerados excessivos pelo autor) sobre essas pessoas. Em síntese, Milton Friedman defende que a iniciativa privada ou as instituições filantrópicas ofereçam a educação, e o cidadão (que não será onerado pelo governo) poderá acessar o serviço que mais lhe agrada no mercado. Quando não houvesse condições financeiras por parte dos pais, esses deveriam receber *vouchers* para escolherem a instituição de ensino para seus filhos. A defesa desse sistema vem ocorrendo sistematicamente no Brasil nos últimos anos, sendo desenvolvidos projetos e experiências que têm como base as ideias de Friedman.

O *voucher*, proposto por Friedman, seria um “ticket” de valor determinado, fornecido pelo Estado para as famílias mais carentes acessarem serviços educacionais. Milton Friedman propõe essa política em 1950, com o intuito de melhorar os níveis das instituições educacionais mediante a concorrência imposta pelo livre mercado. O economista foi premiado por essa ideia com o Prêmio Nobel de 1976, período que suas reflexões avançaram no Chile, durante a Ditadura Pinochet. Sob essa perspectiva, a educação torna-se um serviço a ser ofertado pelo mercado, visando criar uma competição entre as escolas que proporcione o aumento da qualidade educacional.

De acordo com Friedman, os subsídios devem ser concedidos apenas às séries primárias, no máximo até o colégio:

Subvencionar o treinamento de veterinários, cabeleireiros, dentistas e outras especialidades, como é feito nos Estados Unidos em instituições educacionais mantidas pelo governo, não tem a mesma justificativa

que pode ser apresentada para os subsídios à instrução primária ou, em nível mais alto, aos colégios. (FRIEDMAN, 1984, p.85)

Para Milton Friedman, as Universidades e cursos profissionalizantes não seriam responsabilidade do governo. A ideia do economista era diminuir os subsídios gradativamente, ao ritmo do aumento geral do nível de vida da população. Fica notório o intuito de desresponsabilizar o Estado sobre a oferta educacional, seja para o ensino básico, superior ou profissionalizante. Notamos esse pensamento ser reproduzido amplamente pelos militantes neoliberais no Brasil, onde o próprio Ministro da Educação do Governo Bolsonaro, Abram Weintraub¹⁵, vocalizou esta ideia.

Friedman também se posicionava contra a gestão pública estatal da educação. Acreditava que a nacionalização da educação nos EUA, que influenciou outros modelos educacionais na América Latina, ocorreu por conveniência, não sendo devidamente analisada. Para o autor, o papel do governo sobre o sistema educacional deveria estar centrado em assegurar que as escolas garantissem padrões mínimos de qualidade e de conteúdos comuns em seus programas (FRIEDMAN, 1984). A proposta do autor é repassar o subsídio para educação aos pais, para que esses escolham a instituição através da qual seus filhos terão acesso à instrução formal:

Os pais poderiam usar essa soma e qualquer outra adicional acrescentada por eles próprios na compra de serviços educacionais numa instituição "aprovada" de sua própria escolha. Os serviços educacionais poderiam ser fornecidos por empresas privadas operando com fins lucrativos ou por instituições sem finalidade lucrativa. (FRIEDMAN, 1984, p.86)

¹⁵ Em três anos e seis meses de governo, já se passaram cinco Ministros pela Pasta da Educação. O primeiro deles, Ricardo Vélez Rodríguez, colombiano indicado por Olavo de Carvalho, propôs rever a visão dos livros didáticos sobre a ditadura militar (1964-1985). Vélez deixou o MEC em abril de 2019, dada uma disputa interna do governo. Foi substituído por Abram Weintraub, que propôs a privatização das Universidades Públicas através do projeto "Future-se". Weintraub rotulava o setor educacional como espaço dominado pela "ideologia comunista" e deixou o cargo após declarações, vazadas de uma reunião, em que pedia a prisão dos Ministros do STF pelas medidas tomadas contra a pandemia de Covid-19. Seu sucessor, Carlos Decotelli, foi nomeado em junho de 2020, mas abandonou o Ministério em apenas cinco dias, após denúncias de falsificação do *Currículo Lattes*. O quarto Ministro foi Milton Ribeiro, pastor evangélico, que permaneceu por quase dois anos no cargo, mas foi demitido após o vazamento de áudios sobre um esquema de corrupção, dentro do Ministério da Educação, que privilegiaria prefeituras ligadas a determinadas lideranças evangélicas. Nesses áudios, pastores envolvidos no esquema pediam propina em ouro. Ribeiro foi substituído por Victor Godoy Veiga, que ocupava o cargo de secretário-executivo do MEC. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/03/milton-ribeiro-deixa-mec-relembre-as-cries-dos-4-ministros-da-educacao-sob-jair-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 06/07/2022.

De acordo com Friedman, a desnacionalização das escolas daria maior poder de escolha aos pais, respeitando, desse modo, a liberdade individual. Outra consequência desse processo seria o surgimento de uma competição entre as instituições escolares, estimulando o desenvolvimento e o progresso da educação. O autor discorreu, ainda, sobre a mudança salarial dos professores, que estaria submetida à demanda do mercado (FRIEDMAN, 1984).

O economista Friederich Hayek também desaprova o modelo de educação estatal, criticando a oferta educacional centrada nas mãos do Estado. Na visão do austríaco, esse modelo de monopólio público estatal viola o princípio de liberdade individual dos pais, já que impede a escolha sobre a forma de oferta da educação e sobre os princípios da instituição na qual a criança deverá estudar. Para Hayek, o estabelecimento de um modelo cujos serviços sociais são ofertados pelo livre mercado seria a proposta ideal:

A manutenção da concorrência tampouco é incompatível com um amplo sistema de serviços sociais desde que a organização de tais serviços não torne ineficaz a concorrência em vastos setores da vida econômica. (HAYEK, 1990, p.59)

Para os neoliberais, serviços sociais, como educação e saúde, não são concebidos como direitos, não sendo responsabilidade do Estado, mas sim dos indivíduos. Tornando-se um direito, a necessidade de financiamento obrigaria os indivíduos a pagarem tributos para financiarem os serviços, ferindo, desse modo, a liberdade individual. Implementado à área social, o neoliberalismo defende a ideia de que a oferta de serviços educacionais deve estar sob domínio da iniciativa privada. Segundo Chaves, o Estado deve fazer um esforço em regulamentar as atividades exercidas pela iniciativa privada (CHAVES, 1999).

Outro integrante da Escola Austríaca que elabora considerações mais radicais a respeito da educação é o austríaco Ludwig von Mises. O economista questiona a ideia de obrigatoriedade por parte do Estado em ofertar a educação. Para Mises, o acesso à instrução não é necessariamente o caminho para promover a igualdade e diminuir as diferenças sociais, já que desconsidera a existência de característica individuais inatas, como o caráter, a força de vontade e a inteligência (MISES, 2009).

De acordo com Mises (2009), assim como para toda uma corrente mais radical da Escola Austríaca, a educação formal estatal produz doutrinação ideológica, tendo como função transmitir os valores de uma sociedade coletivista, ou seja, a favor do fortalecimento do Estado. Para o autor, a educação, na forma como é ofertada, não contribui para o progresso e para a inovação humana, apenas serve de instrumento para a conservação de uma sociedade configurada pela centralidade do Estado. Vemos também nas ideias de Mises a crítica à educação estatal e a defesa da criação de um mercado educacional.

Outro nome importante da Escola Austríaca é o filósofo libertário inglês Murray Rothbard (autor “cultuado” pelos anarcocapitalistas¹⁶), cujo livro mais difundido é *Educação livre e obrigatória*, publicado em 1972. Nessa obra, Rothbard ostenta posições libertárias sobre o processo educacional de uma sociedade; historiciza todo o processo de instituição da educação compulsória (obrigatória), passando pela antiguidade clássica, e seu desenvolvimento a posteriori na Europa e nos EUA. O autor elaborou ferrenhas críticas à obrigatoriedade imposta pelos Estados Nacionais. Segundo Rothbard:

A história do desenvolvimento da educação obrigatória é uma história da usurpação estatal do controle dos pais sobre seus filhos para o próprio bem do estado; uma imposição de uniformidade e igualdade para reprimir o crescimento individual; e o desenvolvimento de técnicas para impedir o crescimento do poder de raciocínio e do pensamento independente entre as crianças. (ROTHBARD, 2013, p.29)

De acordo com Rothbard, a educação obrigatória estatal teve origem na reforma religiosa protestante. Lutero foi um dos primeiros defensores da escola pública com frequência obrigatória (ROTHBARD, 2013). Para o autor, os fatos históricos demonstram que os reformadores buscavam uma doutrinação religiosa da população, como ocorreu nas instituições calvinistas, que estabeleceram

¹⁶ Denominado também de anarquismo de livre mercado, essa filosofia política foi desenvolvida pelo economista estadunidense Murray Rothbard (1926-1995). Os fundamentos teóricos dessa ideologia centram-se na defesa da autoridade moral do indivíduo e da propriedade privada e se opõem a qualquer interferência do Estado no estabelecimento da sociedade. Para os anarcocapitalistas, o Estado impede o desenvolvimento pleno do sistema capitalista, sobrepondo, com suas ações em prol do coletivo, os interesses individuais. O ideal anarcocapitalista faz a defesa de uma sociedade na qual serviços como saúde, educação, segurança pública, estariam sob controle da iniciativa privada, submetidos às leis de mercado e fundamentados no direito privado.

escolas obrigatórias na França (1571), na Holanda (1609) etc. Rothbard também cita o Estado Prussiano, que, sob o governo do monarca Guilherme I, instituiu a frequência obrigatória nas escolas estatais.

Murray Rothbard nos chama a atenção para o fato de que a Prússia criou medidas para massificação da educação e investiu em educação gratuita para todos os níveis, ofertando formação aos futuros professores. Criou-se na Prússia leis que obrigavam os pais a enviarem seus filhos para escola, tendo como punição, por descumprimento, multa, restrições civis e até mesmo perda da guarda das crianças. A Prússia deu início a um modelo que se espalhou pela Europa (França, Inglaterra), EUA e outros países da América nos séculos seguintes.

Rothbard também se posiciona de forma contrária à educação obrigatória compulsória estatal. Segundo o filósofo, a centralização da instrução formal na mão do Estado possibilitou governos de regimes totalitários como o Fascismo, o Nazismo e o Stalinismo. Assim como outros autores neoliberais, ele rechaça o discurso “coletivista e igualitarista”.¹⁷ De acordo com o autor, a educação coletivista foi um dos pilares para a construção de regimes autoritários, utilizando-se da doutrinação ideológica da juventude.

Segundo Rothbard, o modelo de instrução formal mais apropriado seria aquele centrado na individualidade do cidadão, e não no coletivo. Para o autor, as crianças possuem capacidades cognitivas, aptidões e interesses distintos, sendo inviável estabelecer cursos coletivos. O autor ressalta que uma sala de aula integra indivíduos de ritmos diferenciados, sendo um fator de desvantagens aos alunos que possuem um potencial acima da média, já que esses teriam tolhidas suas potencialidades individuais (ROTHBARD, 2013). Partindo dessa lógica, Rothbard critica a defesa da igualdade como princípio fundamental da educação:

É evidente que o comum entusiasmo pela igualdade é, num sentido fundamental, anti-humano. Tende a reprimir o desenvolvimento da personalidade e diversidade individual, e da civilização; é um impulso para a uniformidade selvagem. Visto que habilidades e interesses são

¹⁷ Os neoliberais consideram os debates e as ações em prol do desenvolvimento coletivo da sociedade, que se ancoram na defesa de igualdade social, as mazelas que influenciam a construção de um Estado com responsabilidades sociais. Tais responsabilidades onerariam a iniciativa privada, colidindo, assim, com os interesses individuais (capitalistas).

naturalmente diversos, um impulso para tornar as pessoas iguais em todos ou quase todos os aspectos é necessariamente um nivelamento por baixo. É um impulso contra o desenvolvimento do talento, gênio, variedade e poder de raciocínio. Visto que nega os princípios fundamentais da vida humana e crescimento humano, o credo da igualdade e uniformidade é um credo de morte e destruição. (ROTHBARD, 2013, p.16)

Murray Rothbard acredita que ao estabelecer regras para instrução e defender o princípio de igualdade no processo educacional o Estado cometerá uma injustiça, tanto para os “lentos” como para os “brilhantes” (ROTHBARD, 2013).

A educação formal mais adequada seria, portanto, aquela em que o professor escolhido pelos pais instruiria a criança, sendo possível assim o pleno desenvolvimento das capacidades individuais. O modelo de escola formal, que preza pela igualdade de desenvolvimento de um grupo, tenderia a fixar o ensino a baixos níveis. Rothbard acrescenta que a educação compulsória viola os direitos dos pais e das crianças. O autor enfatiza que a educação compulsória instituída pelo Estado utiliza o fato de que este pode usar a violência para fazer cumprir suas determinações:

Em contraste com todos os outros indivíduos e organizações, o estado decreta o que deve ser obedecido sob risco de prisão ou cadeira elétrica. A criança deve crescer sob as asas de uma instituição que repousa sobre violência e restrição. Que tipo de desenvolvimento pacífico pode haver sob circunstâncias deste tipo? (ROTHBARD, 2013, p.20)

Para o teórico, a instrução dos pais seria mais ideal em um modelo que preza pela liberdade. Segundo o autor, os pais são os mais aptos a fornecerem a instrução formal, pois são mais qualificados para saberem o ritmo de ensino, potencialidades etc. Nos casos em que os responsáveis não possuem as condições de educar seus filhos, é colocada a alternativa de se contratar um tutor quando houver a necessidade. O acompanhamento individualizado permitiria analisar de forma mais precisa o progresso do indivíduo e, de certo modo, avaliar o serviço prestado pelo tutor.

Murray Rothbard sugere que as escolas privadas também seriam uma alternativa para instrução formal, mais bem vista pelo autor do que a educação estatal. Porém, ele critica classes com muitas crianças, horários e currículos definidos, o que, segundo o autor, prejudicaria os ritmos de desenvolvimento individuais. As escolas privadas teriam uma razão econômica, já que a instrução individual possui um custo elevado. Para o autor, a vantagem da instrução sob modelo de escolas privadas consistiria no fato de que o livre mercado desenvolveria diferentes tipos de escolas segundo as demandas dos consumidores desses serviços (ROTHBARD, 2013):

A vantagem do desenvolvimento ilimitado de escolas privadas é que será desenvolvido no livre mercado um tipo diferente de escola para cada tipo de demanda. Escolas tenderão a ser desenvolvidas especialmente para crianças brilhantes, para crianças normais, para crianças com dificuldades, para aquelas com aptidões amplas e para aquelas para as quais seria melhor se especializar etc. (ROTHBARD, 2013, p.18)

Como podemos notar, os autores neoliberais citados têm uma visão que influencia o debate público educacional brasileiro. O sistema de *voucher* para educação básica, defendido por Milton Friedman, vem sendo colocado em pauta nas discussões sobre políticas públicas educacionais no Brasil. Partidos e movimentos liberais reforçam que uma educação gerida pela lógica de mercado seria mais eficiente, aumentando a concorrência e os níveis educacionais brasileiros. Nesse sentido, temos alguns projetos similares ao sistema de *voucher* que já foram implementados, como o Prouni, e as Parcerias Público-Privadas (para atender a demanda por creches, por exemplo).

A defesa do *homeschooling*, inspirada nas ideias de Murray Rothbard, também ganha espaço no Brasil, apoiada por liberais e conservadores. Existiu, nesses últimos anos, sete projetos de lei que buscavam regulamentar o ensino domiciliar no país, sendo uma das pautas defendidas pelo governo de Jair Bolsonaro. Segundo a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), cerca de 15.000 estudantes estariam praticando o *homeschooling* atualmente. A dificuldade de se retornar as atividades educacionais presenciais durante a pandemia colocou em evidência a proposta pelo novo modelo de ensino.

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de *homeschooling* no dia 18/05/2022, com 264 votos a favor e 144 contrários à proposta. O Projeto de Lei agora tramitará no Senado Federal. A Constituição de 1988 prevê a obrigatoriedade de frequência à escola para os indivíduos que estejam entre 4 e 17 anos de idade.

A proposta ganha um amplo apoio entre os grupos de conservadores e liberais; o conservadorismo ancore-se na religiosidade, enquanto os liberais defendem as liberdades individuais e a necessidade da criação de um mercado educacional que promova uma melhora nos níveis educacionais. O avanço da proposta interessa ao capital financeiro, que almeja sua expansão e reprodução na oferta dos serviços públicos, como é o caso a educação.

O *homeschooling* torna-se viável financeiramente para os governos que buscam diminuir os gastos com direitos sociais, ofertando um modelo educacional que tem um menor custo em relação à educação presencial, já que não necessita de uma estrutura física pública, recursos para alimentação dos estudantes e transporte escolar.

O ensino remoto imposto em função da necessidade de distanciamento social (consequência da pandemia de Covid-19) fortaleceu o grupo político que defende o ensino domiciliar. É importante ressaltar o papel que a escola ocupa no processo de socialização dos cidadãos e o crescimento nos problemas relacionados. A escola também tem papel crucial na construção da democracia de um país, fortalecendo os valores de liberdade de expressão, tolerância etc.

Outra questão do pensamento liberal que está em discussão e implementação no Brasil refere-se à gestão educacional. Nas últimas décadas, cresceu a atuação de fundações filantrópicas na gestão da educação pública. Podemos citar como exemplo dessas experiências a Fundação Unibanco, a Fundação Lemann, o Instituto Ayrton Senna, o Instituto RMV e o Instituto IUNGO. Essas instituições atuam no Ensino Básico de diversos estados brasileiros.

1.2- NEOLIBERALISMO NO BRASIL

O neoliberalismo começa a avançar no Brasil após o processo de redemocratização no fim dos anos 1980. Em 1989, tivemos a eleição de Fernando Collor de Melo para presidência da República, um político jovem, oriundo de uma oligarquia alagoana, que venceu a disputa eleitoral com a promessa de liberalizar a economia e cassar os “marajás”. Com esse discurso, ele conquistou as elites econômicas e a grande mídia do país. Collor propôs um plano para economia com base nos princípios políticos econômicos do neoliberalismo.

O Plano Collor, como foi chamado, estava alinhado a propostas de globalização econômica do grande capital, objetivando privatizações, corte de gastos públicos e abertura da economia para o mercado externo (diminuindo as taxas alfandegárias). Em suma, o papel do Estado seria propiciar um bom ambiente de negócios e enxugar a máquina pública:

Assim que toma posse no dia 15 de março de 1990, Collor põe em marcha um conjunto de reformas que tem origem na alardeada constatação do esgotamento financeiro do Estado e na necessidade de redução do déficit público. O “enxugamento” da máquina estatal a partir da eliminação de superposições e a diminuição de custos constituíram-se em objetivos de reforma administrativa. O eixo do discurso governamental sustentava-se no tripé desestatização, desregulamentação e liberalização dos preços e salários. (ALMEIDA, 2010, p.27)

Já no início dos anos 1990, temos estruturada, no discurso de Fernando Collor de Melo, a base ideológica de um governo neoliberal, no qual se faz a defesa de um programa que tem a diminuição da presença do Estado na economia como ideia central. As expressões “austeridade” e “eficiência” tornam-se a marca desse discurso político. A desregulamentação dos mercados, dos preços e dos salários, assim como o processo de

privatização de empresas estatais, desenvolve-se nas décadas seguintes, ora de modo abrupto, ora de forma mais amena.

Collor propôs um “choque de gestão”¹⁸, como medida que visava conter a inflação, e também confiscou a poupança de milhares de brasileiros. O Plano Collor, que adotou o câmbio flutuante¹⁹, extinguiu autarquias estatais e estabeleceu uma meta de 360 mil demissões de funcionários públicos. Em um momento de redemocratização da política brasileira, do estabelecimento de uma constituição de caráter social-democrata, que propunha obrigações frente aos direitos sociais²⁰, estabeleceu-se um governo que acenava para o modelo de Estado neoliberal, deixando os direitos sociais como educação, moradia e saúde em segundo plano.

O Plano Collor fracassou: não foi capaz de conter a inflação dos preços e denúncias de corrupção foram atribuídas a seu governo, que acabou sofrendo um processo de *impeachment*²¹, levando-o a pedir a renúncia no final do segundo ano de seu mandato.

Em relação aos projetos para educação no Governo Collor, foi estabelecido em 1990 o PANAC (“Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania”). Esse programa visava incentivar a sociedade civil a agir em prol da alfabetização de crianças jovens e adultos, atuando em parceria com órgãos governamentais e não governamentais (YANAGUITA, 2011).

¹⁸ “Choque de Gestão” na administração pública diz respeito à reforma gerencial, que tem como base o discurso de eficiência e eficácia. Essas reformas, que ganharam força no final do século XX, têm como objetivo a solução de problemas fiscais dos Estados, buscando reduzir gastos e melhorar os resultados concomitantemente. Para tal, traz para administração pública o modelo de gestão do trabalho da iniciativa privada, estabelecendo metas a serem atingidas a curto, médio e longo prazo.

¹⁹ O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o responsável pela regulamentação do mercado de câmbio, cabendo ao BC monitorar e garantir o funcionamento regular do mercado e o cumprimento da regulamentação. O Brasil adota o regime de câmbio flutuante, o que significa que o BC não interfere no mercado para determinar a taxa de câmbio, mas para manter a funcionalidade do mercado de câmbio. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidade/financeira/politicacambial>. Acesso em: 06/ 07/ 2022.

²⁰ A Constituição Federal de 1989 estabelece direitos mínimos para garantir o bem-estar dos indivíduos, ou seja, a dignidade humana. Essas garantias visam atenuar as diferenças sociais características do sistema de acumulação capitalista: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

²¹ “Para exercer a função de controle, o Legislativo tradicionalmente dispõe do poder de apurar a responsabilidade, através de procedimento específico, da autoridade pública que, rompendo a confiança nela depositada, comete infração de ordem política ou criminal. O termo *impeachment* pode designar tanto a acusação formulada pelo órgão de representação popular como, em sentido mais amplo, o processo que daí decorre e pode culminar na destituição da autoridade infratora. A ideia segundo a qual o poder deve ser exercido de maneira responsável e equilibrada inspira o funcionamento desse mecanismo de justiça penal-política.” Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/impeachment>. Acesso em 06/ 07/ 2022.

Nesse período também foi criado o “Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação (1991-1995)”. Segundo Adriana Inácio Yanaguita, o objetivo era inserir o Brasil na revolução tecnológica vivida na década de 1990, tendo como base os princípios da Teoria do Capital Humano²² e, desse modo, introduzir as ideias de eficiência, competitividade, e qualidade na educação (YANAGUITA,2011).

De acordo com a autora, os projetos estabelecidos visavam dividir a responsabilidade sobre a oferta educacional entre o governo, a iniciativa privada e a sociedade civil.

O vice de Fernando Collor, Itamar Franco (PTB), assumiu a presidência em 29 de dezembro de 1992, governando até 1º de janeiro de 1995. Itamar Franco era um político mineiro com longa trajetória na política. Foi prefeito de Juiz de Fora-MG, Senador, e candidatou-se ao governo de Minas Gerais pelo Partido Liberal em 1986. Seu governo ficou marcado pela criação de uma nova moeda, o chamado “Plano Real”. O plano implementado foi capaz de atenuar a alta inflação.

Em relação aos projetos para a área da Educação, o governo de Itamar Franco lançou o “Plano Decenal de Educação Para Todos 1993-2003”. O plano em questão criava estratégias para diminuir os índices de analfabetismo no Brasil e universalizar o ensino fundamental e foi elaborado com base na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida em 1990 na Tailândia.²³

O “Plano Decenal Educação para Todos” foi elaborado juntamente a instituições como UNESCO, UNICEF e BIRD, estabelecendo compromissos a serem cumpridos. Os acordos estavam ligados a mudanças na forma de gestão da educação, aproximando-se do modelo privado, buscando a racionalização dos recursos de forma eficaz. A readequação era exigida para o financiamento de órgãos como o Banco Mundial. As diretrizes visavam uma

²² A Teoria do Capital Humano considera que a educação é o motor do desenvolvimento econômico e afirma que os investimentos no setor educacional podem influenciar na taxa de crescimento do PIB de um país, à medida que exista a formação de indivíduos mais produtivos.

²³ Foi elaborado, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, um documento que estabelece as necessidades básicas de aprendizagem a serem buscadas pelos países signatários. Segundo essa Declaração, deve-se buscar a construção de um sistema educativo que atenda às necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos. O documento foca em metas para desenvolvimento da leitura, da escrita, da expressão oral, do cálculo, entre outros conhecimentos básicos.

escola mais produtiva, que formasse cidadãos mais eficientes, integrados às exigências do mercado e às transformações no sistema produtivo.

O processo de neoliberalização da economia intensificou-se durante o governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Durante esse período, foi implementada a proposta de um Estado Gerencial²⁴, sendo criado o Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), órgão responsável por promover uma reforma gerencial do Estado brasileiro. O economista Bresser Pereira²⁵ foi o Ministro encarregado de conduzir a implementação dessas reformas.

Para Bresser, o desenvolvimento econômico seria alcançado com a reformulação do papel do Estado, reduzindo seu campo de atuação e ampliando o espaço do mercado. Para se alcançar o estabelecimento de um Estado mínimo, seria necessário “privatizar, liberalizar, desregulamentar e flexibilizar os mercados de trabalho” (BRESSER, 1997).

O projeto de Bresser Pereira era a constituição de um Estado Social Liberal, que, segundo o autor, seria o modelo de Estado do século XXI. Esse modelo defende a proteção dos direitos sociais e o desenvolvimento de uma sociedade de livre mercado. O Terceiro Setor seria responsável por conduzir políticas públicas não estatais, ou seja, garantir os direitos sociais.

De acordo com a autora Mônica Piccolo Almeida, Collor e Fernando Henrique estabelecem um programa que considera falido o modelo de Estado nacional-desenvolvimentistas (ALMEIDA, 2010). Ambos os presidentes estabeleceram um modelo de Estado que se estruturasse em busca da austeridade fiscal, privatizando empresas estatais e atraindo capital externo. Na prática, os governos enfrentaram problemas com o alto índice de desemprego, greves de servidores públicos e confrontos por terras.

²⁴ O Estado Gerencial tem o intuito de diminuir as obrigações estatais e ampliar a atuação da iniciativa privada na sociedade. Este modelo prevê uma reestruturação da oferta dos serviços relacionados aos direitos sociais, buscando diminuir os gastos do governo. Esse modelo de Estado tem algumas premissas, tais como: a diminuição da interferência estatal, a descentralização dos serviços sociais, a transferência de responsabilidades para Organizações Sociais etc.

²⁵ Luiz Carlos Bresser-Pereira (1934) é um notório economista brasileiro, que ocupou o cargo de Ministro da Fazenda em 1987. Ele também foi Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998) e da Ciência e Tecnologia (1999) durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Bresser-Pereira, conhecido por ser responsável pela Reforma Gerencial do Estado, promoveu, na década de 1990, uma série de privatizações. O economista é defensor do Estado Social Liberal e é a favor da ação de entidades filantrópicas na oferta dos serviços sociais.

Durante os governos do PT, decorridos na primeira década do século XXI, o projeto neoliberal expandiu sua atuação, principalmente na oferta do ensino superior, através de programas como o FIES e o PROUNI, que, na prática, acabaram fortalecendo o ensino privado e estruturando o mercado educacional de Ensino Superior no Brasil. Em relação ao Ensino Básico, tivemos os avanços de instituições filantrópicas na gestão das escolas, sendo relevante a atuação de instituições como o Instituto Unibanco, o Instituto Ayrton Senna, o Todos pela Educação, a Fundação Lemann etc.

O governo do Partido dos Trabalhadores desenvolveu uma política social reconhecida mundialmente, com programas que trouxeram melhorias na condição de vida dos trabalhadores, como o “Bolsa Família”²⁶, promovendo o aumento do poder de compra dos trabalhadores. O governo também alçou certo protagonismo na América Latina, compondo um bloco econômico que estreitou relações com Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICs). Foi estabelecido um novo eixo econômico, fato que contribuiu para a diminuição do espaço de atuação do imperialismo estadunidense.

Apesar das conquistas alcançadas durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores, a política pragmática do partido não foi capaz de sustentar o modelo neodesenvolvimentista em um momento de queda na taxa de lucros e desaceleração do crescimento econômico mundial:

Os governos Lula e Dilma do PT, como governos de conciliação, foram em última instância, exemplos significativos de representação dos interesses das classes dominantes, fazendo como ponto de diferenciação, a inclusão de um programa de melhorias pontuais, como o Bolsa-Família, voltando para os assalariados e setores mais pobres do país, dentre outras medidas similares. Enquanto o cenário econômico foi favorável, o Brasil parecia caminhar bem, mas com o agravamento das crises econômica, social, política e institucional, esse mito desmoronou, no mesmo momento em que a Operação judicial denominada Lava Jato atingia alguns núcleos de corrupção política amplamente implementados pelo PT no governo. (ANTUNES, 2017, p. 52)

Lula adotou uma política pragmática no seu governo, trouxe diversos avanços para efetivação de direitos sociais, mas que não se sustentaram com o

²⁶ O “Bolsa Família” foi um programa criado em 2003, com o intuito de beneficiar uma parcela da população mais vulnerável, através de uma transferência de renda do Estado para essas famílias. Uma das condições do programa era a frequência dos filhos em idade escolar em uma instituição de Ensino Básico. O “Bolsa Família” foi extinto no dia 29 de dezembro de 2021, durante o Governo Bolsonaro, sendo sancionada a lei nº 14.284, que instituiu o “Auxílio Brasil”.

impacto da crise econômica de 2008, que tardou a chegar no Brasil, mas refletiu na queda de crescimento do PIB, no aumento do desemprego e nos cortes dos gastos públicos.

É necessário frisar as diferenças entre o modelo neoliberal implementado por Fernando Henrique Cardoso e o modelo de Estado organizado durante os governos do Partido dos Trabalhadores e dos governos seguintes. O PT, diferente dos partidos de direita e extrema direita do Brasil, compreende a educação como fundamental para ampliação da cultura democrática, valorizada como “um bem público substancial para ampliação dos direitos negados a classe trabalhadora brasileira” (GENTILI; ANDRADE, 2013).

Enquanto os governos de Fernando Henrique Cardoso promoveram cortes significativos na educação, os governos petistas aumentaram de forma relevante os gastos públicos com políticas sociais, chegando a 15,24% do PIB no Governo Lula. Algumas ações dos governos petistas foram importantes para garantir o direito à educação, promovendo políticas sociais que visavam à universalização da educação básica e à permanência dos alunos na escola. Além disso, estabeleceu a obrigatoriedade e a gratuidade dos 4 aos 17 anos, e ofertou o ensino básico às pessoas que não tiveram acesso à escolaridade na idade própria (GENTILI; ANDRADE, 2013).

Segundo os autores, outra medida importante dos governos do PT foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2006, que representou uma ampliação do fundo educacional, contemplando as três etapas da educação básica. Em 2008, durante o segundo Governo Lula, foi instituído o Piso Salarial Profissional Nacional. Também foi desenvolvida, nesses governos, a ampliação do acesso ao ensino superior assim como a criação de diversos Institutos Federais Educacionais por todo território nacional (GENTILI; ANDRADE, 2013).

O Partido dos Trabalhadores promoveu governos complexos e ambivalentes, condizentes com o caráter conciliatório e pragmático de suas políticas públicas. Ao mesmo tempo que promoveu avanços na efetivação de direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988, destinou enormes recursos públicos ao mercado privado educacional e abriu espaço para

Instituições Filantrópicas atuarem na promoção de políticas sociais, fato que se acentuaria no governo golpista de Michel Temer e no governo de extrema direita de Jair Bolsonaro.

As parcerias público-privadas ofertadas pelo catálogo de tecnologias do MEC (ainda nos governos de centro-esquerda) passaram a ter uma maior importância a partir do Governo Temer. Instituições de direito privado passaram a ter um certo protagonismo na elaboração das políticas públicas educacionais e na execução dessas propostas.

A partir do golpe jurídico parlamentar contra a presidência de Dilma Rousseff, o Brasil assume uma outra perspectiva de governo. Michel Temer buscou promover reformas que ganharam amplo apoio midiático, como a efetivada Reforma Trabalhista e a postergada Reforma da Previdência. Com um projeto intitulado “Uma ponte para o futuro”²⁷, Temer prometeu o retorno do crescimento econômico a partir de uma agenda de austeridade fiscal. Cortes foram paulatinamente efetuados nos orçamentos com os gastos destinados a efetivação dos direitos sociais.

Entre as propostas para enxugar o Estado, foi votada a PEC 241²⁸, que implementou um congelamento nos gastos públicos por 20 anos, comprometendo os investimentos em saúde e educação por duas décadas.

Efetiva-se, em 2018, a eleição de Jair Bolsonaro, político até então com atuação inexpressiva. Representante da categoria dos militares, Bolsonaro sempre ganhou os holofotes com um discurso pró ditadura militar, ataque aos Direitos Humanos, apologia à tortura etc. O contexto histórico de acentuação da crise econômica promoveu a ascensão, no Brasil e no mundo, de políticos alinhados a uma retórica fascista e anticomunista. Essa narrativa torna-se absurda se levarmos em consideração o atual contexto histórico de hegemonia de Estados estruturados a partir das premissas neoliberais.

²⁷ “Uma ponte para o furo” foi um programa de governo lançado pelo MDB em outubro de 2015, cujo objetivo era promover reformas neoliberais, como ajuste fiscal, reforma da previdência, reforma trabalhista etc.

²⁸ A PEC 241, também chamada de “PEC do Fim do Mundo”, modificou a Constituição Federal de 1988 com o intuito de promover um Estado austero, estabelecendo um teto para os gastos públicos. A Emenda Constitucional fixou as despesas estatais por 20 anos, gerando consequências para a taxa de investimento público no setor educacional, de saúde, infraestrutura etc.

As políticas educacionais do governo Bolsonaro sempre estiveram associadas à ampliação do mercado educacional privado, à defesa do *homeschooling*, à expansão de Entidades Confessionais na oferta da educação básica e, é claro, à militarização de escolas de Ensino Básico. Com seu segundo Ministro da Educação, Abraham Weintraub, o governo apresentou o Projeto “Future-se”²⁹, com o intuito de privatizar o ensino superior.

A proposta educacional do Governo Bolsonaro tem como base a visão Olavista, que enxerga a educação como lócus da esquerda, sendo de extrema importância a desarticulação desses espaços e a reestruturação de um modelo educacional que diminua a responsabilidade do Estado sobre a oferta.

1.3 Educação e gestão do trabalho no neoliberalismo

Existe uma relação intrínseca entre trabalho-educação nas sociedades contemporâneas, sendo dois conceitos que também estão conectados historicamente e em suas antologias. Segundo Saviani, nas comunidades primitivas a educação realizava-se informalmente, ocorrendo no processo de interação entre os homens na busca pela subsistência (SAVIANI, 2007).

No sistema comunal primitivo, a propriedade era coletiva e os homens educavam as novas gerações no processo de produção da sua existência, mas em dado momento ocorre a separação entre “trabalho e educação”. Com o desenvolvimento de sociedades na Antiguidade, como Grécia e Roma, e das sociedades feudais, tivemos a formação da classe dos proprietários e dos não-proprietários. Essas experiências históricas criaram as condições necessárias para uma parcela da sociedade (proprietários) viverem sem a necessidade do trabalho, sustentando-se a partir a exploração do *labor* alheio. De acordo com Saviani, “...o desenvolvimento da sociedade de classes, especificamente nas

²⁹ O projeto “Future-se” foi uma proposta do governo de Jair Bolsonaro visando dar “autonomia financeira” às Universidades Públicas que, na prática, buscava desobrigar o Estado sobre a oferta do Ensino Superior, promovendo um processo paulatino de privatização desse nível de ensino. O projeto, que sofreu forte oposição dos servidores públicos das Universidades, propunha a transferência da gestão dessas instituições para Organizações Sociais e Fundações.

suas formas escravista e feudal, consumou a separação entre educação e trabalho” (SAVIANI, 2007, p.157).

Com a ascensão do modo de produção capitalista manteve-se o processo de separação entre trabalho e educação. Tivemos transformações relevantes na estrutura educacional, processo que durante a Idade Média possuía como característica central o caráter confessional religioso. Após a revolução burguesa da França (1789), o Estado começa a ter um papel central na oferta da educação formal, ascendendo nesse contexto a ideia de escola laica, gratuita, universal e obrigatória. Para a consolidação da sociedade capitalista industrial, tornou-se necessária a oferta educacional para “as massas” urbanas com o intuito de disciplinarizar o operariado fabril e instruir as crianças para a nova configuração econômica surgida a partir da Revolução Industrial. Segundo Demerval Saviani:

O modo de produção capitalista provocará decisivas mudanças na própria educação confessional e colocará em posição central o protagonismo do Estado, forjando a ideia da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória, cujas tentativas de realização passarão pelas mais diversas vicissitudes. (SAVIANI, 2007, p.157)

De acordo com Saviani, a universalização da escola foi crucial para a socialização e a formação da sociedade moderna, sendo uma instituição responsável por difundir os códigos formais e promover a capacitação dos indivíduos para o processo produtivo, ou seja, para o trabalho. A sociedade contemporânea nos apresenta uma exigência em relação à escolarização, tendo como norte os conhecimentos sistemáticos colocados como “necessários” para inserção no mercado de trabalho.

O capitalismo tem como força motriz a busca pelo lucro, processo que promove a exploração do trabalho para obtenção da mais-valia. Sendo assim, a gestão do trabalho tem importância central para o funcionamento desse sistema econômico. Cada etapa do capitalismo apresentou configurações distintas das relações de trabalho, cada período desenvolveu formas características de exploração do trabalho.

Segundo Antunes, na década de 1980 entrou em debate as teses que defendiam que a classe trabalhadora estaria passando por um período de retração, tendo em vista os avanços tecnológicos desenvolvidos na segunda

metade do século XX, reconfigurando, desse modo, o universo do trabalho a partir do desenvolvimento de um aparato maquínico-informacional-digital (ANTUNES, 2018). De acordo com o autor, apesar da redução do proletariado industrial que se verifica atualmente nas economias centrais do capitalismo, ocorre concomitantemente a expansão do contingente de trabalhadores no setor de serviços, da indústria e da agroindústria em países como Brasil, Índia, Coreia, África do sul, entre outros.

O capital vem se expandindo para regiões onde existem benefícios para sua reprodução, como desoneração de atividades econômicas (isenção de impostos), um mercado de trabalho desregulamentado e com baixa presença de sindicatos e direitos trabalhistas. Como aponta Ricardo Antunes, o contingente de trabalhadores disponíveis é ampliado em um contexto de drástica redução dos empregos, tendo como consequência a configuração de trabalhos mais “flexíveis”.

O espalhamento dos grandes conglomerados industriais por várias regiões do mundo teve como base a financeirização do capital produtivo³⁰, somado ao processo de liberalização e desregulamentação do fluxo de mercadorias e da força de trabalho. Essas transformações ocorrem em ritmos distintos, pois o capital encontra diferentes arranjos sociais, políticos, econômicos e culturais. Esses elementos podem acelerar ou retardar as transformações ocorridas pela expansão e reprodução do capital (ROSA, 2018):

(...) ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando. (ANTUNES, 2018, p. 30)

³⁰ Com o colapso do Sistema de Bretton Woods, o sistema monetário e financeiro começou a passar por uma série de mudanças, baseadas no fim do controle da mobilidade do capital pelo Estado. A partir daí, o neoliberalismo entrou em cena, amparado em políticas de desregulamentação dos mercados e liberalização dos movimentos de capitais. O capital produtivo foi deslocado pelo capital valorizado na esfera financeira, distinguindo assim o processo de financeirização da economia.

A transformação no mundo do trabalho discutida por Ricardo Antunes refuta a tese de eliminação do trabalho. O autor ainda aponta a expansão do novo proletário da era digital como parte do movimento de crescimento exponencial do setor de serviços. Faz-se necessário ampliar o conceito de classe trabalhadora, buscando englobar, na definição, todos os indivíduos que vendem sua força de trabalho como mercadoria, seja em atividades materiais ou imateriais, regulamentadas ou não (ANTUNES, 2018, p.36):

As formas de intensificação do trabalho, a burla dos direitos, a superexploração, a vivência entre a formalidade e a informalidade, a exigência de metas, a rotinização do trabalho, o despotismo dos chefes, coordenadores e supervisores, os salários degradantes, os trabalhos intermitentes, os assédios, os adoecimentos, padecimentos e mortes decorrentes das condições de trabalho indicam o claro processo de proletarização dos assalariados de serviços que se encontra em expansão no Brasil e em várias partes do mundo, dada a importância das informações no capitalismo financeiro global. Constituem-se, portanto, numa nova parcela que amplia e diversifica a classe trabalhadora. (ANTUNES, 2018, p.64)

De acordo com Marcelino e Cavalcante (2012), o termo “terceirização” é um neologismo criado no Brasil na década de 1970. Segundo os autores, em outros países o termo utilizado para caracterizar a relação de prestação de serviços entre duas empresas é “subcontratação”. De acordo com as produções bibliográficas da área de Administração, a terceirização é um mecanismo de gestão do trabalho que se ancora na ideia de que as empresas devem focar nas suas “atividades-fim” e delegar os outros serviços necessários a empresas especializadas, organizações privadas que assumiriam a responsabilidade pela execução (MARCELINO; CAVALCANTE, 2012).

A terceirização transformou as relações de trabalho a partir da reestruturação dos contratos de trabalho, diferenciando-os dos modelos contratuais da indústria fordista, que estabeleciam garantias legais asseguradas pela legislação trabalhista. Nota-se um rebaixamento das condições de emprego dos trabalhadores terceirizados, caracterizando-se um processo de precarização, no qual ocorre perda salarial, aumento dos riscos à saúde do

trabalhador, intensificação das jornadas de trabalho e desarticulação dos sindicatos:

A terceirização tornou-se, então, o novo elixir da vida empresarial. Atingindo praticamente todos os setores e ramos produtivos e de serviços, as empresas globais – respaldadas pelos governos – alegam que precisam aumentar sua produtividade e competitividade, o que só pode ser feito através da corrosão das condições de trabalho e de seus direitos. Como é cada vez mais difícil competir com os padrões chineses e indianos de superexploração do trabalho, até a Europa caminha celeremente para o desmonte do chamado estado de bem-estar social. (ANTUNES, 2015, p.10)

Para Antunes, o crescimento das terceirizações tem sido fundamental na geração de mais-valia. A inserção da mão de obra terceirizada nas cadeias produtivas incide de forma direta e indireta na valorização do capital e, consequentemente, na produção de lucro.

Com o processo de globalização intensificado a partir da década de 1990, também se acentuou a divisão internacional do trabalho, na qual os países subdesenvolvidos limitam-se a ser exportadores de matérias-primas, *commodities* e produtos agrícolas. A total abertura dessas economias³¹, como é o caso do Brasil, gerou um processo de retração do setor industrial, transformando o país cada vez mais dependente da exportação de produtos de baixo valor agregado (MARCELINO; CAVALCANTE, 2012).

O Brasil tem como característica uma economia de base agrícola sustentada pela produção latifundiária, possuindo a mão de obra cada vez mais mecanizada, acentuando, desse modo, a concentração de renda, intensificando a precarização do trabalho e promovendo taxas cada vez mais crescentes de desemprego. A lógica capitalista objetiva apenas o lucro, ignorando a necessidade de distribuição das riquezas produzidas, fator que deveria ser primordial para um país como Brasil, cujas raízes históricas amparam a nossa sólida estrutura de desigualdade social.

³¹ Os dados do IBGE das últimas décadas apresentam uma retração industrial se analisarmos os resultados das décadas de 1990 a 2020.

A década de 1970 foi marcada por uma crise econômica estrutural do sistema capitalista³² que culminou na reestruturação do sistema produtivo. O período foi caracterizado pela ascensão de governos que promoveram a desestruturação do Estado de bem-estar social, pela flexibilização das relações de trabalho e pela ascensão do capitalismo financeiro. Ocorre nesse período de crise uma reorganização do sistema produtivo e da hegemonia política, remodelando o capitalismo em relação à exploração da força de trabalho e das estratégias de disseminação da ideologia neoliberal.

Nesse período vivemos o esgotamento do Fordismo e do Keynesianismo, modelos que foram incapazes de sustentar as contradições do sistema capitalista. Surge nesse contexto novas formas de organização e gestão do trabalho, cada vez mais relacionadas às transformações de base microeletrônica, estabelecendo, a partir do desenvolvimento de novas tecnologias, formas mais complexas de disciplinarização e exploração dos trabalhadores. O discurso capitalista começa a enfatizar a necessidade de trabalhadores com uma formação geral ampliada, substituindo o “trabalhador especializado”, característico do modelo fordista. Os indivíduos devem se preparar para ocupar vários cargos ao longo da vida e para se adaptarem às demandas do mercado de trabalho, caracterizado pelas transformações que ocorrem em ritmo acelerado (GRABOWSKI; KUENZER, 2016).

O Toyotismo nasce no pós-Segunda Guerra Mundial no Japão, mas ganha notoriedade após as crises do petróleo da década de 1970. O aumento no preço do barril de petróleo causou o crescimento nos custos de produção. Nesse contexto, esse método de gestão do trabalho tornou-se referência para a indústria japonesa, sendo difundido nas décadas posteriores para vários países. Com a queda nas taxas de crescimento, a burguesia industrial buscou reestruturar as formas de gestão do trabalho (CAVALCANTE, 2006).

O modelo de gestão de trabalho do Toyotismo vai paulatinamente, a partir da década de 1970, conquistando espaço no setor industrial mundial, migrando e ganhando relevância também no setor de serviços. O modelo toyotista implanta

³² Ocorreu, na década de 1970, uma drástica queda nas taxas de crescimento, motivada pelo aumento no custo da produção. Os “Choques do petróleo” promoveram uma reorganização do sistema capitalista que passa pela gestão do trabalho, pela diminuição das responsabilidades do Estado e pela expansão desse modelo para as periferias do capitalismo.

o sistema *just-in-time* (em cima da hora), visando eliminar desperdícios na busca pelo aumento da produtividade. O sistema define o ritmo de produção de acordo com a demanda do mercado consumidor. Estabelece-se o método de estoque zero, tornando a necessidade de mão-de-obra variável. Esse modelo visa enxugar os gastos das empresas, possibilitando maiores lucros aos capitalistas, gerando, assim, novas relações entre capital-trabalho. É preciso levar em consideração que o modo de produção capitalista visa o lucro sempre em escala crescente:

Em seus traços básicos, o toyotismo estabelece uma produção mais diretamente vinculada à demanda, diferenciando-se com frequência da produção em série e de massa do taylorismo-fordismo. É um sistema que se estrutura no trabalho em equipe, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo, baseando-se num processo produtivo flexível onde o/a trabalhador/a opera simultaneamente várias máquinas. O toyotismo tem como princípio o just in time, metodologia que busca reduzir continuamente todo "estoque" de tempo e de efetivos. Esta baseia-se num aparato de informação e reposição de produtos chamado kanban. Conforma-se, por fim, uma estrutura produtiva mais horizontalizada, aspecto que se estende também a toda a rede de subcontratação das empresas, ampliando a chamada terceirização. (ANTUNES; PINTO, 2018, p. 64)

Segundo Augusto e Antunes, o Toyotismo trouxe novas funções e responsabilidade aos trabalhadores, além da intensificação da automação no processo produtivo. O novo proletariado surgido nesse contexto torna-se responsável pela manutenção dos equipamentos, além de ser incumbido de realizar diagnósticos, fazer o reparo e a manutenção dos equipamentos, pela programação do maquinário. Esse sistema trouxe a exigência de trabalhadores mais “polivalentes”, criando uma cultura laboral distinta do modelo taylorista-fordista. O modelo toyotista causou uma retração da necessidade de mão de obra, a chamada “liofilização”³³ do trabalho (AUGUSTO; ANTUNES, 2018).

Essas novas relações de trabalhos sustentam-se na desregulamentação e na mínima interferência possível nos acordos entre patrões e empregados.³⁴ A

³³ Trata-se do trabalho “vivo” sendo substituído por trabalho “morto”, uma vez que há diminuição dos postos de trabalho em função do avanço das novas tecnologias.

³⁴ Algumas correntes do liberalismo afirmam que a desregulamentação das relações de trabalho desoneraria o patrão, trazendo a possibilidade de um aumento do valor pago pela mão de obra. Na prática, observamos que a Reforma trabalhista realizada no governo de Michel Temer produziu um número significativo de pessoas que passaram a viver do trabalho informal.

eliminação de direitos, como folga semanal, férias anuais e limitação de jornada de trabalho, é característica desse estágio do modo de produção capitalista. Cresce o trabalho infantil, o trabalho em domicílio, a absorção do trabalho feminino, o trabalho informal, a terceirização, a pejotização, entre outras formas de trabalho desregulamentadas e precarizadas.

A crise financeira, somada às crises do petróleo na década de 1970 e à crise do dólar, refletiu na taxa de crescimento da economia mundial, sendo notória a diminuição das taxas de lucro do grande capital e do decréscimo no PIB mundial. Segundo Ricardo Antunes, nesse período iniciou-se um processo de reorganização do capital, que reestrutura seu sistema ideológico e político:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2000, p.33)

Como define o geógrafo David Harvey (1993), temos nesse período a passagem do modelo de acumulação rígida (Taylorismo-Fordismo) para o modelo de acumulação Flexível (Toyotismo). Essa fase do sistema capitalista tem como base a flexibilização das formas de trabalho a fim de garantir o lucro da burguesia. De acordo com Harvey, surge nesse período formas de trabalho desregulamentadas, além do trabalho *part time*, os subcontratos, a terceirização, o trabalho intermitente, entre outras formas de trabalho precarizadas.

A revolução tecnológica trazida pela informatização do trabalho fabril, junto à financeirização do capitalismo, à inserção das mulheres no mercado de trabalho e à intensificação dos processos migratórios em busca de ocupação laboral, criou um modelo no qual acentua-se o desemprego. O desemprego estrutural cria o exército de reserva³⁵, rebaixando os níveis salariais e

³⁵ "Nas condições do capitalismo, o desemprego não é uma aberração, mas uma parte necessária do mecanismo de trabalho do modo capitalista de produção. É continuamente produzido e absorvido pela energia do próprio processo de acumulação. E o desemprego é apenas a parte contada oficialmente do excedente relativo da população trabalhadora necessária para acumulação do capital e que por sua vez é produzida por ele." (BRAVERMAN, 1978, p.326)

contribuindo para o surgimento de formas cada vez mais precárias de trabalho. Como ressalta Ricardo Antunes:

A precarização não é algo estático, mas um modo de ser intrínseco ao capitalismo, um processo que pode tanto se ampliar como se reduzir, dependendo diretamente da capacidade de resistência, organização e confrontação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2018, p. 55)

Dentro dessa lógica produtiva temos a desregulamentação dos direitos do trabalho, além da reestruturação do sistema ideológico e político de exploração do trabalho. Nesse sentido, são desenvolvidas novas técnicas de gestão do trabalho, estabelecendo no plano discursivo o “envolvimento participativo dos trabalhadores”. Todas essas mudanças visavam “repor os patamares de expansão anteriores” (ANTUNES, 2000). Sendo assim, a reestruturação do sistema capitalista passa a exigir trabalhadores “polivalentes”, “multifuncionais”, diferenciando-se da demanda de trabalho da cultura fordista (especializada).

A crise imobiliária vivida nos EUA, em 2008, teve suas consequências reverberadas no mundo inteiro e acabou interferindo negativamente na estruturação das economias subdesenvolvidas e na atuação do Estado nesses países. Com a queda na taxa de crescimento dessas nações, a burguesia e seus atores políticos começam a atuar em prol da reestruturação fiscal dos países em desenvolvimento, estabelecendo uma política de corte de gastos, de desregulamentação do trabalho e do mercado.

Nessa conjuntura, o empresariado vem instrumentalizando a educação na busca pela construção e pela difusão do ideário neoliberal. Segundo Freitas, a educação passa a ser enxergada como um serviço a ser adquirido no “mercado”, e não mais como um direito, surgindo diferentes formas de privatização e diminuição da responsabilidade estatal sobre a oferta educacional (FREITAS, 2018). São desenvolvidas nesse período novas técnicas de gestão do trabalho, estabelecendo no plano discursivo o “envolvimento participativo dos trabalhadores”. Segundo Saviani:

No campo da educação e formação, o processo de subordinação busca efetivar-se mediante a delimitação dos conteúdos e da gestão do processo educativo. No plano dos conteúdos, da educação geral, abstrata, vem demarcada pela exigência da polivalência ou de conhecimentos que permitam a "policognição". (SAVIANI, 2007, p.166)

Nesse sentido, vem sendo estruturada no Brasil a tentativa de uma formação educacional mais flexível como proposta para os alunos no Ensino Médio, com itinerários obrigatórios ligados ao ensino de Português e Matemática, sendo propostos outros itinerários formativos opcionais como parte do currículo. O novo modelo busca a profissionalização a partir dessa etapa de escolarização, abrindo espaço para as Parceiras Público-Privadas na oferta da formação profissional.

É notório o processo de transformação que vem ocorrendo nos últimos anos em relação à educação pública brasileira. Passamos por um período de reestruturação do Ensino Médio, de implementação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de mudanças nas condições de trabalho docente e de expansão da iniciativa privada sobre a estrutura da educação brasileira.

Essas mudanças visam formar trabalhadores que se enquadrem ao novo ordenamento flexível, portanto, as ideias de multifuncionalidade, polivalência, habilidades socioemocionais, empreendedorismo individual, são eixos formativos que visam fornecer uma formação alinhada aos paradigmas neoliberais. A educação também se tornou espaço desejado para expansão do capital privado e projeto para fornecer mão de obra precária ao mercado de trabalho, empurrando uma parcela significativa dos trabalhadores para o desemprego e para a informalidade.

SEÇÃO II

O GOVERNO DO PARTIDO NOVO-MG (2019-2020): A VITRINE DO MODELO NEOLIBERAL

O Partido Novo é um grupo político que nasceu em 2011³⁶ e que tem como base ideológica os princípios do liberalismo econômico, defendendo as liberdades individuais e o incentivo ao empreendedorismo. Os principais financiadores do Partido Novo são pessoas que já tiveram alguma relação com o Banco Itaú. Regularizado em 2015, o partido participou do seu primeiro processo eleitoral em 2016, lançando 142 candidatos a vereadores e uma candidatura à prefeitura. Quatro vereadores foram eleitos pelo partido: Mateus Simões (Belo Horizonte), Leandro Lyra (Rio de Janeiro), Felipe Camozzato (Porto Alegre) e Janaína Lima (São Paulo). A eleição de vereadores do Novo para quatro câmaras municipais de capitais de estado deu mais visibilidade ao partido, que se tornou, a partir de 2017, uma referência na defesa das ideias neoliberais no Brasil.

Nas eleições presidenciais de 2018 tivemos a candidatura de João Amoedo, ex-banqueiro e um dos principais financiadores e idealizadores do Partido Novo. O partido elegeu, naquele mesmo ano, um deputado distrital, 11 deputados estaduais, oito deputados federais³⁷ e o governador de Minas Gerais,

³⁶ Os gastos para a fundação do Partido Novo receberam doações de seu fundador, o banqueiro João Amoedo, que destinou R\$ 4,5 milhões para criação da sigla. O Novo também recebeu investimentos de outros empresários ligados ao Itaú Unibanco e à Fundação Itaú Social, por exemplo.

³⁷ Deputados Federais: Adriana Ventura (SP); Alexis Fonteyne (SP); Gilson Marques (SP); Lucas Gonzales (MG); Marcel van Hattem (RS); Paulo Ganime (RJ); Tiago Mitraud (MG); Vinícius Poit (SP). Deputados Estaduais: Giusppe Riesgo (RS); Henzi Ozi Cukier (SP); Sergio Victor (SP); Guilherme Cunha (MG); Bruno Souza (SC); Daniel José (SP); Laura Serrano (MG); Ricardo Mellão (SP); Fábio Ostermann (RS); Adriane Bolthazar (RJ). Deputada Distrital: Júlia Lucy (DF).

Romeu Zema. A eleição de Zema surpreendeu a muitos, pois antes das eleições ele não figurava entre os candidatos que tinham mais intenções de votos. Recebeu 42,73% dos votos, ficando à frente de Antônio Anastasia, do PSDB (29,06%), e do então governador Fernando Pimentel-PT (23,12%).

Zema é um conhecido empresário mineiro nascido em Araxá, ex-presidente do Conselho Administrativo do Grupo Zema, cargo que ocupou até 2016. A família Zema possui um grupo de empresas que atuam na venda de eletrodomésticos, concessionárias de veículos, autopeças, serviços financeiros, postos de combustíveis etc. Segundo os dados da declaração de bens na justiça eleitoral de 2018, Zema possuía um patrimônio declarado de R\$69.752.863,00³⁸.

Zema foi lançado no debate público como um *outsider*³⁹ na política, apoiando-se em um discurso que defende que o problema do Estado seria apenas uma questão de melhor gestão dos recursos, em um contexto de crise econômica e de significativo crescimento da direita no Brasil. Zema aproveitou-se da indignação da população com a figura dos “políticos tradicionais” e se apresentou como uma alternativa para mudanças.

O título do Plano de Governo de Romeu Zema, “Liberdade ainda que tardia”, faz alusão ao movimento da Inconfidência Mineira, ao mesmo tempo que dá ênfase à pauta de “liberdade econômica”, frisando a perspectiva ideológica do partido. No documento fica clara a tentativa do Novo de se apresentar como algo diferente da “política tradicional”, colocando seus quadros políticos como “qualificados” e com experiência de gestão. O Plano de Governo deixa claro que busca romper com a interferência estatal a partir da construção de uma sociedade centrada no indivíduo e na liberdade:

Estado demais, gastos públicos demais, corrupção demais, impostos demais. Acreditamos que a mudança pode acontecer quando devolvemos o poder de decisão ao indivíduo, de forma que ele mesmo possa fazer suas próprias escolhas. Acreditamos que a garantia da liberdade é a única e verdadeira função do estado, e que, por isso, ele

³⁸ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/17/interna_politica,980852/veja-quanto-cada-candidato-ao-governo-de-mg-declarou-de-patrimonio.shtml. Acesso em: 06/07/2022.

³⁹ *Outsider* é uma palavra de origem inglesa utilizada para descrever o indivíduo que não pertence a um grupo determinado. Dentro da política, esse termo vem sendo utilizado como uma forma de candidatos tentarem desvincular sua imagem da política “tradicional”. A eleição de candidatos de “fora” da política – empresários, artistas, atletas, militares etc. – foi um fenômeno da eleição de 2018. Os *outsiders* vêm se confirmando como a “farsa do novo” na política institucional.

deve ser mínimo, pois o indivíduo deve ser dono de si. (NOVO-MG, 2018, p. 04)

Podemos observar que a base do pensamento do Partido Novo é a teoria neoliberal de Estado. Enfatiza-se o poder de escolha e decisão dos cidadãos e ressalta-se o objetivo de construir o “Estado mínimo”, expressão utilizada por inúmeros teóricos neoliberais em suas obras. O Plano de Governo de Romeu Zema está organizado em cinco seções: “Gestão de Estado”; “Geração de Riqueza”; “Saúde”; “Segurança Pública” e “Educação”. Buscaremos analisar os principais aspectos desse documento, focando nas propostas do Partido Novo para Educação Mineira.

O Plano de Governo “Liberdade ainda que tardia”, logo no início, indica como um dos principais problemas enfrentado por Minas Gerais, os gastos com a Previdência Social. De acordo com o partido: “Ela ocupa 30% dos gastos com pessoal do estado, o que também corresponde a um valor da ordem de R\$ 14 bilhões” (NOVO-MG, 2018, p.09). Para o Partido Novo, os gastos com previdência do estado estão relacionados aos “privilégios” oferecidos aos servidores públicos, não sendo a seguridade social compreendida como um direito adquirido historicamente:

Muitas pessoas ingressaram na carreira pública devido aos grandes privilégios oferecidos pelo Estado, inclusive o regime especial de previdência, em que não raros servidores alcançam aposentadoria integral e em uma idade muito inferior do que os demais. No entanto, esses privilégios possuem um alto custo para a sociedade e, nos últimos anos, o crescimento do rombo previdenciário tem sido cada vez mais significativo. (NOVO, 2018, p.09)

Na perspectiva de pensamento do Novo, as limitações constitucionais sobre os gastos previdenciários com servidores levarão ao colapso dos serviços públicos, sendo necessárias medidas por parte do governo para amenizar esse problema. É interessante notar que se constrói a ideia de “privilégios” por parte dos servidores públicos como fator da crise do Estado. Em um contexto de precarização do trabalho, informalidade e flexibilização das leis trabalhistas, as conquistas históricas (como o sistema de previdência pública) são compreendidas como incabíveis no atual modelo de acumulação do capitalismo.

Outra questão tratada pelo Plano de Governo do Partido Novo-MG que possui nitidamente um alinhamento com os autores neoliberais diz respeito às estratégias de combate à pobreza. Na seção “Geração de Riqueza”, o Novo indica que a melhor forma de superar a pobreza é colocar o indivíduo como “protagonista do desenvolvimento do estado mineiro”. Para o partido, as políticas econômicas afirmativas não são o caminho para melhoria social, pois geram custo ao governo, intensificando a necessidade de aumento na arrecadação de impostos:

Desta maneira, é preciso desmistificar a necessidade de um estado forte e atuante para dar lugar ao entendimento de que o papel do governo é propiciar, de forma justa e generalizada, um bom ambiente de negócios. Propiciar um bom ambiente de negócios, de forma justa e generalizada, é a principal forma de gerar riquezas e combater a pobreza. (NOVO-MG, p.16)

Esse plano traça que a perspectiva do partido referente à mitigação da pobreza é construir uma sociedade com a presença cada vez menor do Estado. Para tal se faz necessária uma configuração mais “enxuta” de governo, na qual o Estado desempenhe o mínimo de funções possíveis, reduzindo consequentemente a carga de impostos. O livre mercado torna-se a solução para diminuição da pobreza na visão do Partido Novo; nega-se que a atenuação das responsabilidades estatais intensifica a concentração de renda.

Em relação à geração de riqueza no campo, o Partido Novo acredita que que a tecnologia seria a “chave” para a redução da pobreza. Nesse trecho do documento fica clara a crítica à política de reforma agrária, utilizando-se do argumento de que a reforma “cria mais gastos com indenizações e subsídios, sem que se gere efetivamente valor ao indivíduo” (NOVO-MG, 2018, p.18). Para o partido, a principal razão das desigualdades seria a falta do acesso à tecnologia e à assistência técnica, fato que seria solucionado com um maior acesso aos mercados, ao crédito e a mecanismos de financiamentos.

As soluções apresentadas pelo Partido Novo em todas as seções estão relacionadas a uma atuação maior do indivíduo e da iniciativa privada, reduzindo a presença do Estado em todos os segmentos. Para o neoliberalismo do Partido Novo, os serviços públicos não precisam ser diretamente ofertados pelo Estado.

A alternativa encontrada pelo partido para o atendimento das demandas da população seria o estabelecimento de PPPs (Parcerias Público-Privadas), criando mecanismo de garantia em relação à qualidade dos serviços prestados (NOVO-MG, 2018, p.17).

Na seção que discorre sobre o projeto para “Segurança Pública”, o plano enfatiza que essa é uma das finalidades do Estado: garantir a Segurança Pública é uma das poucas funções que o Estado deve exercer plenamente (NOVO-MG, 2018, p. 24). Essa tese vai ao encontro das proposições de Liberais Clássicos como Adam Smith e da visão de autores neoliberais.

2.1- O PROJETO EDUCACIONAL DO PARTIDO NOVO-MG

A seção “Educação” é a parte do Plano de Governo do Partido Novo na qual se encontram mais propostas, e claro, todas fazem parte do receituário neoliberal. O objetivo do projeto educacional é a diminuição da responsabilidade do Estado, dando ênfase à liberdade de escolha individual. O governo Novo reproduz o discurso sobre a necessidade da criação de um mercado educacional e de rompimento, destarte, com o “monopólio estatal”⁴⁰ sobre a oferta da educação no Brasil. A oferta da educação deveria estar centrada nas mãos do mercado, ou seja, a concorrência no setor educacional deveria ser estimulada. O partido defende a tese da necessidade de caráter urgente em se criar um mercado educacional no Brasil, sendo a oferta pública estruturada em novos e diversos modelos de escolas.

O segmento do Plano de Governo que trata sobre a Educação afirma, no início do seu texto, que os indicadores educacionais do estado mineiro são “pífios”, principalmente os resultados das escolas estatais. O documento faz um comparativo das notas do IDEB⁴¹ relativo ao 3º ano do Ensino Médio da rede

⁴⁰ Segundo os neoliberais, os monopólios do Estado sobre a Educação suprimem o livre mercado e atrapalham o progresso educacional dos indivíduos. Murray Rothbard, Hayek, Mises e Friedman convergem em uma ideia central: a educação do ideal capitalista inicia a sua construção a partir da diminuição do papel dos Estados na oferta educacional.

⁴¹ “Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com os quais a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames

pública (3,7) com os dados relativos à rede privada (5,6). Outro dado apresentado pelo plano diz respeito à reprovação no 1º Ano do E.M, que apresentou em 2015 uma taxa de 26,7% (pública) e 10,9% (privada). Através da apresentação dos dados, o projeto de Governo do Novo constrói uma narrativa de fracasso e ineficiência das instituições públicas, negligenciando os elementos sociais e estruturais da educação que construíram esses resultados.

A crítica construída pelo partido aponta que o aumento dos gastos públicos não resultou em melhor desempenho do setor educacional, sendo assim, o Novo propõe uma série mudanças na educação mineira. Para o Governo do Partido Novo, faz-se necessário um “Ensino Público com soluções do Ensino Privado”. O NOVO-MG acredita que o baixo desempenho da rede estatal em comparação ao sistema privado ocorre em função da dinâmica de mercado, sendo necessária então a expansão do mercado educacional com o intuito de melhoria na qualidade do serviço oferecido:

A qualidade do ensino oferecido pelo governo em Minas Gerais não acompanha a qualidade do ensino privado. Enquanto o desempenho não é um fator de risco à continuidade das escolas estatais, nas escolas privadas, ao contrário, é preciso manter um nível satisfatório de eficiência e desempenho, além de conseguir atender às expectativas dos pais de seus alunos para poder se manter no mercado. Políticas de vouchers, cooperativas de professores e bolsas de estudos via créditos fiscais seriam boas alternativas para tornar as escolas privadas mais acessíveis. No entanto, a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Fundeb, por enquanto, limitam políticas de fomento às escolas privadas, priorizando o monopólio estatal, o que mantém desigualdades de acesso a escolas de melhor qualidade. (NOVO-MG,2018, p.35)

Neste trecho da proposta de governo, o Partido Novo lamenta as limitações impostas pela Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e do Fundeb, no que diz respeito ao financiamento de escolas privadas. Segundo projeto do Governo Zema, seria importante o desenvolvimento de políticas de *vouchers*, cooperativas de professores e incentivos via créditos fiscais, facilitando, assim, o acesso da população a escolas privadas. De acordo com a ideologia do partido, o monopólio estatal promove desigualdades em relação ao acesso da população a um ensino de

qualidade. A visão neoliberal do partido estrutura-se na ideia de expansão total do mercado na prestação do serviço educacional como solução, desconsiderando as questões sociais e os sujeitos inseridos no processo educacional.

Diante da limitação do modelo regulatório brasileiro, o Governo Zema defende o aperfeiçoamento da escola pública por meio da implementação de técnicas de gestão e governança nas instituições estatais, promovendo avaliações de resultados rígidas, assim como uma maior participação entre pais e alunos e o fomento de Parcerias Público-Privadas onde for adequado.

No subtópico referente à perspectiva educacional do partido, “Educação não se limita à escola e o indivíduo é o principal agente de seu processo educador”, o Partido Novo traz sua perspectiva centrada no individualismo, pensamento que se aproxima das teorias de Murray Rothbard. O autor anarcocapitalista acredita que sistemas educacionais elaborados para serem ofertados coletivamente ferem os direitos e as potencialidades individuais. Ideia semelhante é citada do plano de governo do Partido Novo:

Os indivíduos são únicos. Quando o sistema é feito para tratar todos da mesma forma, com carga horária e grade curricular padrão, alguns se sobressaem e outros podem ficar para trás. Por como é sistematizada a educação pública, a tendência é que o nível de exigência caia para não permitir a evasão e garantir um mínimo denominador comum, atendendo ao maior número de pessoas possível. Esse sistema acaba por dificultar o desenvolvimento de talentos, genialidades, criatividade, poder de raciocínio, e restringir a busca de conteúdos e saberes que interessam a cada um. Deve-se ter claro que as escolas são apenas um dos meios para a educação e, provavelmente, não o melhor. Normalmente, a escola não é o ambiente mais adequado para promover a criatividade e habilidades individuais. (NOVO-MG, p. 37)

Em relação ao trabalho docente, o plano de governo do Partido Novo busca estabelecer um novo paradigma para a valorização da categoria. De acordo com o pensamento do partido, a evolução da carreira professoral deve ocorrer tendo como parâmetro o desempenho individual do servidor e da escola na qual o professor trabalha. O que é proposto efetivamente pelo Governo Zema é uma carreira que leve em consideração os indicadores de desempenho e os resultados das avaliações externas. É proposto também que os pais participem

da avaliação dos serviços ofertados, sendo considerado esse canal avaliativo como fator de influência na remuneração dos educadores:

Não resta dúvidas de que a classe dos professores deve ser mais valorizada, mas entendemos que a evolução de carreira dos docentes tem que se pautar pelo seu desempenho e pelo desempenho das escolas em que atuam, não apenas na sua experiência. Para que a carreira dos professores seja baseada em indicadores de desempenho, além de se considerar resultados nos exames de educação, é essencial que os pais tenham mais canais de participação e de avaliação dos serviços prestados na escola, impactando diretamente na remuneração variável dos profissionais da educação. (NOVO-MG, 2018, p.38)

Nesse modelo, a experiência é deixada de lado no processo de valorização o trabalho docente. O Plano de Governo do Partido Novo sintetiza suas políticas para a educação mineira nas seguintes premissas:

É necessário trazer soluções do sistema de ensino privado às escolas estatais; Conferir maior liberdade às escolas e aos indivíduos, priorizando apenas conteúdos básicos essenciais, como português e matemática; Quanto menor a interferência estatal, melhor é o desempenho das escolas; Realocar de forma inteligente os recursos, a fim de aumentar o resultado médio do estado no desempenho educacional; Os alunos devem ter maior liberdade no aprendizado; A carreira dos professores deve ser pautada por indicadores de desempenho e satisfação dos pais; Os diretores devem ser escolhidos tecnicamente; Ensino rural personalizado e de qualidade com a utilização da expertise e da capilaridade de entidades públicas e privadas; Por meio deste entendimento, seguem alternativas para uma mudança no sistema de educação estadual que, ao preservar a liberdade do indivíduo, visa o melhor desempenho das escolas e a formação de seus alunos. (NOVO-MG, p.38 e 39)

Fica evidente que a proposta do Novo segue premissas neoliberais para a educação. As propostas do partido visam à criação de um mercado educacional competitivo, considerando o desempenho das instituições com base nos indicadores de gestão. Os resultados obtidos nas escolas tornam-se pré-requisitos que definirão os recursos recebidos pelas instituições e as “bonificações” pagas aos professores. Em síntese, estabelece-se um sistema que visa o controle dos resultados e o aumento da produtividade. Produtividade essa entendida como otimização dos índices avaliativos escolares.

Mas como estabelecer um método de desempenho pautado em metas progressivas tendo um contexto de estagnação econômica, do progressivo aumento do custo de vida e do ingresso cada vez mais precoce dos estudantes no mercado de trabalho informal? Seria possível um avanço nos índices educacionais em um momento no qual o país voltou a estar presente no mapa da fome? É real um aumento no desempenho dos alunos em um momento pós-pandemia, período em que muitos estudantes tiveram seu acesso à escola limitado?

Outro fator que indica que o Plano do Governo Novo tem como base a transferência de responsabilidade para iniciativa privada é a intenção de estabelecer o ensino privado em escolas ociosas, ou que atendem a um público inferior à sua capacidade. O Novo acredita que é necessário otimizar os espaços escolares, sendo uma alternativa a concessão a empresas privadas:

Uma alternativa para destinação dos espaços ociosos é a realização de parcerias com escolas privadas onde o governo cede a infraestrutura das escolas estatais para escolas privadas, em contrapartida, escolas privadas ofertam bolsas de estudo para alunos do ensino estatal. Assim, abre-se caminho para a democratização do ensino privado em Minas Gerais. (NOVO-MG, p.40)

A contrapartida dessa parceria, na qual o Estado ofereceria a estrutura, seria a oferta de bolsas de estudos para essas instituições.

2.2 PROJETOS NEOLIBERAIS PARA EDUCAÇÃO IMPLEMENTADOS NO GOVERNO ZEMA (2019-2022)

A Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais anunciou no início do ano de 2021 a implementação do “Projeto Somar”⁴², que promete um novo modelo de gestão compartilhada com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. O projeto piloto tem como base os *charter schools*, modelo

⁴² Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/sobre/conferencia-estadual-de-educacao-de-minas-gerais-ceemg-2022/page/17183-projeto-somar>. Acesso em: 06/07/2022.

amplamente difundido nos EUA, no qual o financiamento das escolas é repassado pelo Estado, mas a gestão é concedida à iniciativa privada.

O governo de Minas apresentou, em abril de 2021, o “Projeto Somar”, entregou a gestão das escolas estaduais para Organização Sociais (OSs),⁴³ transferindo, dessa maneira, os recursos estatais para entidades sem fim lucrativos. O projeto também estabeleceu mudanças no regime de contratação de professores, sendo estabelecidos contratos de trabalho via CLT. O projeto visa desresponsabilizar o Estado pela oferta educacional, tendo o seu edital impugnado inicialmente a partir da alegação de inconstitucionalidade da proposta.

Foram escolhidas três escolas para o “Projeto Somar”, todas localizadas em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, tendo como característica comum a oferta exclusiva da formação de nível médio. Segundo a Secretaria de Educação, a escolha pelas Escolas Estaduais Coronel Adelino Castelo Branco (Sabará), Maria Andrade Resende (Belo Horizonte) e Francisco Menezes Filho (Belo Horizonte) teve como determinante resultados dos indicadores educacionais abaixo da média do Estado de Minas Gerais. O projeto sofreu forte oposição dos Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, sendo questionado também pela Deputada Estadual Beatriz Cerqueira (PT-MG), responsável pelo pedido de impugnação do edital destinado à contratação das Organização da Sociedade Civil. Beatriz Cerqueira impetrou uma ação junto ao Ministério Público alegando falta de transparência na parceria estabelecida e questionando a constitucionalidade do projeto. Na realidade, as escolas escolhidas não tiveram os piores resultados do IDEB do município de Belo Horizonte, não condizendo com a justificativa utilizada pelo governo.

Beatriz Cerqueira conduziu uma audiência pública⁴⁴ na Comissão de Educação do estado com o propósito de discutir o “Projeto Somar”, tendo em vista que a Secretaria de Educação de Minas Gerais não debateu abertamente

⁴³ As OSs (Organizações Sociais) são entidades concedidas a pessoas jurídicas de direito privado, não possuindo uma finalidade lucrativa. Essas instituições são destinadas a atuar em áreas como ensino, cultura, preservação do meio ambiente etc. As leis que regulamentam essas organizações são estabelecidas por estados e municípios, transferindo recursos públicos para entidades de caráter privado.

⁴⁴ A Audiência Pública sobre o “Projeto Somar” ocorreu no dia 12/05/2021 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Estiverem representados, nessa ocasião, a comunidade escolar das escolas nas quais foi implementado o projeto, deputados de oposição ao projeto, deputados defensores desse modelo de gestão, pesquisadores em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, entre outros.

a proposta antes de dar início à sua execução, desrespeitando o princípio de transparência e de gestão democrática, ambos de extrema importância para educação pública. O modelo de gestão assumido pela SEE assemelha-se às decisões centralizadas empresariais, nas quais não existem a participação pública; ignora órgãos estruturais, como conselhos educacionais, e desconsidera os profissionais da educação e toda a comunidade escolar no processo de tomada de decisões.

O governo do Partido Novo-MG argumenta que o projeto piloto de Gestão compartilhada busca a melhoria da qualidade de ensino e a implementação do Novo Ensino Médio. Esse modelo de gestão estabelece que a escola permanece pública e gratuita, fazendo parte da gestão da SEE. O “Projeto Somar” utiliza prédios públicos, mas a gestão escolar e a contratação de professores são realizadas por uma instituição filantrópica.

A instituição vencedora foi o CETEB, que se constitui como uma empresa privada sem fins lucrativos, situada no Estado da Bahia e mantida pela Associação Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia. Fundada em 2016, a empresa atua na oferta do Ensino Médio. O CETEB promete um elevado padrão de qualidade, com professores preparados e metodologias inovadoras. Em um primeiro momento, permaneceram no cargo diretores, vice-diretores e secretários escolares. A partir de 2022, esses cargos passaram a ser indicados pela OSC (Organização da Sociedade Civil), mas a remuneração continuou sendo responsabilidade da SEE. Ou seja, o governo fornece todos os recursos para existência da escola, mas quem a gere é uma entidade privada. A ideia é manter o caráter gratuito aos estudantes e a integração ao sistema de ensino da Secretaria de Educação de Minas Gerais.

A Instituição escolhida para o desenvolvimento do “Projeto Somar” é oriunda de outro estado, isto é, conhece pouco a realidade escolar mineira. É importante ressaltar que o valor de gastos anuais por aluno das escolas integradas ao “Projeto Somar” é maior que os recursos repassados a outras escolas da rede estadual, que recebem R\$ 3.510 por aluno, enquanto as escolas que fazem parte do programa receberam o montante de R\$ 4.927. Além disso, a condição para que a OSC assuma a gerência de uma escola é que a instituição tenha uma cota mínima de 600 alunos matriculados.

O modelo de escola compartilhada do “Projeto Somar” estabelece metas a serem atingidas, sustenta-se nos discursos sobre a qualidade e a eficiência, o monitoramento e a cobrança por resultados. Os professores que passam a ser contratados tornam-se meros executores de um projeto pré-estabelecido e têm sua participação na elaboração de estratégias de aprendizagem, no sistema avaliativo e nas decisões da escola significativamente reduzida.

Esse modelo de gestão, chamado de *charter schools*⁴⁵ chega ao Brasil por influência norte-americana, tendo em vista o desenvolvimento desse modelo nos EUA, país que se torna referência na oferta educacional para os políticos neoliberais. A defesa das escolas *charter* tornou-se recorrente no discurso político dos neoliberais, chegando através de autores com Milton Friedman, Mises e Hayek. Organizações políticas como o Partido Novo e o MBL apresentam as escolas *charter* como proposta para melhoria no sistema educacional, como se uma gestão eficiente fosse suficiente para sanar problemas estruturais de um sistema educacional que está obsoleto e desconectado da realidade contemporânea.

Os conceitos básicos fornecidos pelos norte-americanos, eficácia e eficiência, não dialogam com a realidade social, com a cultura local, muito menos com as dificuldades da realidade brasileira. A busca por atingir metas permaneceu sobre contexto de pandemia, movimento que ignora a crise sanitária e econômica pela qual passamos. Além disso, essa busca negligencia o fato de que muitos alunos optaram por trabalhar e abandonaram a escola. Qualquer meta atingida nesse cenário é a simples falsificação da realidade.

Minas Gerais sempre foi um celeiro de modelos de empresariamento da educação pública. Nos anos 1990, João Batista e Oliveira⁴⁶ implantou a

⁴⁵ As *charter schools* são citadas por diversos autores liberais, como Friedman, Hayek e Mises e foram desenvolvidas amplamente nos Estados Unidos. Escolas *charter* (contratos) recebem recursos públicos, tendo um financiamento por aluno, sendo responsável pela implementação da oferta educacional.

⁴⁶ João Batista e Oliveira foi secretário executivo do Ministério da Educação no ano de 1995, sendo um dos idealizadores do “Programa Aceleração de Aprendizagem-MG”. Trabalhou na Organização Internacional do Trabalho (OIT) no fim dos anos 1980 e foi vinculado ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento Mundial (BIRD-Banco Mundial). É graduado em psicologia, Doutor em Pesquisa Educacional e presidente do Instituto Alfa Beto. Batista e Oliveira é defensor do “Programa de Aceleração de Estudos” (MA) e do “Programa Acelera Brasil” (Instituto Ayrton Senna), iniciativas que visam corrigir o fluxo escolar e diminuir o índice de repetência. Os programas em questão são acusados de promover a aprovação automática, em busca de crescimento nos índices.

aceleração de aprendizagem⁴⁷, trazendo a influência de um modelo de gestão Fordista através do “Programa de Aceleração”, projeto que visava produzir números positivos referentes à conclusão do Ensino Básico. Posteriormente ocorreu a implantação do controle de qualidade total⁴⁸ na educação estatual.

Nos governos do PSDB tivemos o início da atuação do Instituto Unibanco no Estado de Minas Gerais. O IU traz como diferencial a gestão de dados, a informatização do trabalho docente e a produção de metas e gráficos de resultados.

Todas essas experiências de empresariamento da educação estadual mineira resultaram em fracasso e atraso no desempenho dos estudantes. Os modelos gerenciais apresentam resultados desastrosos, pois estão centrados na instituição e enxergam a escola sem considerar sua relação com a sociedade.

O “Projeto Somar” é mais uma tentativa de imposição do gerenciamento nos moldes empresariais. A realidade social é eliminada nesse modelo de gestão. O gerencialismo pensa o cidadão como cliente e tenta nos convencer de que o problema da educação pública está na gestão escolar.

A experiência do “Projeto Somar” sofreu um certo atraso em sua implementação, dado o avanço da pandemia de Covid-19, fato que motivou a suspensão das aulas presencias, adiando os planos do governo estadual. O projeto também teve seu edital impugnado em função da denúncia da Deputada Estadual Beatriz Cerqueira, que apontou irregularidades no projeto. A iniciativa do governo mineiro foi retomada em outubro de 2021, quando teve início em três escolas da zona metropolitana de Belo Horizonte a instituição do modelo *charter*.

Em abril de 2022 ocorreu uma audiência pública em que a Assembleia Estadual mineira discutiu os primeiros meses de implementação do “Projeto

⁴⁷ O programa desenvolvido em 1997 pelo MEC (Ministério da Educação) tinha o intuito de corrigir a distorção do fluxo escolar, diminuindo a evasão escolar e os índices de reprovação. O programa estabeleceu convênios com estados e municípios, ofertando capacitação e material didático para o desenvolvimento do projeto. Foi utilizada como metodologia desse trabalho a teleducação.

⁴⁸ A “Qualidade Total” é uma concepção administrativa que tem como seus principais formuladores Philip B. Crosby, William Edwards Deming e Juran J. M. Essa filosofia administrativa tem como base o controle e o monitoramento do trabalho através de estatísticas, com o intuito de medir a “qualidade” e o trabalho em equipe. De acordo com os autores Antonio Cabral Neto Jorge e Jorge Gregório da Silva, transportada para gestão pública educacional, a “gestão de qualidade total” transforma a escola em um ambiente empresarial. Os educadores passam a ser responsáveis pelo “fracasso” nos resultados. (NETO; SILVA, 2001)

Somar”. Foi criada uma comissão extraordinária da privatização a fim de analisar os primeiros meses de transferência da gestão para a CTEB (OSC). Segundo a Secretaria de Estado de Educação, a gestão compartilhada precisa de adaptações, mas vem se desenvolvendo dentro das expectativas. Essa comissão foi proposta pelo Deputado Coronel Sandro, pertencente ao Partido Liberal.

No início de novembro de 2021, a Deputada Beatriz Cerqueira (PT-MG) encaminhou uma denúncia ao Tribunal de Contas do Estado Minas Gerais, apontando irregularidades e ilegalidades do “Projeto Somar”. Beatriz ressaltou no documento: o direcionamento das contratações a serem feitas pelas OSC; a possibilidade de desvio de recursos público e de enriquecimento ilícito; a dificuldade de fiscalização por falta de estrutura etc. O modelo de contratação pela OSC fere os princípios de publicidade e impessoalidade, podendo facilitar o nepotismo. Além desses fatores levantados, a entidade filantrópica que venceu a licitação apresenta inúmeros processos trabalhistas no Estado da Bahia.

Outra questão colocada com a implementação do projeto é a destinação de recursos públicos a Organizações Sociais. Por exemplo, passagens aéreas e hospedagem são pagas a membros da OSC através de recursos públicos. Também ocorre a destinação de recursos do Fundeb para o pagamento de Organizações Sociais, instituições que impedem o controle social e retiram recursos que deveriam estar sendo destinados à educação básica pública.

Em março de 2022, a Deputada Beatriz Cerqueira e o Deputado Rogério Correia apresentaram denúncias de irregularidades nas relações de trabalho na CETEB ao procurador chefe do Ministério Público Arlênio de Carvalho Lage. Segundo a denúncia dos deputados, o Governo do Estado não vem cumprindo o acordo de monitorar a OSC, ocorrendo situações de lesões aos direitos trabalhistas e à administração pública. Os deputados citam no documento o atraso na assinatura da carteira de trabalho, a ausência do pagamento dos salários, verbas trabalhistas e vale transporte.⁴⁹ Notadamente os educadores

⁴⁹ Disponível em: <https://www.beatrizcerqueira.com.br/2022/03/28/deputada-beatriz-cerqueira-e-deputado-rogerio-correia-denunciam-irregularidades-trabalhistas-no-projeto-somar/>. Acesso em: 06/07/2022.

que trabalham nessas escolas demonstram uma precarização em relação aos servidores efetivos e mesmo aos contratados do estado.

A CETEB já recebeu denúncias junto ao Tribunal de Contas da União e à Justiça do Trabalho da Bahia, sofrendo ações que reivindicavam o pagamento dos salários, horas extras, 1/3 de férias, entre outras ações irregulares. O Sind-UTE/MG soltou uma nota citando as irregularidades que colidem com os princípios constitucionais da gestão pública, como: o direcionamento das contratações, o nepotismo e a falta de transparência.

Outro programa desenvolvido pelo Partido Novo-MG, o “Projeto Mãos Dadas”⁵⁰ visa transferir a oferta dos anos iniciais do ensino fundamental para os municípios, desresponsabilizando o governo estadual em relação à garantia do oferecimento dos primeiros anos do Ensino Fundamental. O projeto do Governo Zema visa mudar a estrutura da educação mineira, tendo como objetivo a entrega de todas as matrículas do Ensino Fundamental. Esse processo de municipalização do Ensino Básico já ocorreu em alguns municípios e pode gerar uma crise de responsabilidade sobre a oferta do Ensino Médio.

O projeto vem sofrendo várias críticas por deputados como Beatriz Cerqueira (PT), Rogério Correia (PT), além de mobilizações de sindicatos e da sociedade civil, ocorrendo manifestações em alguns municípios que começaram a desenvolver o projeto. Em uma audiência pública que ocorreu sobre a implementação do projeto⁵¹, foram apontados seus problemas pela oposição do governador, enquanto os deputados da base do governo fizeram sua defesa.

O projeto “Mãos dadas” apresenta problemas que colidem com os interesses da Gestão Pública, quando fere os princípios de legalidade, publicidade, eficiência e transparência. Essa postura foi a característica do Governo Zema (2019-2022). Sob a lógica de gestão de Estado mínimo, Zema desrespeitou legislações e direitos, para implementar uma política de austeridade fiscal e de liberalização da gestão pública.⁵²

⁵⁰ Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/acessibilidade/page/17182-projeto-maos-dadas>. Acesso em: 08/07/2022.

⁵¹ Essa audiência ocorreu no dia 11/05/2022, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

⁵² Trato aqui como liberalização da gestão pública o fato de o Governo Zema adotar uma postura de implementar, cada vez mais, uma cultura de trabalho no serviço público com características e finalidades do mundo empresarial privado. O Estado não existe pela mesma razão do mercado privado, o lucro. Por

O Projeto “Mãos Dadas” da Secretaria Estadual de Ensino descumpre a Lei estadual 12.768/98. A legislação em questão estabelece que a transferência do Ensino Fundamental para os municípios depende de uma lei criada pela Assembleia de Vereadores do município em questão, sendo considerado, nesse processo, a capacidade de atendimento da demanda escolar das cidades que pleiteiam a transferência de responsabilidade:

Art.3º A transferência de que trata o artigo anterior (transferência do ensino do pré-escolar e fundamental) depende de lei municipal autorizativa e será precedida da avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município. (MINAS GERAIS, 1998)

O Projeto “Mãos Dadas” foi apresentado aos municípios e começou a ser implementado desconsiderando a legislação estadual, não passando pelas Câmaras Legislativas municipais. O Governo Novo contactou prefeituras mineiras para apresentação da proposta, que incluía os valores dos recursos a serem remetidos às cidades e o termo de adesão ao projeto. A estrutura de apresentação do programa desconsidera a necessidade de aprovação por um órgão de representação democrática, apresentado uma ilegalidade na sua proposição.

A assinatura do termo de adesão ao projeto pelo município foi considerada a formalização da Municipalização da escola. O processo de transferência não passou pela consulta da comunidade escolar, e o Governo Zema não estabeleceu transparência quanto aos recursos financeiros destinados às prefeituras que aderiram ao projeto.

É preciso pensar o impacto das matrículas na estrutura das escolas municipais, para que não haja uma precarização maior da rede de Ensino Fundamental. Caso os recursos repassados pelo convênio forem insuficientes, a prefeitura terá que arcar com déficit orçamentário, podendo gerar problemas na oferta educacional.

Outro ponto no projeto é a possibilidade de demissão dos servidores designados das escolas estaduais que serão municipalizadas, e o problema com

exemplo, a oferta educacional presencial em escolas da Zona Rural dificilmente seria um serviço lucrativo. Por outro lado, é um direito assegurado pelo Estado estabelecido na Constituição Federal, que tem como princípio garantir os direitos essenciais para cidadania a todos os cidadãos brasileiros.

deslocamento de servidores efetivos para outras escolas, podendo não haver vaga em outra escola estadual na mesma cidade. O projeto prejudica diretamente os profissionais da escola, podendo interferir na evolução da carreira do servidor.

A municipalização da rede estadual sobre a Gestão do Partido Novo fere o princípio de Gestão Democrática de Ensino, centralizando as decisões, faltando transparência sobre o processo, e não envolvendo a comunidade escolar no processo de discussão, não ocorrendo consulta prévia a alunos, pais e profissionais da escola. Há uma desinformação sobre os detalhes do convênio entre Prefeitura e Estado, inclusive sobre os valores repassados.

Segundo a oposição do Governo Zema na Assembleia Legislativa, o estado causará um déficit de R\$ 1.349.222.390.94 anuais. Os municípios assumiriam mais matrículas do que o aumento proporcional do Fundeb, podendo comprometer a oferta da educação infantil, negando, assim, um direito constitucional. Para o Governo do Estado, haverá uma redução de R\$ 1,3 bilhão na receita anual do Fundeb.

O Governo Zema tem como justificativa a necessidade de mais recursos para investir no Ensino Médio e que a transferência das responsabilidades sobre o Ensino Fundamental seria o caminho para tal. Mas o fato é que o Partido Novo-MG vem gastando menos que os 25% estabelecidos pela Constituição Federal. De acordo com os dados, em 2019 o governo investiu 20,06% da receita, deixando de destinar R\$ 2,603 bilhões para educação.

Em relação aos dados de 2020, ano de início da pandemia de Covid-19, Zema investiu 20,03%, mesmo em um cenário emergencial. O governador aproveitou a pandemia para praticar austeridade fiscal, cortar direitos dos servidores, como férias prêmio, licença remunerada para formação, congelar a progressão de carreira, entre outras medidas. Deixou de investir R\$ 2,671 bilhões em um momento de carência de recursos tecnológicos para o atendimento remoto por parte de servidores estaduais e alunos. Apostou nesse período na oferta do REANP (Regime Especial de Atividades Não Presenciais) e negligenciou a carência de acesso à tecnologia com recursos em caixa. Esta é a ética característica dos governos neoliberais: negligenciar direitos em nome

da diminuição progressiva da atuação estatal, independente do contexto histórico.

O “Prêmio Escola em Transformação” foi outro projeto da Secretaria de Educação estabelecido pela Gestão Zema e prometeu, em sua primeira edição, distribuir R\$ 90 milhões para as unidades de ensino que apresentassem os melhores resultados nos três anos seguintes, tendo como referência as avaliações diagnósticas da rede estadual e os indicadores do IDEB. Essa proposta traz para educação mineira a implementação de um sistema de gratificação a partir dos resultados individuais das escolas.

O “Prêmio Escola em Transformação” gratifica as escolas com melhores rendimentos, estabelecendo assim um sistema de destinação de recursos a partir de resultados. Trata-se de um projeto da Secretaria do Estado de Educação que foi criado em 2021, tendo como objetivo premiar as escolas que apresentarem os melhores resultados no Índice Escola Transformação (Inest). A premiação levou em consideração, na edição de 2021, a taxa de participação nas avaliações diagnósticas trimestrais e a participação dos docentes na plataforma “Google Sala de aula”. Na primeira edição do prêmio, as escolas que se destacaram receberam uma menção honrosa da Secretaria de Educação do Estado. A promessa é de que, a partir da segunda edição, as escolas receberiam de R\$ 100 mil a R\$ 300 mil.⁵³

Foram distribuídos, em 2021, 350 prêmios pelas escolas da rede estadual. As escolas foram divididas em duas categoriais. Na primeira, encontram-se as escolas com os melhores resultados no Índice Escola Transformação, que consideram a Primeira Avaliação Trimestral, a carga horária e as notas dos estudantes referentes ao 1º Bimestre. Na segunda categoria, o estado premiou as escolas que apresentaram os melhores índices de crescimento nas avaliações diagnósticas.

A terceira edição do projeto de 2021 apresentou uma segunda fase de premiação, que distribuiu R\$ 100 mil para as escolas que apresentaram um crescimento na nota do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)

⁵³ Informações sobre o “Prêmio Escola em Transformação” estão disponíveis em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/secretaria-de-educacao-divulga-lista-de-unidades-premiadas-na-primeira-edicao-do-premio-escola-transformacao-2022>. Acesso em: 22/07/2022.

no período de 2019 a 2021. As unidades que ganharam os recursos também receberam uma lista de projetos pedagógicos a serem escolhidos para utilização do dinheiro proveniente do estado.

Observamos que a proposta do “Prêmio Escola em Transformação” implementa no Estado de Minas Gerais um modelo de gestão escolar por resultados. Os recursos do Fundeb, os quais deveriam ser distribuídos entre as unidades de ensino e serem utilizados para valorização docente, passam a ser distribuídos a partir de um sistema “meritocrático” que tem como base índices que desconsideram as diferentes realidades sociais nas quais as escolas estão inseridas.

Na prática, essa tentativa de diminuir as diferenças entre as escolas da rede – a partir de uma metodologia meritocrática, fomentando a concorrência entre as escolas e destinando mais recursos às de melhores desempenho – apenas acentua as desigualdades.

É interessante pensar que o “Prêmio Escola em Transformação” teve início em 2021, em meio a um contexto de pandemia. Neste momento, já estávamos no segundo ano da pandemia, os resultados de evasão escolar e as dificuldades de se estabelecer o ensino remoto já eram evidentes. Mesmo nesse contexto, no qual a estratégia de ensino não apresentava um retorno satisfatório, o governo mineiro resolve implementar uma premiação que desconsidera o acesso à tecnologia e à internet de qualidade, fechando os olhos para a evasão escolar motivada pela necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar (caminho que muito jovens e adolescentes seguiram durante esse período).

Ressaltamos a questão do acesso à tecnologia, tendo em vista que em 2021 ainda estávamos sob o regime do trabalho remoto. As escolas situadas nas periferias de Minas Gerais tendem a ter piores resultados, pois as avaliações estavam sendo realizadas de forma online, e a grande maioria dos alunos estava tendo contato com a escola por meio dos Planos de Estudos Tutorados⁵⁴, impressos e distribuídos em forma de apostilas nas unidades escolares. Outro

⁵⁴ Foram apostilas produzidas pela Secretaria do Estado de Minas Gerais e distribuídas como material obrigatório na rede de ensino, de forma online e impressa.

fato interessante é que o Prêmio estabelece um portfólio com uma lista dos projetos pedagógicos que devem ser apresentados, limitando a autonomia das escolas referente à utilização desse recurso, que poderia auxiliar em questões mais emergentes das escolas, como o acesso a uma estrutura tecnológica condizente com as necessidades do mundo do século XXI.

Outra proposta do Governo Zema é o projeto “Trilhas do Futuro”. Esse projeto tem como objetivo ofertar cursos técnicos e profissionais a partir da parceria entre o Governo de Minas Gerais e a iniciativa privada. Essa parceria buscará ofertar 75 mil vagas em 110 municípios através do financiamento de cursos técnicos de formação profissional para alunos em instituições privadas, sendo destinado, ao todo, o montante de R\$ 534,7 milhões para manutenção da proposta. O intuito é a oferta de uma formação com perspectiva de empregabilidade, tendo como referência uma pesquisa realizada pelo governo sobre a demanda de mão de obra no estado mineiro.

O projeto “Trilhas do Futuro” está em sua segunda edição e se estabelece como meio de transferência de recursos públicos para instituições privadas que ofertam ensino técnico. Nessa segunda edição, também foram destinadas verbas para que professores tenham cursos de pós-graduação financiados pelo governo de Minas Gerais em instituições particulares, mediante processo seletivo.

2.3- Os reflexos do governo do Partido Novo sobre a precarização do trabalho docente e a resistência do Sind-UTE/MG

Junto ao modelo gerencial que vem sendo implementado nas últimas décadas, ocorre um processo de significativa precarização do trabalho docente. O cenário de austeridade fiscal intensificado a partir do Governo Michel Temer promoveu atrasos em relação às condições de trabalho dos professores, a começar pela aprovação da PEC do Congelamento dos Gastos Públicos (PEC 241), instituída no período. Esta Proposta de Emenda à Constituição congela os gastos públicos por vinte anos, acentuando, dessa maneira, os problemas de

infraestrutura da educação brasileira e dificultando a valorização da carreira docente.

Os estados brasileiros, que já atuavam em sua grande maioria com a maior parte de seus quadros de docentes por contrato, têm crescimento significativo de docentes atuando nesse modelo de trabalho, pois os concursos públicos para carreiras educacionais passaram ocorrer com menor frequência. Os estados e os municípios que possuem a maior parte de seus servidores contratados livram-se de alguns gastos existentes com o quadro de docentes efetivos, não existindo para esse regime de contrato um plano de progressão salarial de carreira.

Os trabalhadores docentes que atuam sob regime de contratação temporária configuram-se como uma categoria de servidores com menos direitos que os efetivos (concursados), tendo em vista que não há para esses uma progressão de carreira, não sendo possível uma melhoria salarial por tempo de serviço, nem outros direitos garantidos pelo estatuto dos servidores. Essa divisão ainda permite a desarticulação da categoria docente, dificultando a organização de movimentos de reivindicação por melhorias nas condições de trabalho. Uma parcela significativa dos professores contratados no Brasil foi uma categoria de trabalhadores que não recebe benefícios de celetistas e, ao mesmo tempo, não possui os direitos garantidos aos servidores estatutários.

O avanço das novas tecnologias para o ambiente de trabalho docente também é um fator que contribui para precarização dos professores, sobretudo após a pandemia. As jornadas de trabalho cada vez mais se estendem em função da digitalização da burocracia presente no trabalho escolar. A produção de planilhas, a constante alimentação de plataformas digitais e os cursos de formação continuada ofertados de maneira remota pelas redes de ensino tornam a jornada de trabalho dos docentes cada vez mais extenuante, havendo o desrespeito às horas acordadas entre o governo e os professores.

A pandemia promoveu o processo de “uberização” do trabalho docente, no qual os professores passaram a bancar os custos da oferta educacional remota, tendo em vista os recursos pessoais destinados à compra de ferramentas que possibilitassem o trabalho docente, o custo de internet e

energia, ferramentais que em poucas ocasiões no Brasil foram subsidiados pelos governos. As jornadas de trabalho passaram a não respeitar as horas semanais fixadas no contrato de trabalho dos docentes.

O retorno das aulas presenciais, processo marcado por condições sanitárias inadequadas (pois muitas redes de ensino retornaram sem a vacinação dos docentes), vem contribuindo para a precarização do trabalho dos servidores da educação. A oferta do ensino remoto esbarrou nas diferenças sociais características da sociedade brasileira e na negação do acesso à tecnologia, promovendo, portanto, resultados caóticos sobre a aprendizagem dos estudantes. A defasagem de ensino constatada após o retorno das atividades presenciais torna-se mais um elemento que está contribuindo para extensão das jornadas de trabalho docente.

Mesmo em um contexto de enfraquecimento da atuação dos sindicatos, da dificuldade de mobilização massiva da categoria, o Sind-UTE/MG vem tendo uma atuação importante na defesa dos trabalhadores em educação da rede estadual mineira. Durante a gestão do Governador Romeu Zema, o sindicato deflagrou greve em três momentos distintos, atuando na defesa da valorização salarial, na defesa de condições sanitárias adequadas e de vacinação para o retorno das atividades presenciais.

Durante a gestão do Governador Pimentel (2014-2018), o Sind-UTE/MG contribuiu para mobilização dos servidores da educação e aprovação (por meio de um Projeto de Lei) de uma progressão salarial a ser cumprida nos próximos anos. A melhoria na remuneração da categoria deveria ter ocorrido ainda no primeiro ano do Governo Zema, fato que não se consumou. No final de fevereiro de 2020, o sindicato dos trabalhadores da rede estadual deflagrou greve, reivindicando o cumprimento do acordo, demanda que não foi atendida pelo governador do estado.

Durante o mesmo período, no dia 19/02/2020, foi aprovado o Projeto de Lei que previa o aumento progressivo dos salários dos agentes de segurança pública mineira em 41,7 % até 2022. Essa melhoria salarial ocorre ao mesmo tempo em que outros setores do funcionalismo público mineiro, como Saúde e Educação, também buscavam o aumento da remuneração, mas não tiveram

suas reivindicações atendidas. Esse é um exemplo do modelo neoliberal de Estado que o Partido Novo propõe, no qual a segurança é o principal dever do governo, enquanto “Saúde e Educação” não são consideradas responsabilidade do Estado.

No início de 2020, ainda em fevereiro, o Sind-UTE/MG reivindicava 31% de aumento para categoria dos educadores. Com a chegada da pandemia de Covid-19, e o estabelecimento do REANP (Regime Especial de Atividades Não Presenciais), a precarização do trabalho docente acentuou-se. As ferramentas estabelecidas pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais foram um fracasso. A primeira atitude da SEDUC-MG foi a antecipação das férias de julho, pressupondo que o retorno presencial seria estabelecido em 15 dias. O Governo Zema teve uma postura alinhada ao Governo Bolsonaro, estabelecendo um planejamento com base em ideias negacionistas. Subestimou a letalidade da Covid-19, posicionando-se contra o *lockdown*, sugerindo que era necessário “deixar o vírus viajar”, para promover a “imunidade de rebanho”⁵⁵.

Com a chegada da pandemia, os professores decidiram encerrar a greve, devido à situação de emergência. Diferente de outros estados que suspenderam as aulas e elaboraram uma estratégia de plano emergencial de ensino remoto, o governo de Minas Gerais resolveu adiantar as férias escolares, iniciando as atividades 45 dias após o início da pandemia. É importante ressaltar que o Instituto Unibanco forneceu consultoria no processo de construção do plano de gestão de ensino remoto ao estado mineiro e a inúmeros outros estados.

O Plano de Gestão educacional remoto elaborado para a pandemia fracassou em diversas propostas, tomando decisões centralizadas, que desprezaram a realidade de acesso à internet dos estudantes e de outras tecnologias necessárias para implementar o ensino a distância. O aplicativo “Conexão Escola” foi implementado às pressas, sendo disfuncional, e acabou tendo uma baixíssima adesão.

⁵⁵ Zema fez a defesa dessa ideia buscando argumentos que justificassem a abertura do comércio, subestimando assim a letalidade do vírus. A fala foi feita em uma videoconferência com a empresa XP Investimentos: “São medidas que o prefeito resolveu adotar, e nós temos observado que em muitas regiões, em muitas cidades, os casos existentes, ou até a ausência de casos, não justifica o fechamento total do comércio, até porque nessa crise nós precisamos que o vírus viaje um pouco”. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/11/zema-critica-prefeitos-e-diz-que-coronavirus-tem-que-viajar-um-pouco.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 08/06/2022.

Inspirado nos princípios da gestão do Instituto Unibanco, a preocupação do governo foi estabelecer controle ferrenho sobre as horas de utilização do aplicativo pelos professores, instituindo um “ponto” virtual.

Com o fracasso do “Conexão Escola”, muitas unidades escolares optaram por trabalhar pelo WhatsApp. Por ele, os alunos deveriam enviar as atividades da apostila organizada pela Secretaria de Educação, fornecida para toda rede estadual de Minas Gerais, e de implementação obrigatória. A maior parte dos alunos estudou por pets impressos, não aderindo às ferramentas sugeridas pelo Governo Zema.

O posicionamento do Governo Zema em retirar férias premium, progressões de carreira, entre outros direitos adquiridos, demonstra o caráter de supressão das garantias sustentadas na legislação educacional. O Governo de Minas Gerais aproveitou a crise sanitária para avançar com o seu projeto de liberalizar a educação mineira. Mesmo após ao retorno presencial, alguns direitos ficaram suspensos. O projeto neoliberal do Partido Novo identifica o plano de carreira como um conjunto de privilégios dos docentes, ignorando a necessidade de valorização da carreira docente, como determinam as leis educacionais. Esse movimento de supressão das garantias asseguradas pela lei demonstra que, para o projeto neoliberal, a democracia não é primordial.

Em 2022, com o aumento do piso salarial nacional dos professores, o Sind-UTE/MG começou a articular uma greve em prol do cumprimento do piso estabelecido em lei. Para atingir o piso nacional seria necessário que o Governo Zema concedesse um reajuste de 33,24%, tendo em vista que o salário pago na rede estadual é de R\$ 2.135, 54. Devido à postura de constante prática da austeridade fiscal, assim que a greve começou, o governador se posicionou contra o reajuste salarial, negando-se a dialogar com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

Mesmo com o saldo em caixa recebido pelo Fundeb, que depois das despesas pagas apresentava R\$ 758.561.979, o governo não se posicionou em prol da valorização das carreiras dos profissionais da educação. Se observarmos, já no Plano de Governo apresentado em 2018, o Partido Novo defendia a criação de um sistema no qual a remuneração ocorresse por

desempenho, sendo o Partido contrário a uma melhoria salarial de toda a categoria, sugerindo um sistema de prêmio para os profissionais que atingissem as metas da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais.

Com a atuação do Sind-UTE/MG e uma adesão significativa ao movimento grevista, a Assembleia Legislativa aprovou o aumento salarial por meio de um Projeto de Lei que também concedia melhorias salariais para os profissionais da saúde e da segurança pública do estado mineiro. O governador Romeu Zema, seguindo as premissas ideológicas do seu partido, vetou o reajuste salarial dos servidores. Coincidentemente, no mesmo período, Zema aprovou uma renúncia fiscal de R\$ 1 bilhão para o Grupo Localiza, de propriedade do seu aliado político Salim Matar. Esse exemplo demonstra a prática política do neoliberalismo, Estado mínimo para as políticas públicas, e máximo para o capital.

Após o veto do governador, o Projeto de Lei que visava o pagamento do piso dos profissionais da educação voltou para a Assembleia Legislativa Estadual Mineira, que, em uma decisão histórica, aprovou novamente o projeto por 55 votos a 3. O projeto foi sancionado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sendo analisado como viável em relação ao orçamento estadual. O governador Romeu Zema, como o prometido, judicializou a questão ao acionar o Supremo Tribunal Federal.

A Constituição do Estado de Minas Gerais estabelece o pagamento do piso nacional em seu artigo 201:

O vencimento inicial das carreiras dos profissionais do magistério da educação básica não será inferior ao valor integral vigente, com as atualizações do piso salarial profissional nacional dos profissionais da educação básica previsto no inciso VIII do caput do art.206 da constituição da República. (MINAS GERAIS, 1989)

O Governo de Romeu Zema utilizou a estrutura jurídica do Estado para barrar o aumento salarial dos trabalhadores em educação de Minas Gerais. Na prática, o governo acionou o judiciário para vetar o aumento concedido pela Câmara Legislativa mineira, acionando assim o poder judiciário para burlar a

própria Constituição do Estado, na qual está determinado o pagamento integral do piso nacional vigente.

O Governador Romeu Zema utilizou como argumento para o não pagamento do piso salarial o fato de a carga horária de trabalho dos professores mineiros ser de 24 horas semanais. Zema também utilizou a justificativa financeira, alegando falta de recursos para o aumento. A questão financeira pode ser contestada, tendo em vista a aprovação concedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Em relação à jornada de trabalho semanal, a própria Constituição do estado define que o piso considera como jornada as horas estabelecidas para cada categoria, que atualmente é de 24 horas semanais (jornada dos docentes relativa a um cargo).

Essa postura de reduzir os gastos o máximo possível tem sido a principal característica do Governo Zema. Não que o aumento dos gastos esteja automaticamente atrelado à melhoria da educação, da saúde, e de outros serviços sociais ofertados pelo Estado, mas o governador Romeu Zema eleva sua concepção de “Estado mínimo”, não gastando nem mesmo a porcentagem mínima estabelecida na Constituição Federal (1988) sobre os gastos com educação e saúde. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais criticou o Governo Novo por não destinar os 25% estabelecidos para educação, e os 12% mínimos que deveriam ser destinados à saúde.

O governo do Partido Novo enxerga o Estado como uma empresa, na qual a lógica predominante é a de cortar todos os gastos possíveis na “produção”. O problema em questão é que, diferentemente das empresas, a lógica do governo não pode ser de fornecer o serviço ao menor custo possível, devendo partir da premissa de que o Estado tem a obrigação de assegurar à população o acesso a garantias constitucionais.

SEÇÃO III

NEOLIBERALISMO E AS ESTRATÉGIAS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A partir da década de 1970, ocorreu no Brasil a ascensão do modelo de administração pública gerencial, processo esse intensificado na década de 1990, período em que cresce a tendência de transferência das responsabilidades do Estado para o Terceiro Setor⁵⁶. Emergem nesse período experiências de privatizações através do estabelecimento de parcerias público-privadas, apoiando-se em um discurso que defende o progresso da educação a partir da gestão para resultados. O surgimento de uma nova gestão pública gerencial tem relação direta com crises cíclicas do capitalismo (RODRIGUES, 2016, p.32).

O modelo de Estado intervencionista, garantidor de direitos sociais, nesse contexto de crise econômica passa a ser responsabilizado pelas baixas taxas de

⁵⁶ Bresser Pereira enumera três setores: 1º Setor - Estado, 2º Setor - Iniciativa privada e 3º Setor - Público não estatal. Segundo o autor, a propriedade Pública não-estatal é constituída por organizações sem fins lucrativos; não são propriedades de nenhum indivíduo ou grupo, sendo estruturadas para o atendimento do interesse público (Plano da Reforma do Estado, Brasília, 1995).

crescimento econômico e pela deterioração na condição de vida da classe que vive do trabalho (DIÓGENES, 2009). Tem início, nesse período, uma série de reformas visando a redução do papel e dos gastos do Estado e a implementação de um modelo de gestão pautado na ideia de “eficácia” e “eficiência”. Surge então o estado gerencial, no qual reconfigura-se os arranjos organizacionais:

Nesta forma de estado, arranjos organizacionais e sistemas de poder, autoridade e processo anteriores embasados em uma combinação de burocracia e profissionalismo são reconfigurados em torno da autoridade gerencial: o direito de gerir. Recorrendo a uma concepção da dispersão de poder em processos de reforma do estado, sugerimos que é o gerencialismo que fornece coerência tanto ideológica como organizacional aos cenários organizacionais complexos que emergiram de projetos de reforma do estado. (NEWMAN; CLARKE, 2012, p.7)

De acordo com Newman e Clarke (2012), o conceito de Estado gerencial busca caracterizar as mudanças ocorridas no campo político e cultural na Grã-Bretanha de Margaret Thatcher (1979-1992), nos EUA de Reagan, e na ditadura neoliberal do Chile presidido por Pinochet. As ideias centrais desse novo modelo visavam a diminuir o controle do Estado sobre as forças do mercado, a desoneração gradativa do consumidor e enxugar os gastos dos governos (NEWMAN; CLARKE, 2012). Os princípios do gerencialismo foram fundamentais na mudança da concepção de “setor público”, o qual passa a se organizar de forma similar a instituições privadas, como se integrasse um mercado competitivo. Constrói-se uma nova racionalidade nas decisões, na qual economia e eficiência passam a prevalecer sobre outros valores públicos (NEWMAN; CLARKE, 2012).

A reforma gerencial – assim como outras medidas propostas pelo receituário neoliberal, as quais possuem como base as recomendações do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – foi amplamente defendida pelas elites econômicas da América Latina, sendo considerada a única possibilidade para diminuir o déficit público e estabilizar as economias latino-americanas. Segundo Pablo Gentili, a doutrina e a retórica neoliberal penetraram de forma capilar no senso comum das administrações governamentais; essas propostas de diminuição do papel do Estado como caminho para superação das crises econômicas ficaram conhecidas como “Consenso de Washington” (GENTILI, 1998, p.14).

Sob a perspectiva do “Consenso de Washington”⁵⁷ de reforma econômica, o Banco Mundial e o FMI passaram a redigir documentos com intuito de orientar as políticas públicas educacionais para os países latino-americanos. De acordo com Gentili, os neoliberais argumentam que a expansão acelerada da oferta educacional para a universalização da educação básica foi acompanhada de uma queda na qualidade e na produtividade das escolas. Para o pensamento neoliberal, a crise da educação estaria ligada a eficiência, eficácia e produtividade, ou seja, uma crise de gerenciamento (GENTILI, 1998, p. 17).

Para os neoliberais, a crise na educação brasileira seria o resultado da incapacidade do Estado em promover políticas públicas de qualidade, evidenciando assim a crise do centralismo burocrático estatal. Segundo Gentili, para os neoliberais, o caráter público e o monopólio do Estado são os responsáveis pela ineficácia da escola, pois existe a carência de um mercado escolar que tenha como princípio a competição e o mérito. Sendo assim, a privatização é apresentada como único mecanismo possível para alicerçar uma administração eficiente e produtiva dos recursos destinados ao setor educacional (GENTILI, 1998, p. 18). Nesse sentido, a perspectiva neoliberal responsabiliza o Estado e defende a criação de um mercado de serviços educacionais como solução, negligenciando o impacto das desigualdades sociais no processo de ensino-aprendizagem, a evasão escolar em função do ingresso no mercado de trabalho e a permanência de uma estrutura obsoleta em um mundo cada vez mais tecnológico.

Segundo a pesquisadora Maria Raquel Caetano, é cada vez mais crescente a tendência dos governos de introduzir formas de privatização na educação pública (CAETANO, 2015, p. 88). De acordo com Gentili, para compreendermos a privatização da escola, é preciso ampliar a concepção de privatização para além de um mecanismo de compra-venda (GENTILI, 1998, p. 74). Maria Caetano nos chama a observar que ocorreu no Brasil nas últimas

⁵⁷ O economista John Williamson utilizou o conceito para descrever a política econômica traçada em um encontro realizado 1989 em Washington (EUA), que uniu o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Departamento de Tesouro dos Estados Unidos. Nesse encontro, foram elaboradas medidas econômicas neoliberais com o intuito de expandir esse modelo nos Estados da América Latina. Algumas medidas eram centrais nas propostas de reforma dos governos, como a abertura comercial, a reforma fiscal, a política de privatizações e a redução fiscal dos Estados.

décadas o aumento de Fundações Privadas e associações sem fins lucrativos que estão atuando no setor educacional. A autora ressalta que muitas dessas instituições têm ligações próximas com bancos, institutos filantrópicos, ou representam os interesses de grandes corporações.

Ocorre atualmente um processo de diferentes manifestações de privatização da educação pública, mediante o estabelecimento das parcerias público-privadas, contratos de gestão, termos de cooperação, entre outros métodos de interferência da iniciativa privada no sistema educacional público. Alguns autores entendem a terceirização, a privatização e a publicização como processos oriundos do mesmo movimento, ou seja, de expansão do capital privado e da crescente influência do empresariado na elaboração de políticas educacionais. Segundo Maria Raquel Caetano, no caso brasileiro, formam-se “quase-mercados”:

As diferentes manifestações da privatização da educação pública através das parcerias público-privadas se tornam uma prática de gestão adotada pelos sistemas públicos para imprimirem uma suposta qualidade na educação sob a ótica dos resultados. Para isso, utilizam-se de diversas estratégias, entre elas os contratos de gestão, termos de cooperação, PPPs (Parcerias Público-Privadas), que formam “quase-mercados”, em que a propriedade permanece pública, mas o conteúdo da gestão é privado. (CAETANO, 2015, p.85)

A parceria estabelecida entre o Governo Zema (Partido Novo) e o Instituto Unibanco segue essa tendência de transferência das responsabilidades da educação estatal, configurando-se como uma das formas de privatização. Como define a autora Maria Raquel Caetano, a endoprivatização⁵⁸ também pode estar relacionada à contratação de outros serviços privados nas escolas públicas como de gestão educacional, formação continuada e contratação de consultorias educacionais (CAETANO, 2015, p. 90).

3.1. A GESTÃO EDUCACIONAL DO INSTITUTO UNIBANCO: UM DOS CAMINHOS PARA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

⁵⁸ Segundo Maria Raquel Caetano, a “endoprivatização” é a implementação de ferramentas de mercado na estruturação de políticas públicas. Ela pode ser relacionada também à transferência do desenvolvimento do currículo para iniciativa privada, à contratação de serviços privados pela escola pública, como a formação de professores, à contratação de consultorias educacionais etc. (CAETANO, 2017, p. 212).

Para compreendermos as diversas estratégias de privatização se faz necessário analisar o caráter da instituição privada à qual foi delegada a gestão educacional, ou seja, se possui fins lucrativos ou não (ADRIÃO, 2017). Destaca-se no Brasil, nas últimas duas décadas, a atuação de “investidores sociais ou filantropos de risco, instituições não lucrativas, mas que atuam de acordo com os interesses de mercado (*Ibidem*, 2017).

O Instituto Unibanco foi criado em 1982 e inicialmente apoiava vários projetos sociais de diversas áreas, focando sua atuação a partir de 2002 no aperfeiçoamento da educação brasileira. O IU faz parte do investimento social privado do Itaú Unibanco.

De acordo com o Instituto Unibanco, sua atuação busca a melhoria dos resultados e a produção de estudos sobre o Ensino Médio. Para tal, planeja e implementa soluções de gestão na educação pública, com o propósito de promover a aprendizagem de todos os estudantes, buscando fomentar a qualidade de ensino oferecida pelas redes estaduais (INSTITUTO UNIBANCO, 2020). É importante ressaltar o interesse econômico do Instituto, tendo em vista a isenção de impostos recebida pelo Banco Itaú, que serve de incentivo para a manutenção do projeto.

De acordo com o site oficial da instituição, o Instituto Unibanco é mantido por um fundo patrimonial *endowment* (doações de pessoas físicas e empresas), que tem como objetivo ofertar gratuitamente soluções educacionais, serviços e produtos ao sistema público de educação, via parceria com Secretarias de Educação, escolas etc. Em contrapartida, o governo desonera impostos dos doadores, tornando atrativa a destinação de recursos a iniciativas filantrópicas, possibilitando, desse modo, que instituições privadas estabeleçam diretrizes para políticas públicas. Pouco se sabe sobre os valores movimentados, existindo dificuldade de acesso e falta de transparência sobre os valores investidos nos projetos desenvolvidos.

A partir de 2007, o Instituto Unibanco passou a focar no Ensino Médio. Sob essa perspectiva, é lançado em 2008 o projeto piloto do “Programa Jovem de Futuro”, que, segundo a fundação, visa uma gestão de qualidade participativa

e voltada para resultados. Inicialmente o projeto foi implementado em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo; posteriormente expandiu-se para os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará e Piauí. O projeto busca diminuir o alto índice de evasão escolar do Ensino Médio e promove o progresso da nota do IDEB. Em 2009 o "Programa Jovem de Futuro" recebeu o aval do Ministério da Educação e foi aprovado como uma tecnologia educacional,⁵⁹ fato que expandiu a sua zona de atuação sobre todas as cinco regiões do território nacional.

No ano de 2011, o "Jovem de Futuro" passa a estar vinculado ao MEC através do programa Ensino Médio inovador. Após um período de estruturação e afirmação do projeto, ele passa a ser desenvolvido em grande escala em Minas Gerais, através da oferta de serviços e ferramentas voltadas para o Ensino Médio. A ampliação do JF no estado mineiro ocorre no mesmo ano em que se inicia o Governo de Romeu Zema, Partido Novo.

A parceria no estado teve início durante a gestão do PSDB (Partido Social Democrata Brasileiro) que durou de 2003 a 2014, tendo à frente Aécio Neves, que governou por dois mandatos consecutivos. A parceria estabelecida entre o Instituto e esses governos confirma a tendência do PSDB no que diz respeito à concepção do partido sobre a atuação do Terceiro Setor na formulação de políticas públicas. De 2015 a 2019, durante o Governo de Fernando Pimentel (PT), ocorreu um distanciamento da parceria com Instituto Unibanco no estado mineiro.

O Instituto Unibanco faz parte do movimento "Todos Pela Educação". O TPE é uma Organização não governamental sem fins lucrativos, liderada por empresários que visam melhorar os indicadores da educação básica, propondo o monitoramento pela análise dos dados levantados com auxílio das novas

⁵⁹ "O Guia de Tecnologias Educacionais se inscreve no conjunto de ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Esse plano foi lançado no segundo mandato do Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) pelo Ministério da Educação (MEC), apresentado como um plano executivo, constituído por mais de quarenta programas divididos em quatro eixos norteadores: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização (BRASIL, 2007a). Em consonância com a política de melhoria da educação de qualidade no Brasil, o governo instituiu o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que oficializou o PDE para a educação básica, por meio do Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007. De acordo com o decreto, cada ente federativo deveria aderir ao Compromisso, de forma voluntária, assumindo a responsabilidade de promover a melhoria da qualidade da educação básica em sua esfera de competência, expressa pelo cumprimento de meta de evolução do IDEB, observando-se as 28 diretrizes relacionadas nesse decreto (BRASIL, 2007b)" (OLIVEIRA; BALDUÍNO, p.39).

tecnologias de informação. Criado em 2005, lança em 2006 o projeto “Compromisso Todos pela Educação”⁶⁰, que estabeleceu metas que posteriormente estruturaram o Plano de Desenvolvimento da Educação⁶¹ (PDE-2007). O TPE promove projetos que estabelecem uma “gestão para resultados”.

A adesão do “Jovem de Futuro” por parte do MEC, que incluiu o programa no guia de tecnologias educacionais, exigiu a criação de um plano de ações do projeto, que, aprovado, possibilitou ao JF receber suporte técnico e financeiro do Ministério da Educação. Sendo assim, o MEC possibilitou a difusão do programa por meio da adesão de estados e municípios, regulando a transferência da tecnologia e avaliando os resultados através da análise dos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (OLIVEIRA; BALDUINO, 2015).

Os resultados passam a ser analisados de forma superficial, sem a profundidade necessária. A análise dos números negligencia os processos envolvidos na construção dos índices resultantes. Aspectos socioeconômicos, culturais e geográficos não são considerados na implantação do modelo gerencialista de educação.

O Ministério, além de fazer a ponte com estados e municípios, assumiu a responsabilidade de fazer o repasse de verbas para o projeto desenvolver ações nas escolas vinculadas ao “Jovem de Futuro”, através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). Temos evidenciada, nesse projeto, a utilização de recursos públicos para o financiamento de um projeto oriundo da iniciativa privada (OLIVEIRA; BALDUINO, 2015).

O “Jovem de Futuro” passou a ser ofertado juntamente com o PROEMI (“Programa Ensino Médio Inovador”) a partir de 2011, durante o governo de Dilma Rousseff. O PROEMI tem como foco estimular a reestruturação curricular

⁶⁰ O “Compromisso Todos pela Educação” foi estabelecido com o intuito de promover esforços por parte da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, das famílias e da comunidade, em prol da melhoria da qualidade da educação básica. O compromisso foi encabeçado pelo Movimento Todos pela Educação, organização composta por líderes empresariais e que atua no monitoramento e na análise dos índices educacionais, assim como na articulação entre governo, iniciativa privada e sociedade civil. O Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” é o estabelecimento de objetivos para União, Estados e Municípios, que devem ser atingidos até 2022.

⁶¹ O PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) é um programa educacional lançado pelo Decreto Lei nº 6.094/2007. O PDE estabeleceu políticas públicas e metas para Educação Básica brasileira. O “Compromisso Todos pela Educação” foi uma das iniciativas deste programa, propondo diretrizes e metas a serem atingidas no IDEB pelas escolas municipais e estaduais.

do Ensino Médio (CAETANO, 2015). Os estados e os municípios que aderem ao programa acabam contando com um maior recurso, se consideradas as verbas vindas do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). Esse dinheiro, advindo do Governo federal via Fundeb, possui caráter suplementar e visa atender necessidades prioritárias das escolas em relação a condições de infraestrutura e melhoria pedagógica. O PROEMI/JF estabelece um catálogo de práticas pedagógicas padronizadas, as quais devem ser reproduzidas nas escolas contempladas com a verba, desconsiderando as distintas realidades vividas por essas instituições.

O que é ofertado de fato pelo “Jovem de Futuro” é um serviço de gestão educacional que visa a diminuição dos índices de evasão e reprovação, tendo como centro de suas ações o levantamento de dados, o monitoramento das atividades e a pressão sobre os servidores por resultados. O Instituto Unibanco acredita que o “fracasso escolar” se resolve com a implementação de mais tecnologias de informação e mais ênfase no sistema de gestão (CAETANO, 2015).

O PROEMI/JF promove um curso de gestão para resultados para efetivação do projeto, buscando formar servidores da educação com os princípios empresariais para administrar as escolas a partir de um modelo de gestão do trabalho utilizado no mundo empresarial, a lógica gerencial.

Essa forma de organização do IU remete à movimentação de processos gerenciais, que busca gerar uma mudança na mentalidade, no comportamento e na cultura dos diretores, professores, entre outros sujeitos envolvidos na gestão escolar, tendo em vista uma nova cultura organizacional. (BALDUINO, 2016, p.99)

Maria Raquel Caetano, que faz um estudo aprofundado sobre o Instituto Unibanco, acredita que o problema de reprovação e evasão escolar será solucionado a partir de um modelo de gestão escolar mais eficiente. O Instituto tem como método de trabalho o forte monitoramento e controle dos resultados.

Enfatizamos que esse programa é fruto do modelo de administração empresarial que vê o homem como parte de uma engrenagem, uma peça de uma máquina, e não como um sujeito. A ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições) é elevada à condição de pilares da educação contemporânea (CAETANO, 2015, p.95)

Como ressalta a pesquisadora Caetano, os problemas da escola são entendidos como um problema de gestão, podendo ser solucionados com a intensificação da sistematização dos dados, o estabelecimento de metas a serem atingidas e a intensa cobrança dos educadores por resultados. Busca-se melhores resultados nos indicadores educacionais, sem que para isso seja necessário aumentar os recursos gastos com a educação. Para tal, o Instituto Unibanco utiliza-se do método de gerenciamento PDCA.

A sigla PDCA significa planejar, executar, checar e agir (*Plan, Do, Check, and Act*). A ferramenta administrativa começou a ser utilizada em empresas a partir da década de 1950 e tem a função de aprimorar de forma contínua a qualidade, controlar os processos e resolver os problemas de gestão.

A maior parte dos profissionais que prestam consultoria para o Instituto Unibanco não são do campo da educação, mas administradores e economistas (BALDUINO, 2016). Talvez em função dessa escolha na composição de seu quadro, o serviço ofertado pelo instituto centra-se no discurso administrativo e técnico, deixando em segundo plano discussões pedagógicas e sociais que envolvem o processo de ensino-aprendizagem.

No ano de 2019, o Governo de Minas Gerais ampliou o programa “Jovem de Futuro”, propondo a implantação em mais 1.296 escolas, que atendem mais de 500 mil alunos. O objetivo foi atingir toda rede estadual de Ensino Médio, que atualmente é formada por 2.333 escolas.⁶²

A apresentação do programa “Jovem de Futuro” ocorreu de forma inesperada nas escolas da rede estadual. A implementação do programa aconteceu sem nenhum diálogo prévio com as comunidades escolares. O Governo Zema estabeleceu uma parceria com Instituto Unibanco, passando o controle da gestão das escolas da rede estadual para a Fundação Filantrópica.

⁶² Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/secretaria-de-estado-de-educacao-de-minas-gerais-e-instituto-unibanco-ampliam-jovem-de-futuro-na-rede-estadual/>. Acesso em: 09/07/2022.

A adesão ao projeto “Jovem de Futuro” colocou os docentes da rede estadual mineira diante de uma nova situação, pois estavam sob a governança⁶³ da Fundação Unibanco. A partir da parceria estabelecida com o governo estadual mineiro, os servidores passaram a estar sob constante monitoramento; sendo estipulados projetos que deveriam ser implementados, e metas a serem alcançadas pelas escolas. O foco inicial foi nos números referentes ao Ensino Médio, que amarga altas taxas de evasão e reprovação no Estado de Minas Gerais.

De acordo com a pesquisadora Priscila de Paula Rodrigues, as ações estão subordinadas a uma equipe externa, enquanto as secretarias de educação e escolas passam a ser responsáveis por colocar em prática o Plano Estratégico de Melhoria da Qualidade, sendo monitorados o desenvolvimento e os resultados do mesmo (RODRIGUES, 2016).

O Instituto Unibanco oferece às escolas, através dessa parceria com os estados, todo um sistema de dados, que levantam resultados de superintendências regionais, escolas, turmas e de cada aluno. Esses números levantados são aferidos trimestralmente, através de uma avaliação diagnóstica, que serve de base para os consultores do IU tomarem as decisões sobre os cursos das ações a serem desenvolvidas. Esse processo torna-se cíclico, no qual as tomadas de decisões passam a ser centralizadas, diminuindo a autonomia das escolas. O IU faz, assim, um movimento inverso do que é defendido em seus documentos oficiais, que sugerem descentralização das decisões e autonomia.

Os dados levantados por turma e por aluno são fornecidos a cada professor através do portal eletrônico SIGAE⁶⁴. Essa ferramenta, além de gerar os resultados individualizados, elabora as proficiências a serem trabalhadas, qual habilidade deixou a desejar e deve ser recuperada. O Instituto, de certa forma, fornece ferramentas que passaram a digitalizar todo um processo de

⁶³ O conceito de governança no mundo corporativo está associado à implementação de um sistema de administração e monitoramento de resultados, tendo como princípios a equidade, a prestação de contas, a responsabilidade corporativa e a transparência.

⁶⁴ Sistema de Gestão para o Avanço Contínuo da Educação (SIGAE) é um sistema de dados ofertado pelo Instituto Unibanco, que visa diagnosticar e monitorar o desempenho dos estudantes das redes que estabelecem parcerias com o Instituto Unibanco.

trabalho que era analógico. Quando estabelecem uma parceria, ofertam uma gama de serviços que otimizam o levantamento de dados, que servem de base para os serviços gerenciais.

Na base de toda essa hierarquia gerencialista estão os professores e os alunos. Os docentes são cobrados a respeito das metas estabelecidas pelo Instituto, processo que se inicia nos inspetores e passa pelos gestores das escolas. Esse ambiente de maximização constante dos resultados traz conflitos entre servidores, influenciando, por exemplo, o aumento de casos de assédio moral. O Sind-UTE/MG reportou que os casos de assédio moral durante a pandemia cresceram significativamente.

3.2 A GESTÃO EDUCACIONAL DO PARTIDO NOVO E A DIMINUIÇÃO DO ESPAÇO DEMOCRÁTICO

De origem grega, a “democracia” (demo=povo e kracia=governo) foi desenvolvida na cidade-estado de Atenas, no século V antes de Cristo, podendo ser definida como “poder do povo”. O termo “democracia” nasce na Antiguidade Clássica, na sociedade grega, na qual a palavra era utilizada para definir um ideal de governo conduzido pelas demandas coletivas, que pressupunham uma participação popular.

O conceito de democracia tornou-se sinônimo de um modelo de governo exercido por muitos, diferenciando do governo monárquico, cujo poder concentra-se nas mãos de “um” (rei) e das oligarquias, nas quais poucos arbitram sobre as decisões políticas. Os estudos demonstram que a democracia grega não inseria todos os indivíduos, pois escravos, mulheres e trabalhadores braçais estavam excluídos das decisões coletivas sobre a pólis.⁶⁵

Ao longo dos séculos o conceito de democracia foi transformando-se. Emergindo nos séculos XVII e XVIII como base de revoluções, tornou-se sinônimo de contraposição aos regimes absolutistas, renascendo junto ao liberalismo político, corrente de pensamento que se opunha ao modelo de

⁶⁵ Disponível em: http://nupps.usp.br/downloads/relatorio/Anexo_02_Democracia-verbete.pdf. Acesso em: 04/06/2022.

governo absolutista. As democracias contemporâneas que nasceram a partir dos princípios liberais defendem o voto, as eleições livres, a liberdade de expressão, de organização partidária, de igualdade jurídica. Mas vale ressaltar que a concretização desses princípios não ocorre sob a égide do liberalismo econômico, sendo negligenciados e suprimidos por interesses financeiros:

A democracia, portanto, é uma forma única de se conciliar partes, de se chegar à resolução de conflitos. Mas ela é, por excelência, dialética, não cala o outro, não abafa o problema, não mitiga diálogo, não pressupõe que a violência, por si, seja resolução de problemas sem abandonar sua essência conflitual. Historicamente, já temos lições sobre isto: a violência no totalitarismo, nas ditaduras, nos populismos segregam opiniões, aprisionam pensamentos, roubam e torturam corpos, sem, entretanto, emudecer a consciência. (LIMA, 2013, p.30)

Para efetivação de uma democracia, faz-se necessária a participação e a crítica dos cidadãos, além da tolerância ao pensamento divergente, pois uma cultura democrática constrói-se a partir da convivência de posições contrárias em sua essência. No Brasil Republicano, tivemos momentos de avanço simbólico da democracia, mas também diversos períodos de retração dos valores democráticos.

O conceito de democracia está ligado à concepção de convivência dos contrários, sendo fundamental, para resolução de conflitos, o aprofundamento do diálogo, característica impossível de se observar durante a gestão do Partido Novo. Como cita o pesquisador Antonio Bosco de Lima, vivemos sob um governo liberal e centralizador, cuja estrutura limita a democracia direta. Para o autor, os Conselhos são órgãos de representação direta, que trazem a possibilidade de construção de espaços de diálogo e participação cidadã:

Um exemplo de possibilidade de democracia direta refere-se aos conselhos. Essas instituições existem desde o período monárquico brasileiro, porém somente ganharam efetividade deliberativa nos anos de 1980. São os Conselhos de Saúde, de Segurança, da Comunidade, da Criança e do Adolescente, da Educação e muitos outros. São instituições nas quais todos podem participar, discutir, fazer escolhas e votar. São formas, portanto, de discussão direta sobre determinado tema. Isto se constitui em democracia direta. É o povo com o poder de controle social em suas mãos. (LIMA, 2013, p. 35)

O processo de construção da concepção de Gestão Democrática da Educação no Brasil está relacionado ao movimento de redemocratização da

sociedade brasileira, desenvolvido no contexto da década de 1980. O movimento pela abertura do regime militar culminou nos direitos garantidos presentes na Constituição de 1988, cujo artigo 206, inciso VI, trata do preceito democrático no âmbito educacional: “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 1988). Benno Sander caracteriza o contexto histórico no qual se construiu um dos mais importantes princípios para democratização das instituições educacionais. O autor em questão nos chama a atenção para a diversidade das correntes teóricas que enriqueceram o debate nesse período:

É assim que a história da educação e sua administração nas décadas de 1970, 1980 e 1990 revelam uma renovada efervescência intelectual no Brasil, que se reflete no debate entre os teóricos do consenso positivista e funcionalista e os pensadores do conflito interacionista enraizado nas teorias críticas de orientação marxista, fenomenológica, existencialista e anarquista. A multiplicidade desses fundamentos teóricos introduz uma série de concepções distintas de gestão educacional, que vão desde o modelo estruturalista, de natureza determinista e concreta, ao modelo interpretativo, de natureza reflexiva e intersubjetiva. (SANDER, 2009, p.72)

Inserido na Constituição Cidadã (1988) como princípio, a Gestão Democrática torna-se obrigatória dentro do serviço público, confrontando o modelo autoritário instituído pela ditadura militar (1964-1984). A Gestão Democrática tem como valor a participação da comunidade, dos profissionais da educação e a progressiva autonomia das instituições escolares.

A gestão democrática da educação pode ser definida como o processo político pelo qual a comunidade escolar discute, delibera, planeja, define e controla uma gama de ações relacionadas ao funcionamento e aos avanços das escolas públicas. O diálogo e o respeito à alteridade são a base desse modelo de gestão, sendo fundamental para a efetivação de um ambiente democrático:

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva. Sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, além da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico e na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola. (OLIVEIRA; MORAES; FERNANDES; DOURADO, 2000, p.04)

Surgida em um contexto de redemocratização da sociedade brasileira, a escola passa a representar, a partir do princípio de gestão democrática, a

possibilidade de construção de espaços educacionais com possibilidade de participação efetiva dos cidadãos, de intervenção no projeto político pedagógico, na definição e na fiscalização dos recursos destinados às instituições, forjando, desse modo, as bases de uma cultura de democratização das decisões e de participação política. O ambiente democrático nas escolas passa a sinalizar a tentativa de construção de uma sociedade que possibilita a intervenção no projeto democrático capitalista, estruturando um sistema educacional que forneça elementos para emancipação política, intelectual e cultural dos cidadãos (FERREIRA, 2009, p, 215).

Os Princípios da Gestão democrática são: a participação da comunidade nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras da escola; o respeito à diversidade, o caráter laico e a promoção dos Direitos Humanos. A transparência da gestão também é apontada como princípio, junto da garantia de qualidade social, a democratização das relações pedagógicas e de trabalho, por fim, a valorização dos profissionais da educação.

A transparência é elemento estruturante da Gestão Democrática e está relacionada ao livre acesso às informações (Publicidade), buscando fornecer elementos para a confiabilidade do serviço público, permitindo aos cidadãos a participação efetiva na construção dos espaços públicos, para que todos tenham ciência da destinação dos recursos. As deliberações tomadas pelas escolas devem ser informadas à comunidade escolar e possuir total transparência.

O pluralismo de ideias é outro elemento fundamental na construção da Gestão Democrática: a construção de um espaço que respeite as diferenças de pensamento, que promova o debate e o conflito de ideias com o intuito de buscar um objetivo comum. Posto isto, é necessário o fortalecimento dos espaços de participação da comunidade escolar como o Conselho Escolar, o Grêmio Estudantil, os Conselhos de Classe, a Associação de Pais e Mestre, entre outros instrumentos de gestão e participação da comunidade escolar.

O modelo democrático tem como eixos norteadores a representação livre diante ao poder, a participação nas decisões colegiadas de cunho deliberativo e o estabelecimento de eleições dos dirigentes das instituições escolares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promulgada em 1996, veio estruturar os princípios de Gestão Democrática, sendo considerada uma legislação que avançou na estruturação de uma cultura democrática, fato que acabou não se consumando.

Os Princípios de Gestão Democrática estabelecidos na Lei 9394/96 estruturam a construção de espaços educacionais democráticos, distanciando-se das características da gestão educacional imposta durante o período da ditadura, em que as decisões eram hierarquizadas e centralizadas. A LDB aponta para a construção de gestões autônomas, nas quais as decisões sejam descentralizadas e horizontalizadas, sendo empoderados todos os sujeitos que compõem o espaço escolar: professores, alunos, técnicos, servidores gerais etc. A transparência e o diálogo são as bases da Gestão Educacional Democrática:

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (art. 37) (BRASIL, 1988): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta. (CURY, 2007, p. 494)

Como aponta Cury, a gestão democrática visa construir um processo de decisões que toma como princípio a deliberação pública, as decisões descentralizadas, ou seja, compartilhadas. Para Caetano (2015), estamos assistindo no Brasil ao crescimento da privatização, que vem distanciando o espaço educacional da perspectiva de “coisa pública”, fato que, segundo a autora, gera consequências para estruturação de uma cultura democrática de um país (CAETANO, 2015, 96).

Junto às diversas formas de privatização da educação pública que emergiram no Brasil nas últimas décadas, observamos a retração dos princípios democráticos. Isso ocorreu sob uma lógica que focaliza a produção de resultados, estipulando metas comuns independente do processo, que buscam seus objetivos sem o diálogo com a comunidade escolar. Essa lógica criou um ambiente propício para a construção de uma cultura autoritária de gestão do trabalho.

Devemos levar em consideração a cultura autoritária operada nas escolas. De fato, a efetivação da gestão democrática caminhou a partir dos anos 1990, mas não eliminou o autoritarismo na forma de gerir os espaços educacionais. A descentralização, a autonomia, a participação e a transparência são princípios da cultura democrática que não se consolidaram nas escolas.

Como aponta o pesquisador Antonio Bosco de Lima, a gestão democrática não existe na escola simplesmente por força de uma legislação, ela existe enquanto aparência fenomênica, sendo necessária a ação dos sujeitos históricos para torná-la realidade (LIMA, 2018):

Se os alicerces da GED são descentralização, participação e autonomia. E, se essas categorias inspiram moldes de informação e transparências, ao observarmos o modelo que se institui hoje nas escolas e órgãos centrais veremos um refluxo no que diz respeito aos elementos instrumentalizadores da GED: eleição de diretores, conselhos escolares participativos, associações de pais e mestres, democratizadas, grêmios estudantis realmente livres, avaliação participativa. Enfim, elementos que deveriam operacionalizar a GED constituem-se em instrumentos de reforço escolar, de socorrência às mazelas escolares, transformam-se em modelos de participação instrumental. (LIMA, 2018, p.25)

Como aponta Bosco de Lima, os alicerces da GED são instrumentalizados, deixando de ter efetividade e um caráter realmente democrático. Assembleias e Conselhos muitas vezes não cumprem seu papel de ampliar a participação dos sujeitos, sendo operados apenas como uma ferramenta burocrática. As reuniões com todos os segmentos escolares muitas vezes assumem um caráter emergencial e ocorrem apenas em momentos de conflitos, faltando uma regularidade de funcionamento dos instrumentos da Gestão Democrática.

A partir da parceria entre o Estado de Minas e o Instituto Unibanco, a entidade filantrópica opera seus projetos sem um diálogo prévio com os professores, as reuniões são sempre para direcionamento das atividades, nesses espaços não ocorrem debates, apenas coloca-se tarefas a serem cumpridas (ADRIÃO E PERONI, 2012). A privatização da gestão educacional traz diversas consequências para a educação pública, ferindo o princípio de gestão democrática, trazendo efeitos sobre a autonomia das escolas, sobre a

elaboração das propostas pedagógicas e diminuindo a participação dos cidadãos na definição de políticas públicas educacionais.

O Instituto Unibanco deixa evidente, em uma publicação da sua revista “Aprendizagem em foco”, a defesa da indicação dos gestores escolares pelo Instituto, rompendo, assim, com a escolha dos diretores mediante um processo eleitoral democrático. De acordo com essa publicação, os gestores das escolas devem estar suscetíveis ao alcance das metas estabelecidas referentes aos números do IDEB, estando sujeitos à perda do cargo caso o índice não seja atingido. Esse exemplo demonstra a retirada do poder de decisão da comunidade escolar, previsto na legislação educacional, e transfere o poder de escolha para uma Instituição privada filantrópica. Atribui à escola um papel empresarial, exigindo um crescimento exponencial nos números, independente de um contexto social. Como aponta Carlos Roberto Jamim Cury:

A escola é uma instituição de serviço público que se distingue por oferecer o ensino como um bem público. Ela não é uma empresa de produção ou uma loja de vendas. Assim, a gestão democrática é, antes de tudo, uma abertura ao diálogo e a busca de caminhos mais consequentes com a democratização da escola brasileira em razão de seus fins maiores postos no artigo 205 da Constituição Federal. (CURY, 2007, p.493)

Sob a gerência do terceiro setor, a democracia pode estar presente na retórica, mas não se realiza nas ações dessas organizações. As decisões seguem uma centralização, não sendo objeto de debate entre os sujeitos que compõem a educação. As metas são estipuladas e devem ser atingidas pelas instituições, enquanto o contexto social, econômico, cultural e político é ignorado. Os profissionais da educação passam a ser meros operadores de estratégias traçadas por Institutos e entidades não governamentais.

Durante a Gestão do Partido Novo, alguns casos de exoneração de professores tornaram-se públicos ao longo desses quatro anos. Em 2020, no dia 26 de agosto, foi publicada, no Diário Oficial de Minas Gerais, a exoneração de dez⁶⁶ diretores em todo estado, justificada pelo fato de que esses não teriam

⁶⁶ Segundo os levantamentos do Sind-UTE/MG, o número de professores exonerados foi acima de 30.

feito um curso online ofertado pela Superintendência de Ensino Regional no segundo semestre de 2019.

Segundo o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação, o documento enviado pela Superintendência de Ensino Regional não apontava o caráter obrigatório do curso, ocorrendo uma mudança relativa à obrigatoriedade ao longo de seu desenvolvimento. É importante dizer que os diretores foram avisados repentinamente, não ocorrendo um processo administrativo, ou qualquer tipo de diálogo antes da decisão da Secretaria Estadual de Educação. Em função dos protestos ocorridos⁶⁷ pelo Sind-UTE/MG e das comunidades escolares envolvidas, o governo recuou e reconduziu os diretores a seus cargos.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais alegou, antes da recondução dos diretores aos cargos, que os cursos têm a obrigatoriedade prevista no termo de compromisso, documento assinado por todos os diretores da rede no momento da posse do cargo. A SEE chegou à conclusão de que era cabível, diante da situação, a medida administrativa de desligamento do cargo.

Outro caso de exoneração de servidor que teve uma certa repercussão no estado mineiro foi o desligamento do Diretor Thiago Luiz Miranda e sua equipe de gestão⁶⁸ (Monteiro e Carolina Alcantara) da Escola Estadual Maestro Villa Lobos, situada na cidade de Belo Horizonte. Os servidores em questão tiveram suas exonerações publicadas no Diário Oficial de Minas Gerais em 28/08/2019. Como justificativa, a Secretaria de Estado de Educação argumentou que ocorreu o descumprimento de obrigações relativas ao cargo.

O Diretor Thiago Luiz Miranda contestou as afirmações da Superintendência Regional de Ensino e não ocorreu nenhum processo administrativo tramitado durante o mandato da equipe. Ocorreu um protesto da comunidade escolar favorável à permanência do diretor eleito no cargo. Segundo a reportagem, o diretor foi eleito com 82% dos votos e acredita que seu

⁶⁷Sobre os protestos diante das primeiras exonerações dos diretores, ver: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/30-09-2020/manifestacao-pede-revogacao-de-exoneracao-de-diretores-da-rede-estadual-de-ensino.html>. Acesso em: 05/06/2022.

⁶⁸ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/09/02/interna_gerais,1302003/exoneracao-repentina-de-diretor-intriga-comunidade-de-escola-estadual-em-bh.shtml. Acesso em: 05/06/2022.

posicionamento político (anarquista) e sua atuação em movimentos sociais podem ter influenciado em seu desligamento do cargo.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais soltou uma nota reiterando seu posicionamento, argumentando que o cargo de Diretor de Escola Estadual é de livre nomeação e exoneração, concluindo o texto com motivos evasivos, que não esclarecem os questionamentos da comunidade escolar:

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) esclarece que o cargo comissionado de Diretor de Escola Estadual é de livre nomeação e exoneração, e a função de Vice-diretor de livre designação e dispensa. Cabe aos gestores, Diretor e Vice-diretor, o cumprimento das normas inerentes às funções, bem como diretrizes pedagógicas, administrativas e financeiras. A mudança na gestão da Escola Estadual Maestro Villa Lobos, em Belo Horizonte, ocorreu em virtude de situações relacionadas ao descumprimento do dever e das responsabilidades de seus gestores. A Superintendência Regional de Ensino (SRE) metropolitana é responsável pelo acompanhamento da escola e está monitorando, de forma próxima, a questão na unidade escolar, para a designação de nova equipe gestora. (SEE/MG, 2021)

A nota não aponta claramente os fatos motivadores do desligamento dos servidores, centrando-se na autoridade e no papel hierárquico que ocupa a SEE. Reafirma inicialmente o poder da Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais para exonerar os servidores e, depois, centra-se no descumprimento do “dever” e das “responsabilidades” dos gestores, colocando a questão de maneira muito vaga. No final do documento, a secretaria ressalta o monitoramento da escola para designação de uma nova equipe diretiva, desconsiderando as manifestações e os argumentos contrários ao desligamento.

No ano de 2022 houve, novamente, a exoneração de um grupo de professores da rede. No dia 01/07/2022 foi publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais do diretor Alfredo Ananias Avelar, que atuava na Escola Estadual Padre Matias, situada em Belo Horizonte. A justificativa utilizada foi o não encerramento do Diário Digital (DED) do 1º Bimestre, impedindo o levantamento dos resultados das avaliações bimestrais, dia 20/05/2022. Vale ressaltar que, nesse período, as escolas que aderiram ao movimento grevista tinham acabado de retornar às aulas, sendo necessário tempo hábil para aplicação das avaliações, fechamento das notas e inserção dos resultados no sistema digital.

O retorno do movimento de greve foi ignorado no estabelecimento do calendário da Secretaria de Educação, que manteve o mesmo planejamento estabelecido no início do ano, antes de ser deflagrada uma greve de 45 dias pelo Sind-UTE/MG, movimento que reivindicava o pagamento do piso salarial e possuiu uma ampla adesão da categoria. O retorno ocorreu dia 18/04/2022 e, portanto, os professores teriam dois dias para encerrar essa tarefa e mais cinco dias úteis para concluir os registros no DED (Diário Digital).

O diretor Alfredo Ananias Avelar escreveu uma carta de justificativa que circulou nas redes sociais. No texto, o diretor desligado assegura o compromisso da equipe diretiva e dos profissionais em relação aos registros nos prazos estabelecidos e argumenta que ocorreu uma série de contratempos que impossibilitaram a conclusão na data estabelecida. O diretor cita as constantes falhas no sistema de registros, em relação ao arquivamento dos dados, necessitando em diversas ocasiões que o trabalho seja feito mais de uma vez pelos docentes. Alfredo também ressalta os problemas relativos à pandemia de Covid-19, que aumentou os casos de afastamentos temporários por parte dos docentes, em função da contaminação desses trabalhadores.

O diretor Alfredo Ananias Avelar também aponta o encerramento de turmas como um agravante dessas dificuldades, tendo em vista a realocação dos profissionais da escola, alterando as turmas nas quais parte dos docentes atuavam. Nesse sentido, a necessidade de desmembramento de turmas em função de superlotação também reorganizou o quadro pessoal da Escola Estadual. Além de todas essas dificuldades, o diretor cita a implementação do Novo Ensino Médio, que apresenta um quadro de novas disciplinas eletivas e formativas, exigindo uma redistribuição das aulas na instituição.

Essas questões alegadas pelo servidor não são exclusividade da escola estadual, mas de todas as unidades escolares da rede: inoperância do Diário Eletrônico; demora em todo início de ano letivo ao acesso a essa ferramenta por parte dos professores; constantes reorganizações das turmas e relocação do quadro de professores; implantação do novo Ensino Médio; novas disciplinas e constantes casos de afastamento de servidores em função das altas taxas de contaminação de COVID-19 nos ambientes escolares.

É importante ressaltar que a exoneração dos diretores apresentada nesses casos demonstra uma centralidade nas decisões e a exigência do cumprimento dos prazos e metas independente do contexto vivido, mesmo que a Secretaria do Estado de Educação não forneça as condições necessárias para o cumprimento das tarefas dentro do período estabelecido.

Somado aos fatores apresentados pelo servidor que foi desligado, também podemos citar o aumento significativo da carga de trabalho dos docentes da rede estadual, tendo em vista a “intervenção” pedagógica instituída pela Secretaria Estadual, na busca por amenizar a defasagem de ensino causada pela pandemia de Covid-19. Outro fator importante é a intensificação da digitalização do trabalho burocrático docente e os constantes cursos de formação continuada obrigatórios (ofertados de maneira remota), aumentando significativamente a carga horária de trabalho necessária para desenvolver todas as tarefas.

Podemos notar que o modelo gerencialista implantado pelo Terceiro Setor (Instituto Unibanco) trabalha com estabelecimento de metas e monitoramento constante, desconsiderando as demandas reais das instituições escolares e punindo as instituições que não alcançaram a “eficiência” exigida. Esse modelo acaba rompendo com a estrutura democrática que deveria ser característica da gestão pública. O fato de o cargo de diretor ser de livre nomeação está gerando uma brecha para perseguição de servidores que se posicionam de forma contrária aos projetos determinados pela superintendência de ensino, ou seja, muitas vezes a exoneração está sendo realizada por questões de posicionamento político.

Como exigirmos crescimentos constantes em um contexto de crise econômica? Seriam insignificantes os dados de evasão escolar de adolescentes que trocam a escola pelo trabalho, considerando a possibilidade de complementação da renda familiar, em um momento de carestia dos itens básicos da alimentação?

É comum a evasão de estudantes para dedicação total ao trabalho, e esse dado intensificou-se no cenário de pandemia. Com a elevação no custo de vida,

cresceu o índice da evasão em função da inserção no mercado de trabalho, tendo como característica predominante a informalidade.

A parceria estabelecida entre Secretaria de Estado de Minas Gerais e Instituto Unibanco foi o primeiro passo do governo no sentido de diminuir a autonomia e o poder de decisão das escolas. O Governo Zema adotou uma postura hostil com o setor educacional em seus quatro anos de governo e, em muitos momentos, negou o diálogo com a categoria dos servidores da educação. A transferência da gestão educacional para IU, foi um movimento de desresponsabilização do estado, dando total autonomia a entidade filantrópica.

Interessante pensar como o Partido Novo opera como uma empresa privada, “terceirizando”⁶⁹ os serviços com o intuito de desresponsabilizar o Estado, pois, após a eleição, o governador Romeu Zema buscou uma empresa de recursos humanos para indicar e selecionar nomes técnicos para cada secretaria. A prática de contratar uma empresa de *executive search*⁷⁰ é adotada por grandes empresas e tornou-se recorrente no governo do Novo-MG.

Nessa seleção, foi escolhida para a Secretaria de Educação Julia Sant’Anna⁷¹, graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pós-graduação em Globalização e Desenvolvimento Latino-Americano pela Universidade de Londres⁷². A Secretária já foi membra do Programa de Lideranças da Fundação Lemann⁷³, instituição filantrópica que atua na educação pública, ofertando serviços e tecnologias a redes educacionais.

A Secretária teve uma certa notoriedade durante a gestão do Partido Novo, tendo a responsabilidade de organizar um plano emergencial de oferta da educação remota. Durante esse processo, a Secretaria de Minas Gerais teve

⁶⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/zema-fara-processo-seletivo-para-escolher-secretarios-em-minas-gerais.shtml>. Acesso em: 06/07/2022.

⁷⁰ Trata-se da procura por executivos por parte de uma empresa especializada nesses serviços. Esse tipo de seleção profissional é muito comum no meio empresarial.

⁷¹ Além de ocupar o cargo de Secretária de Educação, Julia Sant’Anna também possui um cargo no conselho da CEMIG. Interessante pensar como alguém que ocupa a Pasta da Educação também demonstra competência para compor um conselho de um setor bem distinto do educacional, como é o caso do Setor de Energia. Segundo o jornal Estado de Minas de 09/07/2019 a Secretária recebe R\$13,700 para atuar no conselho.

⁷² Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Quem-sao-os-novos-Secretarios-da-Educacao-e-quais-seus-planos-para-a-educacao>. Acesso em: 06/07/2022.

⁷³ É uma Fundação Filantrópica criada em 2002 que atua na oferta de serviços educacionais. Está associada ao mega empresário Paulo Lemann, considerado o mais rico entre os brasileiros. Sua fortuna foi avaliada em 2022 pela Revista Forbes em R\$ 71,71 bilhões. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/04/veja-quem-sao-os-62-brasileiros-com-mais-de-us-1-bilhao/>. Acesso em: 05/07/2022.

pouco diálogo com a categoria dos docentes e com a comunidade escolar. O Plano de Ensino Remoto foi pensado para um público que tem acesso e domínio das novas tecnologias da educação, realidade não hegemônica dos estudantes da Rede Estadual de Ensino.

Como aponta Demerval Saviani, quando mais se falou em democracia nas escolas, menos ela foi efetiva. Para Saviani, a democracia é uma conquista e não um dado. Para o autor, a educação é ideal para desenvolver uma participação efetiva dos cidadãos (SAVIANI, 1999, p.216).

Para consolidar o seu projeto, o Partido Novo-MG busca a aprovação na Assembleia Estadual de Minas Gerais, o Projeto de Emenda Constitucional (PEC 57/ 2020), que visa uma reforma administrativa no estado mineiro mediante uma proposta de emenda constitucional. A PEC 57 prevê a extinção de direitos adquiridos dos servidores estaduais, como os adicionais por tempo de serviço, férias premium, quinquênio, entre outras garantias asseguradas pela constituição estadual. Romeu Zema, por meio dessa proposta, cumpre o estabelecido em seu plano de governo, ao cortar benefícios da carreira dos servidores, que são considerados pelo Partido Novo como privilégios. Em um contexto social de perda de direitos por maior parte dos trabalhadores, os direitos adquiridos são colocados como fator de desencadeamento da crise fiscal do Estado, ao mesmo tempo, o governo vem aumentando gradativamente a concessão de isenção fiscal a empresas situadas em Minas Gerais.

A Reforma Administrativa proposta por Romeu Zema assume um caráter antidemocrático, quando busca eliminar direitos dos servidores e desestrutura sindicatos. O artigo 1º da PEC 57/2020 altera o artigo 31 da Constituição Estadual, extinguindo o Prêmio por Produtividade e Adicional de Desempenho, e o artigo 34, retirando a licença remunerada para os servidores que possuem mandato eletivo em diretoria de entidade sindical, em uma clara tentativa de desmonte dos sindicatos dos servidores estaduais. O artigo 2º da PEC 57 extingue adicionais por tempo de serviço, retirando direitos sobre o plano de carreira dos servidores e a concessão de férias prêmio. O artigo 3º da PEC veda o Adicional de Valorização da Educação Básica.

O Governo do Partido Novo-MG também promoveu uma Reforma da Previdência para os servidores do estado mineiro. A reforma foi aprovada através da PEC 55 em 2020 e segue as premissas de reestruturação fiscal e de corte nos gastos públicos defendidos pelo Partido Novo. Após a aprovação da PEC, os servidores estaduais passam a se aposentar com a idade mínima de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres). Anteriormente a regra estabelecia 60 e 55 anos, respectivamente. Além do aumento sobre a idade mínima para aposentadoria, a nova norma estabelece novas alíquotas de contribuição previdenciária.

As reformas propostas estabelecidas por Zema retiram direitos dos servidores, promovem o desmonte das organizações sindicais, aumentam a arrecadação sobre a contribuição previdenciária dos servidores públicos e aumentam a idade mínima para aposentadoria dos educadores do estado mineiro. O Partido Novo cumpre seu Plano de Governo, estabelecendo um modelo de governo que visa a austeridade com gastos sociais e o corte na cobrança de impostos sobre grandes conglomerados empresariais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de trazer alguns indicativos sobre a diminuição do espaço democrático na rede estadual de Minas Gerais, este estudo pautou-se na exploração de documentos oficiais do estado mineiro durante a gestão de Romeu Zema, assim como na análise de uma bibliografia de cunho neoliberal, com o intuito de investigar projetos, princípios e valores dessa ideologia para o campo educacional.

Deste modo, para elucidar as considerações finais deste estudo, resgatou-se a pergunta norteadora: “Como, durante o governo neoliberal do Partido Novo-MG (2018-2022), desenvolve-se o processo de privatização da educação pública e a retração dos princípios de Gestão Democrática?”

O projeto de privatização de educação para o Estado de Minas Gerais durante o Governo do Partido Novo (2018-2022) expandiu-se por várias frentes, colidindo, ao implementar suas estratégias, com os princípios de gestão

democrática estabelecidos na legislação educacional brasileira. O neoliberalismo do Partido Novo buscou desenvolver soluções educacionais elaboradas por autores neoliberais, como as escolas *charter*, a Parceria Público-Privada estabelecida com o Instituto Unibanco, Instituto Iungo, Instituto RMV etc.

Essas parcerias ofertaram serviços como a Gestão Educacional do Estado, cursos de formação continuada, cursos técnicos, ferramentas didáticas, plano de gestão das atividades remotas (durante a pandemia). Esse movimento promove uma desresponsabilização do Estado sobre a educação mineira, passando para a iniciativa privada a gestão dos projetos educacionais.

Algumas ações do governo podem ser caracterizadas como decisões antidemocráticas por colidirem com os princípios da Gestão Pública, ou por desrespeitarem legislações vigentes, centralizando as decisões, ou seja, o Estado atua sob uma lógica gerencialista, emulando a linguagem e a cultura do trabalho da iniciativa privada.

Um exemplo dessa centralização das decisões e da usurpação dos princípios democráticos foi o processo de transferência do Terceiro Setor sem a consulta das comunidades escolares, sendo uma decisão tomada de forma horizontalizada pelo governo. O Instituto Unibanco já foi objeto de estudo de vários trabalhos, que indicam que o modelo empresarial implementado pela instituição, baseado em técnicas de gestão privada, apresentou a recorrência de casos de assédio moral em sua implementação.

Os casos de assédio moral aos servidores também cresceram no período pandêmico, tendo em vista que a adesão por parte dos estudantes ao modelo de ensino remoto ofertado pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais foi muito baixa, ocorrendo uma responsabilização dos docentes e uma cobrança por resultados por meio de métodos e práticas que extrapolam a polidez elementar para o funcionamento do serviço público.

O Governo de Romeu Zema também ultrapassa os limites dos princípios democráticos ao buscar implementar o projeto de municipalização “Mãos dadas”. Esse projeto começou a ser implementado sem passar pela Câmara de Vereadores dos municípios interessados a aderirem à iniciativa do governo mineiro. Sendo assim, o Partido Novo-MG (2018-2022) ignora a Constituição do

Estado de Minas Gerais, documento que determina a consulta ao poder legislativo dos municípios. Esse movimento ignora a estrutura jurídica, fazendo valer assim os interesses financeiros do governo, desrespeitando, desse modo, a representação do coletivo.

Os inúmeros casos de exonerações de diretores durante a Gestão do Partido Novo, por motivos referentes ao fechamento do Sistema eletrônico de Notas, pela ausência em cursos de formação que, a princípio, não eram de caráter obrigatório, entre outros motivos utilizados como argumentos de sustentação do desligamento de servidores, criam uma cultura do medo e da insegurança nos servidores da educação mineira. A revogação de exonerações após manifestação populares não indica um recuo do governo, que segue avançando com o processo de intimidação dos servidores estaduais.

Caso o Governador Romeu Zema seja reeleito em 2022 e prossiga com a implementação do projeto neoliberal do Partido Novo-MG, a tendência é que haja mais avanços do projeto privatista autoritário neoliberal. O projeto neoliberal enfatiza a defesa da liberdade, mas, na prática, age com o velho *modus operandi* do autoritarismo brasileiro. O conceito de democracia está ligado à convivência dos contrários, ao aprofundamento do diálogo, elementos impossíveis de serem observados durante a gestão do Partido Novo.

DOCUMENTOS:

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 ago. 2022

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, *LDB*. 9394/1996.

CNTE. A privatização da educação no contexto do golpe institucional no Brasil. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 745-751, jul./dez. 2017. <https://doi.org/10.22420/rde.v11i21.830>

CNTE. *Privatização e mercantilização da educação básica no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2017.

INSTITUTO UNIBANCO. *Metodologias Jovem de Futuro* - Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro. [s.l.]: Instituto Unibanco, 2013.

INSTITUTO UNIBANCO. *Relatório de Atividades 2017*. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/relatorio/pdf/rel_atividades_2017.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2022.

INSTITUTO UNIBANCO. *Relatório de Atividades*. Edição online: 2019. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2020/08/RA_IU_2019-1.pdf Acesso em: 05. ago.2022.

MINAS GERAIS. Lei Ordinária nº 12.768/1998 de 22/01/1998. Regulamenta o art. 197 da constituição do estado, o qual dispõe sobre a descentralização do ensino, e dá outras providências. Minas Gerais: Belo Horizonte, 1998.

NOVO-MG. *Plano de Governo*: “Liberdade ainda que tardia”. Minas Gerais. 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, jan./jun. 2009.

ADRIÃO, Theresa et al. A modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300009>

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ADRIÃO, Theresa; PINTO, José Marcelino de Rezende. Privatização da educação na América Latina: estratégias recentes em destaque. *Educação & Sociedade*, v. 37, n. 134, p. 11-15, mar. 2016. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016162765>

AFONSO, Almerindo Janela. A redefinição do papel do Estado e as políticas educativas :Elementos para pensar a transição. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 37, pp. 33-48, 2001.

AFONSO , Almerindo Janela. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação & Sociedade*, v.22, n.75, Agosto/2001. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000200003>

AKKARI, A. J. Desigualdades educativas estruturais no brasil: entre estado, privatização e descentralização. *Educação & Sociedade*, v.22, n. 74, Abril/2001. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000100010>

ALMEIDA. Mônica Picollo. *Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In. SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRÉ, Marli; GATTI, Bernadete Angelina. Métodos Qualitativos de Pesquisa em Educação no Brasil: origens e evolução. *Simpósio Brasileiro-Alemão de Pesquisa Qualitativa e Interpretação de Dados Faculdade de Educação da Universidade de Brasília*. Brasília, 2008.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

ANTUNES, Ricardo. A era das contrarrevoluções e o novo estado de exceção. In: Lucena, Carlos; Previtali, Fabiane Santana; Lucena Lurdes (org.). *A crise da democracia brasileira*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. v. 1.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. *A Fábrica da Educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista*. São Paulo: Cortez, 2017 (Coleção questões de nossa época, v. 58).

ANTUNES, Ricardo. A sociedade da Terceirização total. *Revista da ABET*, v. 14, n. 1, Janeiro a Junho de 2015.

ANTUNES, Ricardo. *O Privilégio da Servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo. 2000.

ASSIS, Marta Maria da Silva; PADILHA, Anna Maria Lunardi. Pedagogia da cooperação: a cartilha Toyotista na educação. *Revista Linhas*, Florianópolis, v.5, n.2, agosto de 2004.

ÁVILA, Heleni Duarte Dantas de; NASCIMENTO, Jucileide Ferreira do; SILVA, Maurício Ferreira da. Neoliberalismo e restrição de direitos no Brasil: notas sobre

mercantilização do ensino e reforma do estado. *Revista Humanidades e Inovação*, v.6, n.17, 2019.

BALDUINO, Maria Aparecida Canale. *Programa Jovem de Futuro: uma proposta do Terceiro Setor para a gestão de escolas do ensino médio na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (2012-2014)*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2016.

BELFIELD, Clive R.; LEVIN, Henry M. *A privatização da Educação: causas e implicações*. Porto, Portugal: ASA Editores S.A., 2004.

BALL, Stephen Jonh. Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1105-1126, Set./Dez. 2004. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400002>

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. Biondi. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORGES, Kamylla Pereira Borges. “Eu vejo o futuro repetir o passado”: BNCC, neoliberalismo e o retorno aos anos 1990. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 22, p. 1-24, 2020. <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.5676>

BORGES, Alex Rodrigo; et al. Toyotismo: uma análise do trabalho e da educação na produção capitalista. *Revista Brasileira de Educação e Cultura*, Centro de Ensino Superior de São Gotardo/ n.4, p. 45-59, Jul-dez 2011.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*. Zahar Ed.: Rio de Janeiro, 1981.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. *Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: MARE, Cadernos MARE, n. 1, 1997. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000300004>

CABRAL NETO, Antônio; SILVA, Jorge Gregório. A construção histórica do paradigma da qualidade total no campo empresarial e a sua transplantação para o campo educacional. *Revista Contexto e Educação*. Editora Unijuí, ano 16, n. 12, p. 7-30, abr/jun, 2001.

CAETANO, Maria Raquel. Ensino Médio no Brasil e a privatização do público: O caso do Instituto Unibanco. *Revista Universidade e Sociedade: Contrarreforma: retirada de direitos, violências e criminalizações*. Brasília: Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Nº 56, p.84 -99, agosto de 2015.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. *Revista Aurora*, ano 2, n. 3, dezembro de 2008. <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2008.v2n1.1192>

CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo. O setor público não-estatal: as organizações sociais como possibilidades e limites na gestão pública da saúde. São Paulo, Tese de Doutorado da Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2002.

CAVALCANTE, Carlos Magno Gurgel. *Toyotismo e Educação: um exame da influencia do modo de produção e gerenciamento de mercadorias na categoria de Reflexividade em Donald Schön*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2006.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOMSKY, Noam. *O Lucro ou as Pessoas: Neoliberalismo e a Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. *RBPAE*, v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão Democrática da Educação: Exigências e desafios. *RBPAE*, v.18, n.2, jul./dez.2002.

DIAS, Hallyson Pontes Liberato; FAÇANHA, Adrielle Fernandes; ALMEIDA, Emanuel Rodrigues. *O toyotismo nas escolas: o professor multifuncional*. Campina Grande: Realize Editora, 2015.

DIÓGENES, Lenha Aparecida Silva. Crise do capital e reforma¹ do estado nos moldes do neoliberalismo. *Faculdade Cearense em Revista*, v. 4, n° 2, 2011.

ENGUITA, M. F. *A Face Oculta da Escola*. Porto Alegre: Clube dos Eds. 2008.

FARIAS, Adriana de Jesus Diniz. A crise do capital e a redefinição do papel do Estado como provedor de políticas educacionais. Santos, *Revista Eletrônica Pesquiseduca*. v. 04, n. 08, p.225-239, jul./dez. 2012.

FECHINE, Luísa Naiuana Ferreira da Costa. *Capital produtivo e regime de financeirização no Brasil: existe correlação entre a financeirização no Brasil: existe correlação entre financeirização e a desindustrialização*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a 'teoria do autoritarismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Gestão democrática da escola pública e a participação emancipável. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 211-223, jan./jun. 2009.

FIGUEIREDO, Lorene. *Choque de Gestão e Estado de Exceção: Breve análise das políticas de reforma do estado em MG*. Anais do XXVII Simpósio da ANPUH, Natal, 2013.

FREITAS, L.C. *A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Três Teses sobre as Reformas Empresariais da Educação: perdendo a ingenuidade. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, maio-ago. 2016. <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016160502>

- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- FRIGOTTO, G. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Cortez, 2010.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Escola “sem”partido”: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- GARCIA, Teise. A gestão escolar no contexto da privatização na educação básica. Araraquara, *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, v. 22, n. esp. 3, p. 1355-1376, dez., 2018. <https://doi.org/10.22633/rpge.v22iesp3.12232>
- GENTILI, Pablo. *A falsificação do consenso: Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila Andrade. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, Emir. (org.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso Brasil 2013.
- GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Org.). *Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996, p. 9-49.
- GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. Campinas, *Educação & Sociedade*, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000400007>
- GRABOWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. A produção do conhecimento no campo da Educação Profissional no regime de acumulação flexível. *Holos*, v. 6, p.22–32, 2016. <https://doi.org/10.15628/holos.2016.4983>
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HARVEY, David. *A Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HAYEK, Friedrich August. Desestatização do dinheiro. Uma análise da teoria e prática das moedas simultâneas. Tradução: Heloísa Gonçalves Barbosa. Revisão para a nova ortografia: Cristiano Fiori Chiocca. 2011.
- HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/ Instituto Liberal, 1990.
- HILL, David. O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 3, n. 2, p. 24-59, jul./dez. 2003.
- IWASSE, Lilian Fávaro Alegrâncio; OLIVEIRA, Marcela Rodrigues de; MACHADO, Roseli Belém. Modos de produção norteadores do trabalho educativo. *Anais do XXIII Congresso Nacional de Educação*. Curitiba: PUC, 2017.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. São Paulo: Boitempo. 2011.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. São Paulo: Boitempo. 2010.

LIMA, Antonio Bosco de. Adeus à Gestão (Escolar) Democrática. *Revista @rquivo Brasileiro de Educação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-50, 2013. <https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2013v1n1p27>

LIMA, Antonio Bosco. *Conselhos Municipais de Educação no Brasil e a qualidade da educação*. Faculdade de Educação (FACED/UFU) CNPq e FAPEMIG Brasil, 2014.

LIMA, Antonio Bosco; SILVA, Mariana Batista Silva. *Gestão escolar democrática: teorias e práticas*. Uberlândia: Navegando, UFU/ PROEXC, 2017.

LIMA, Antônio Bosco. O Conselho Municipal de Educação no Brasil e a qualidade social (e política) referenciada. *Educere et Educare* (versão eletrônica), v. 13, p. 1-14, 2018. <https://doi.org/10.17648/educare.v13i27.17753>

LIMA, Fábio Alves de. *Gestão Escolar Democrática, Participação e Autonomia: realidade ou utopia?*. Dissertação de Mestrado em Gestão Pública, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MARCELINO, Janete Bernardo do Nascimento. MARONEZE, Luciane Francielli Zorzetti. *IX Congresso Nacional de Educação-EDUCERE-III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia*, outubro de 2019.

MARCELINO, Paula; CAVALCANTE, Sávio. Por uma definição de terceirização. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p. 331-346, Maio/Ago. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000200010>

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Terceirização na Administração Pública: uma prática inconstitucional. *B. Cient. ESMPU*, Brasília, a. 4 - n.17, p. 87-117, out./dez. 2005.

MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo*. Antigo e Moderno. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.

MÉSZÁROS, I. *Educação para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo. 2010.

MISES, Ludwig von. *As Seis Lições*. Tradução de Maria Luiza Borges, 7a Edição. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2009.

MISES, Ludwig von. *Liberalismo-Segundo a Tradição Clássica*. Tradução de: Haydn Coutinho Pimenta. Revisão para a nova ortografia: Cristiano Fiori Chiocca. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. 2010.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; GRACINO, Eliza Ribas. Trabalho e educação na sociedade brasileira: A transição do Império à República. *Revista Espaços*. v. 39, n. 10, 2018.

NAURA SYRIA CARAPETO FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão democrática da educação na “cultura globalizada”. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1227-1249, Set./Dez. 2004. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400008>

NEWMAN, Janet.; CLARKE, John. Gerencialismo. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012. <https://doi.org/10.1590/S2175-62362012000200003>

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. *Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação*. Disponível em: <http://www.escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf>. Acesso em 04 dez. 2022. <https://doi.org/10.36599/itac-edquars.004>

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; BALDUINO, Maria Aparecida Canale. Projeto Jovem de Futuro: uma Tecnologia do Instituto Unibanco para a Gestão de Escolas Públicas de Ensino Médio. *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, v. 25, n.50/ p. 547-561/ Set.-Dez. 2015. <https://doi.org/10.18675/1981-8106.vol25.n50.p534-548>

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Redefinição do Papel do Estado no Brasil: implicações do modelo gerencial para as políticas de gestão da educação básica. *Educação: Teoria e Prática*, v. 19, n.32, jan.-jun.-2009, p.57-72.

OLIVEIRA, João Batista Araújo. Análise de Custos e Resultados do Programa de Aceleração Ade Aprendizagem. *Ensaio: aval.pol.públ*, Rio de Janeiro, v.6, n. 18,p. 23-56, jan/marc. 1998.

ONOFRE, Gabriel Fonseca. *O papel de intelectuais e think tanks na programação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PARO, Vitor Henrique. A utopia da gestão escolar democrática. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n, 60, p.51-53, fev./1987.

PASSADOR, Cláudia Souza; SALVETTI, Thales Silveira. Gestão Escolar Democrática e Estudos Organizacionais Críticos: Convergências Teóricas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 123, p. 477-492, abr.-jun. 2013. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000200009>

PERONI, Vera Maria Vidal. Políticas públicas e gestão da educação em tempos de redefinição do papel do estado. *Anais ANPED SUL/VII Seminário de Educação da Região Sul*. Eixo 11: Políticas Públicas e Gestão Educacional – Mesa Temática/Itajaí, junho de 2008.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. A atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 407-428, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623653910>

PERONI, Vera Maria Vidal. LIMA, Paula Valim. KADER, Carolina Rosa. (org.). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Liber Livro, 2013.

PERONI, Vera Maria; CAETANO, Maria Raquel. Relações entre o público e o privado na educação: o Projeto Jovem de Futuro do Instituto Unibanco.

Educação: Teoria e Prática, v. 25, n. 50, p. 520-533, 22 dez. 2015.
<https://doi.org/10.18675/1981-8106.vol25.n50.p520-533>

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílson Cesar. Trabalho Digital e Educação no Brasil. In: Ricardo Antunes (Org). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo. 2020.

PREVITALI, Fabiane Santana.; FAGIANI, Cílson Cesar. Trabalho e Educação na nova ordem capitalista: inovação técnica, qualificação e precarização. Campinas, *HISTEDBR On-line*, n. 65, p. 58-72, out. 2015.
<https://doi.org/10.20396/rho.v15i65.8642696>

ROBERTSON, Susan Lee. A estranha não morte da privatização neoliberal na estratégia 2020 para a educação do banco mundial. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 50, maio-ago 2012. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000200003>

RODRIGUES, Priscila de Paula. *Instituto Unibanco e o projeto jovem de futuro*: uma forma de inserção dos empresários nas políticas públicas educacionais para o Ensino Médio. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2016.

ROSA, Leonardo Santana Nunes. *Avaliação de impacto do Programa Jovem de Futuro*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

ROTHBARD, Murray N. *Educação: livre e obrigatória*. Tradução: Filipe Rangel Celeti. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil. 2013.

RISSI, Lorena Mariane Santos. et al. *A educação chilena sob a lógica de mercado vista como vitrine para américa latina*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2018.

SANDER; Benno. Gestão educacional Concepções em disputa. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 69-80, jan./jun. 2009.

SCAFF, Elisângela Alves da Silva. Estado, Mercado e Educação: arranjos e tendências. *Educação Unisinos*, v.21, n.2, p.146-154, maio/agosto 2017.
<https://doi.org/10.4013/edu.2017.212.03>

SILVA, Ilse Gomes. *A reforma do estado brasileiro nos anos 90: processos e contradições*. p. 1- 9.[200?]. Disponível em: <
http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v7_ilse_gomes.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2015.

SMITH, Adam. *A riqueza das Nações*: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1996.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.25, n.3, p.123-140, dez. 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982009000300007>

SOUZA; Antônio Lisboa Leitão de. Gestão Democrática e Eleição de Diretor Do exercício da autonomia à realização do direito. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 199-209, jan./jun. 2009.

SOUZA, Neila Nunes de Souza; SILVA, Maurício Alves; LUDWING, Carlos Roberto. Políticas Públicas para a Educação Básica em análise: revisita aos

governos dos presidentes do Brasil – FHC e Lula. *Revista Humanidades e Inovação*, v.5, n. 3 – 2018.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional. *Revista Exitus*, v.10, n.1, 2020. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n1ID1463>

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. Campinas: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*. v. 12, n. 34, Jan/abr. 2007. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>

TEDESCO, Juan Carlos. Alguns aspectos da privatização educativa na América Latina. *Estudos Avançados*, v.12, n.5,1991. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000200003>

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009.

YANAGUITA, Adriana Inácio. *Financiamento da educação no Brasil (1990-2010): impactos no padrão de gestão do ensino fundamental*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013.

YANAGUITA, Adriana Inácio. As Políticas Educacionais no Brasil nos anos 1990. *Anais do 25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação*. São Paulo, 2011.

